

# RN ECONÔMICO

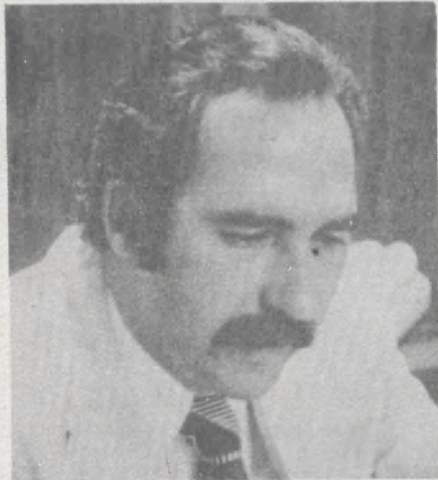
Revista mensal para homens de negócios

ANO VII Nº 74. JULHO/76 - CR\$ 10,00



CAMPUS UNIVERSITARIO

Foto: Carlos Lyra



DOMINGOS GOMES DE LIMA



JOÃO FAUSTINO

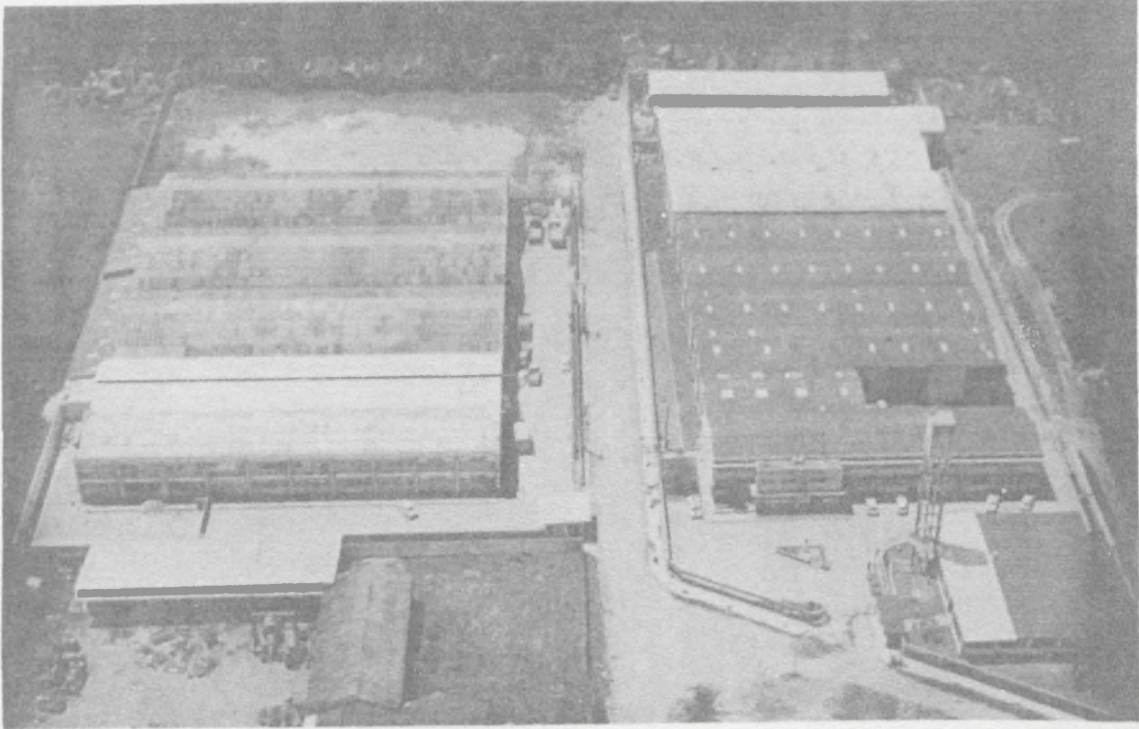
EDUCAÇÃO: A REALIDADE NO RN

407

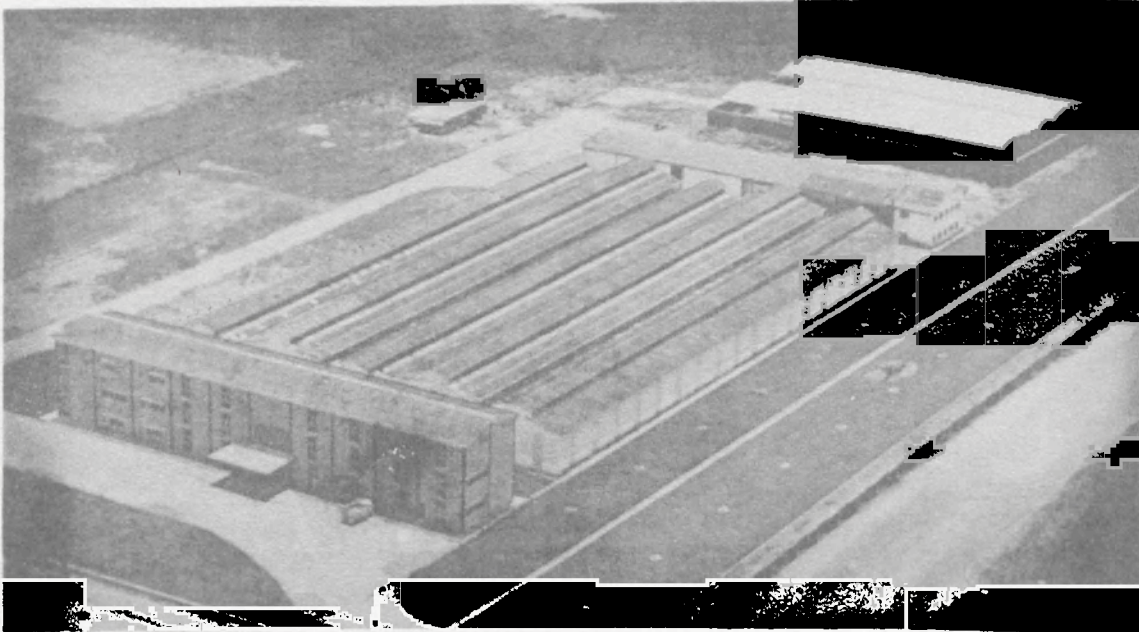
BARRILHA/78  
200 MIL TONELADAS



FÁBRICA 2 - RECIFE/PERNAMBUCO,



FÁBRICA 1 - JOÃO PESSOA/PARAIBA



**socic**

A maior Empresa de refrigeração do Norte e Nordeste do Brasil e uma das maiores do País.

Suas obras realizadas são o maior atestado da qualidade e eficiência dos equipamentos que produz.



## Diretores-Editores

Marcos Aurélio de Sá  
Marcelo Fernandes de Oliveira

## Gerencia Financeira

Núbia Fernandes de Oliveira

## Gerência Comercial

Roberto Macedo

## Gerência Industrial

Creso Barbalho

## Editor

Manoel Barbosa

## Redator-Chefe

Sebastião Carvalho

## Foto

Evaldo Ribeiro

## Departamento de Arte

Emanoel Amaral  
Luiz Pinheiro  
Gilson Silva  
Fortunato Gonçalves  
Andréa Maria

## Composição

Ana Maria Coelho  
Vanda Fernandes

## Diagramação

Fernando Fernandes

## Colaboradores

Alvamar Furtado  
Benivaldo Azevedo  
Cortez Pereira  
Dalton Melo  
Dantas Guedes  
Domingos Gomes de Lima  
Epitácio de Andrade  
Fernando Paiva  
Genário Fonseca  
Hélio Araújo  
Joanilson de Paulo Rego  
João Wilson M. Melo  
Jomar Alecrim  
Manoel Leão Filho  
Moacyr Duarte  
Ney Lopes de Souza  
Nivaldo Monte  
Otto de Brito Guerra  
Severino Ramos Brito  
Túlio Fernandes Filho  
Ubiratan Galvão

RN — ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade da Editora RN — ECONÔMICO Ltda. — CGCMF 08423279/0001 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687, Natal — RN. Telefones: 222-0806 — 222-0706 — 222-4455 — Redação: avenida Floriano Peixoto, 559 — Telefone: 222-0806 — É permitida a reprodução total ou parcial de matérias, desde que seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 10,00. Número atrasado: Cr\$ 12,00. Preço de Assinatura anual: Cr\$ 60,00. Assinatura para outros Estados: Cr\$ 75,00

## CORRIDA CONTRA O TEMPO

Corre-se contra o tempo, no Rio Grande do Norte, para acertar o compasso com os (des)caminhos da educação. É típico das sociedades pouco desenvolvidas a precariedade de recursos para os programas educacionais. Na realidade, a precariedade de recursos é para todos os setores. A carência é, em especial, para a educação porque, no seu impulso inicial, uma economia sempre não percebe que ensino é também investimento. O problema só vem a ganhar o seu devido enfoque quando a economia chega a um ponto em que passa a necessitar de quadros mais qualificados. É o que vem ocorrendo no Estado, em todos os setores. E, em decorrência disso, agitam-se os planejadores em busca de fórmulas mais rápidas para superar etapas em diversos níveis — do superior ao supletivo, do pré-primário aos profissionalizantes. E, o que é mais importante, do grau de qualidade do próprio ensino, em si. É esse problema que abordamos em nossa reportagem principal, deste número.

Conforme prometemos na declaração de princípios da nova fase, estamos voltando ao convívio do assinante e do leitor em geral com um intervalo menor e uma variedade maior de assuntos. Entre estes, chamamos a atenção para novo e frenético ritmo da valorização imobiliária em Natal, a posição que está adquirindo a indústria de cerâmica no RN, os caminhos por que passamos os gêneros alimentícios até chegar às mãos do consumidor e a situação de nossos minérios.

Outro destaque desta edição é a boa nova trazida para o Estado pelo presidente da Cia. Nacional de Alcalis, Sr. Edilson Távora, fixando a data para a inauguração da fábrica de barilha em Macau, o que é do maior significado para a economia do RN.

Acreditamos que estamos pondo em execução, com oportunidade, o nosso plano de reciclagem editorial. Não só porque é preciso servir bem ao nosso fiel assinante e ao público geral, como pela necessidade de seguir o ritmo de desenvolvimento ora experimentado pela economia potiguar.

## ÍNDICE

### ESPECIAL

Educação no RN	
Plano de Desenvolvimento da UFRN até 1979	6
Universidade luta pela qualidade e integração	11
Experiência com satélite deu certo. Agora, a prática	15
Qualidade do ensino é drama maior nas escolas estaduais	17
No ensino municipal, a lenta transição ao sistema integrado	19
Estado exporta seus técnicos de nível médio	21

### BARRILHA

Fábrica fica pronta próximo ano e produção começa em 1978	23
---	----

### MINÉRIOS

Estão loteando o subsolo potiguar?	31
------------------------------------	----

### COMÉRCIO

Entregue ao público 21ª loja de A SERTANEJA	35
---	----

### INDÚSTRIA

Scheelita sintética será produzida no RN em 77	36
--	----

### MERCADO IMOBILIÁRIO

Ritmo de valorização de imóveis é o maior de todos os tempos	38
--	----

### SAL

Empresas salineiras formam oligopólio?	41
--	----

### MERCADO DE CAPITAIS

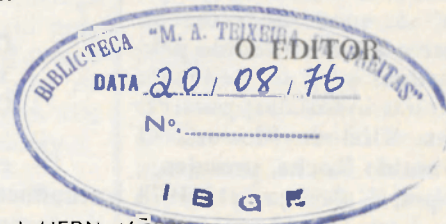
Não é bom perder de vista dinheiro do Fundo 157	45
---	----

### ARTIGO

O ICM no processo de desenvolvimento	47
--------------------------------------	----

### SECCÕES

Homens & Empresas	4
Enfoques Econômicos	50





# HOMENS & EMPRESAS

## SPARTA VAI FATURAR Cr\$ 100 MILHÕES EM 76

Confecções Sparta do Nordeste S/A, indústria do grupo UEB, deverá alcançar este ano um faturamento da ordem de Cr\$ 100 milhões, considerado excepcional em virtude de ser este o seu primeiro ano de funcionamento. Grande parte da produção da Sparta se destina a exportação. Por outro lado, outra indústria do grupo UEB, a Têxtil Seridó, já iniciou a produção de tecidos, em fase de experiência. A sua primeira grande venda foi feita mesmo em Natal: a Guararapes adquiriu 50 mil metros de pano cru, transação que chegou perto da cifra de Cr\$ 1 milhão.

## MOSSORÓ VAI PRODUZIR 10 MIL CAMISAS/DIA

As Confecções Guararapes S/A vão utilizar as suas deduções do ICM (incentivo fiscal concedido pelo governo estadual para investimento na expansão das indústrias) para expandir a sua filial de Mossoró. O plano de Nevaldo Rocha, presidente da Guararapes, é alcançar até 1978 a produção diária de 10 mil peças e criar mais 500 empregos diretos naquela cidade. Hoje, a Guararapes de Mossoró produz 5.000 camisas/dia.

## BANDERN DÁ LUCRO DE Cr\$ 11 MILHÕES

O lucro apresentado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A no exercício encerrado em 30 de junho último foi da ordem de Cr\$ 11 milhões, o maior já registrado na história da instituição estadual de crédito. O êxito se deve a um trabalho de equipe e a uma diretoria que dedica ao Banco todo o seu tempo e a sua criatividade. Até o fim do ano, o BANDERN terá sua filial no Rio de Janeiro.

## VOLUME DE DEPÓSITOS DA BANORTE CRESCER 80%

Foi da ordem de 80% o crescimento do volume de depósitos na caderneta de poupança Banorte no semestre encerrado em 30 de junho último, com relação ao semestre anterior. O aumento das aplicações foi superior a 200%.



## GENÁRIO FONSECA É VICE-PRESIDENTE DE SALHA S/A

O ex-reitor Genário Fonseca, atualmente dedicado aos negócios de construção civil e de agropecuária, foi convidado e aceitou participar da direção do grupo Salha, ocupando o cargo de vice-presidente. Como se sabe, o grupo que tem o comando de Nagib Assad Salha, está implantando uma fábrica de óleo de mamona no distrito industrial de Parnamirim. Uma das primeiras missões de Genário como diretor do empreendimento foi acelerar o enquadramento do projeto de Salha S/A Indústria e Comércio de Óleo no FINOR, o que foi conseguido, já tendo o FINOR liberado Cr\$ 2,6 milhões para o grupo. Outra liberação de Cr\$ 6 milhões ocorrerá em breve. Diante do ritmo que se está imprimindo à implantação do projeto, acredita Genário que antes de junho de 1977 a fábrica entrará em funcionamento. Até as máquinas já foram adquiridas e serão recebidas dentro de 120 dias.

## AMPLIAÇÃO DA BORBOREMA EM FASE FINAL

A S/A Fiação Borborema, que até o final do ano multiplicará por dois a sua capacidade de produção de fios finos de algodão, terá a sua área coberta acrescida em mais 4 mil metros quadrados. Até o final de agosto, a CERTA, empresa construtora do engenheiro José Valter de Carvalho, estará concluindo as obras físicas, orçadas em Cr\$ 8 milhões. A CERTA — Construções Cíveis e Industriais Ltda., ainda executa, no momento, as seguintes obras: prédios para as centrais telefônicas de Açú, Acari e Santa Cruz; o Edifício Itália, na Av. Hermes da Fonseca, que contará com 10 apartamentos classe A; o pavilhão de pediatria da UFRN, no município de Santo Antônio.



## PREÇO DO ALGODÃO PREOCUPA O SETOR DE FIAÇÃO

Há expectativa no setor de fiação com relação ao preço do algodão. Angelo Lagrota, diretor da Fiação Borborema, é de opinião que os preços do algodão — ... Cr\$ 600,00 a arroba — estão simplesmente proibitivos. “E o pior é que ninguém sabe qual vai ser a tendência” — disse Lagrota ao RN ECONÔMICO.





## MARCOSA ABRIRÁ FILIAL EM MOSSORÓ

A **MARCOSA S/A Máquinas e Equipamentos**, revendedora **Caterpillar** e **Scania** no RN, Ceará e Paraíba, estará abrindo uma filial em Mossoró ainda este ano, segundo informa **Moacir Alves Pinheiro**, gerente de vendas da empresa. Já está sendo comprado um terreno com 10 mil metros quadrados para a construção das instalações, ao mesmo tempo em que se está alugando um ponto no centro comercial da cidade para abrigar de imediato o escritório e o setor de vendas. Moacir, que viajou a São Paulo para

visitar a nova fábrica da **Caterpillar**, enumera as últimas vendas da **MARCOSA**: um trator **DC-6** e uma carregadeira **930** para a **ECOCIL**; uma motoniveladora **120-B** para a **SO-SAL**; além de vários caminhões **Scania**, quatro dos quais em Mossoró e dois em Natal, para a **Construtora Alfa** e para a **Transportadora Miramar Ltda.** A entrega deste último foi documentada pela foto acima, que mostra **Juvenal Gondim de Medeiros**, diretor da **Miramar**, recebendo as chaves das mãos de **Moacir Alves Pinheiro**.

## ÍNDICE DE VENDAS ANIMA PLANOS DE EXPANSÃO DA DIVEMO

O índice de vendas da **Divemo**, revendedora em Natal da **Mercedes Benz do Brasil**, animou os planos de expansão dos jovens empresários **Artur** e **Armando Peixoto**. Em abril, o faturamento foi da ordem de ... Cr\$ 5 milhões. Informa **Armando Peixoto** que as novas instalações da **Divemo**, às margens da **BR-101**, num terreno de 18 mil metros quadrados (com 8.500 metros de área coberta) e onde estão sendo investidos cerca de Cr\$ 7 milhões, serão concluídas em novembro deste ano, quando então a empresa sairá da **Ribeira**. O projeto está sendo orientado diretamente pela **Mercedes Benz**.

RN—ECONÔMICO

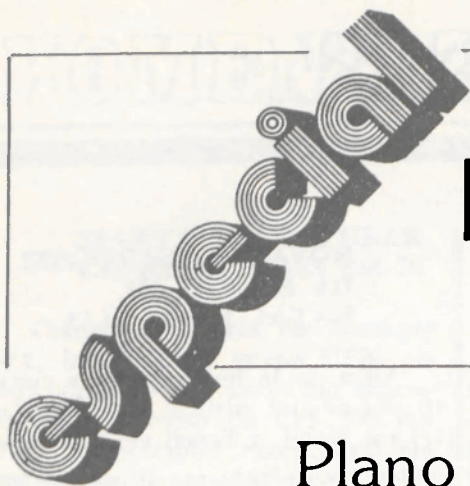
## NOVAS CONSTRUÇÕES DA ECOCIL EM NATAL E BRASÍLIA

Além de já ter acertado a construção de um edifício de 17 andares em Natal, a **Ecocil** ganhou mais uma concorrência em Brasília e vai iniciar nos próximos 60 dias a construção de 1.400 casas populares, dentro do programa que o Plano Nacional de Habitação Popular vem executando na Capital Federal. A empresa mantém escritório e pessoal técnico em Brasília para coordenar os serviços contratados na região do planalto. O edifício em Natal é **Morada Riomar**, com 70 apartamentos classe A, na esquina da **Avenida Deodoro** com **rua Sachet**, local considerado privilegiado devido a beleza da paisagem. O projeto já está com a **Banorte Crédito Imobiliário**, que vai financiá-lo através do sistema de Condomínio Fechado. O custo é de Cr\$ 37 milhões a preços de hoje. O **Morada Riomar** terá salão de festas, salão de jogos, play-ground, além de uma área reservada para a prática de esportes. O Diretor-Presidente da **Ecocil**, engenheiro **Fernando Bezerra**, diz que a empresa acaba de zementar seu capital para Cr\$ 30 milhões.

## SERÁFICO FALA DA SAFRA DE ALGODÃO

**Francisco Seráfico Dantas**, um dos maiores conhecedores dos problemas do algodão no Nordeste, fala sobre a próxima safra no Rio Grande do Norte sem muito entusiasmo. Para ele, a produção da zona **Seridó** está irremediavelmente prejudicada pela falta de chuvas, enquanto que na região **Agreste** a safra será normal. Se chover um pouco na área do **Potengi** e do **Trairi** (município de São Paulo, São Tomé, Barcleona, Santa Cruz e outros) ainda se pode esperar boa safra. Falando especificamente sobre o **Seridó**, **Seráfico** ressalta a precariedade com que se faz agricultura e pecuária naquela região, onde hoje se compra terra pelo preço mais baixo no Estado.

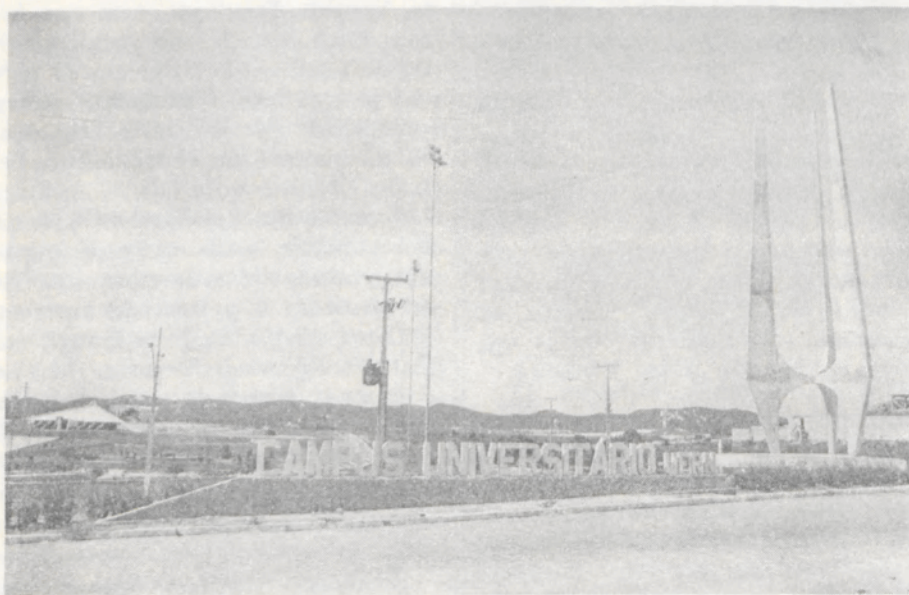




# Educação no RN

## Plano de Desenvolvimento da UFRN até 1979

**As metas e os meios de dar nova dimensão à nossa Universidade Federal em todos os seus setores.**



*Escultura à entrada do Campus  
Universitário*

Tanto quanto uma empresa moderna a Universidade de hoje adota métodos de planejamentos para as suas metas. A UFRN tem, para regê-la em suas linhas básicas, o Plano Global de Desenvolvimento 76/79. O documento estabelece um conjunto de objetivos ambiciosos. A dinâmica dos acontecimentos — segundo prevê o próprio Reitor Domingos Gomes de Lima e sua equipe — pode implicar numa execução antecipada de algumas dessas metas e objetivos, assim como provocar uma reavaliação nas necessidades.

O Plano estabelece as seguintes Linhas Fundamentais de Ação: 1 — Expansão e melhoria da qualidade do ensino; 2 — Implementação das atividades de pesquisa; 3 — Implementação das atividades de extensão de forma integrativa e sistemática; 4 — Desenvolvimento dos recursos humanos; 5 — Valorização do corpo docente através do desenvolvimento de atividades de integração e assistência; 6 — expansão e racionalização da capacidade física instalada; 7 — Aperfeiçoamento dos sistemas de planejamento e administração.

A *ESTRATÉGIA* — O Plano Global de Desenvolvimento 76/79, da UFRN, fixou estratégias específicas para atingir seus objetivos. Para a Meta 1, estabeleceu as etapas A, B e C, que são: Organização e instrumentação do sistema de ensino, Racionalização da oferta e melhoramento do processo de entrada no sistema e Elevação dos padrões de desempenho (métodos e processos: ensino/aprendizagem).

A segunda meta deverá ser alcançada através da Estruturação e organização dos sistemas de pesquisa, Fortalecimento da infra-estrutura para o desenvolvimento da pesquisa e Expansão das atividades de pesquisa de forma compatível com a realidade institucional e com as necessidades do desenvolvimento da região. Já a estratégia da terceira meta é visada com a Intensificação das atividades de formação complementar de desenvolvimento cultural, Desenvolvimento dos programas de integração comunitária, sob forma de treinamento profissional e prestação de serviços e Implementação das modalidades de atuação conjunta Universidade/Governo/Empresa.

No aspecto Desenvolvimento dos Recursos Humanos, a estratégia se fixa em quatro pontos: Capacitação de docentes prioritariamente a nível de mestrado e doutorado, Capacitação do quadro de pessoal técnico/administrativo e Implementação dos mecanismos de valorização e assistência ao servidor. As duas outras metas (5 e 6) terão suporte no Desenvolvimento de atividades promocionais e de assistência sócio/econômica, Estímulo à formação artística e

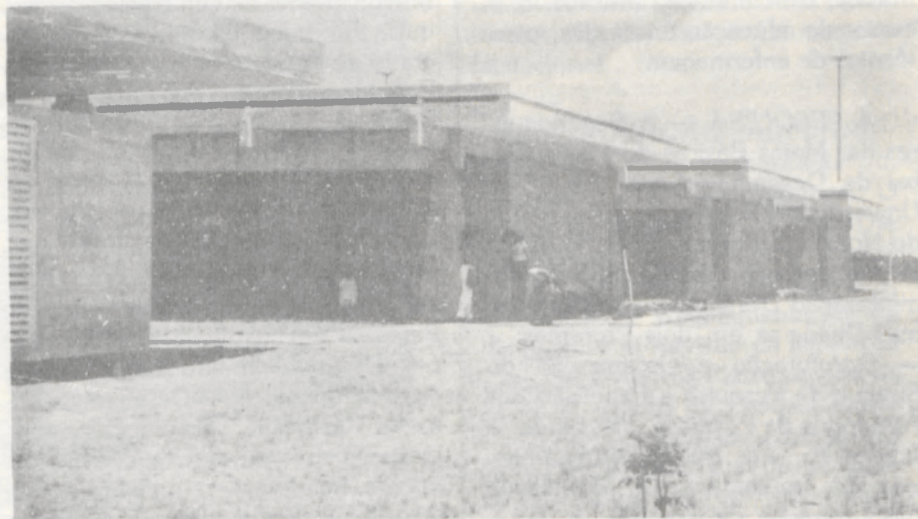


desenvolvimento cultural do estudante, Redimensionamento e instalação do Campus Universitário, Concepção e desenvolvimento do Projeto do Capus Biomédico e Ampliação e elevação dos níveis de eficiência dos recursos físicos.

Por fim, os meios para chegar à meta 7 são: Formulação de um sistema permanente de autodiagnóstico da instituição, Reestruturação e organização dos sistemas e subsistemas de planejamento e administração, Melhoria dos métodos e processos de desempenho administrativo e Desenvolvimento de mecanismos de integração dos órgãos setoriais e complementares no processo global de administração.

**METAS BÁSICAS** — No capítulo das Metas Básicas, o Plano Global compartimenta as estratégias de modo sistemático. Para qualificar e expandir a oferta determina a criação de cursos — nove de graduação, sete de pós-graduação (mestrado e doutorado), sete de pós-graduação (especialização e aperfeiçoamento), num total de 23; expansão e racionalização da oferta de vagas — 61% cursos de graduação e 81% cursos de pós-graduação; evolução da matrícula efetiva (taxa média de 21% no período).

O restante das metas: Implantação de um núcleo de assistência pedagógica, Implantação de um Núcleo de Pesquisas e Experimentação em metodologias educacionais e produção de recursos didáticos, Implantação de um sistema permanente de revisão e adequação de currículos, Consolidação do Núcleo de Pesquisas Fundamentais (em química, física da ionosfera e fisiologia), Consolidação do Programa Integrado de Pesquisas Aplicadas (em agrostologia, geologia, hidrologia e termodinâmica), Fortalecimento dos Núcleos de produção tecnológica e de apoio à pesquisa, Implantação do sistema integrado de estágios (treinamento profissional) e prestação de serviços entre Universidade/Governo/Empresa, Instalação da Biblioteca Central com aplicação de acervo para 100% do número atual, Ampliação e qualificação da oferta de serviços promocionais e de assistência ao estudante, Revisão dos aspectos estruturais e normativos da Instituição, Padronização das normas e procedimentos básicos do desempenho acadêmico e administrativo a níveis global e setorial.



*Cada setor tem seu bloco específico*

Nos compartimentos das Metas Básicas há um desdobramento no item Desenvolvimento de Recursos Humanos, que são: a — capacitar 346 docentes a nível de mestrado e 70 a nível de doutorado (50% dos professores atuais); b) — capacitar 320 (38% do número atual) docentes a nível de aperfeiçoamento e especialização com ênfase em metodologias de ensino e aprendizagem; c) — capacitar o quadro de administradores e técnicos — 90 executivos e 50 técnicos de quadros intermediários; d) — criar um sistema permanente de treinamento em serviço para o pessoal de base e serviços auxiliares com alcance direto de 234 treinados (60% do número atual dos servidores a esse nível).

As restantes Metas Básicas são: Redimensionamento do serviço central de informações institucionais, Implementação do sistema de planejamento, avaliação e controle (fortalecimento dos agentes setoriais do sistema), Redimensionamento do complexo agropecuário de Jundiá (criação do Campo Experimental de Tecnologia Agropecuária), Melhoria da rede física a) — concluir a construção do Campus Universitário (área = 54,899m<sup>2</sup> — 56% do total programado); b) — construir 50% do total programado para o campus biomédico, correspondendo a 25.000m<sup>2</sup>; c) — instalar e prover dos equipamentos necessários o total da área construída; d) — implantar um sistema de manutenção e racionalização no uso da capacidade física instalada.

**PROGRAMAS E PROJETOS PRIORITÁRIOS** — Especificamente

na área de ensino, que está incluída na Área I, o Plano Global define nos itens Programas, Subprogramas e Projetos Prioritários e/ou Atividades Básicas objetivos ambiciosos dentro da temática melhoria e expansão.

No setor de Reformulação de Currículos para o ensino superior, destaca: a) — revisão da estrutura curricular dos cursos existentes; b) — implantação de um sistema permanente de revisão e adequação dos currículos. E quanto aos estudos da oferta de vagas para cursos de graduação: a) — Sistema de Organização e aplicação do Concurso Vestibular; b) — Revisão e programação de vagas para os diversos cursos de graduação; c) — Implantação do esquema de duas entradas no Concurso Vestibular.

Um dos objetivos do Programa da Área de Ensino visa a criação de novos cursos de graduação para atendimento das necessidades estaduais. Esse sub-programa compreende: a) — estudos de viabilidade e implantação de cursos na área da Saúde: Nutrição e Fisioterapia (tecnólogo); b) — Estudos de viabilidade e implantação de cursos na área de Produção e da Tecnologia: Engenharia de Minas, Engenharia Industrial, Engenharia Mecânica, Mecânica (tecnólogo) e Computação; c) - Estudos de viabilidade e implantação de cursos na área de Educação e Ciências Sociais: Artes Gráficas (esquema especial), Cursos (esquemas especiais) e Psicologia.

O Programa de Organização e Manutenção do Ensino a Nível Médio está dividido em cinco itens: a — ensino técnico-agrícola; b — curso de



música; c — iniciação artística; d — cursos de educação doméstica; curso técnico de enfermagem.

**A PESQUISA** — A Segunda Área das Metas Básicas do Plano Global de Desenvolvimento 76/79 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte focaliza o setor da Pesquisa — um dos aspectos de tripé da administração Domingos Gomes de Lima. Divide-se em dois Programas: 1 — Estruturação e Organização do Sistema de Pesquisa e Expansão das Atividades de Pesquisa. Há, ainda, a subdivisão em três subprogramas, que são: Implantação do Sistema de Administração de Pesquisa — a) — Instalação e Funcionamento da Coordenadoria Geral de Pesquisa; b) — Implantação do Sistema Setorial de Planejamento, Controle e Avaliação; c) — Implantação de um setor de projetos, captação de recursos e convênios; Consolidação e De-

envolvimento de Um Núcleo de Pesquisa Fundamental: a — Projeto Integrado de Pesquisas em Química; b — Projeto Integrado de Pesquisa em Física da Ionosfera; c — Projeto de Pesquisa em Neurofisiologia. O terceiro subprograma dessa área é: Consolidação dos Projetos de Pesquisa Aplicada: a — Desenvolvimento de projetos de Pesquisa Sócio/Econômica; b — Desenvolvimento de Pesquisa em Geologia e Hidrologia; c — Desenvolvimento de Pesquisas Agropecuárias; d — Desenvolvimento de Pesquisas Tecnológicas; e — Desenvolvimento de Pesquisas na Área de Saúde; f — Implantação de um núcleo de Pesquisa e Experimentação em Metodologias Educacionais.

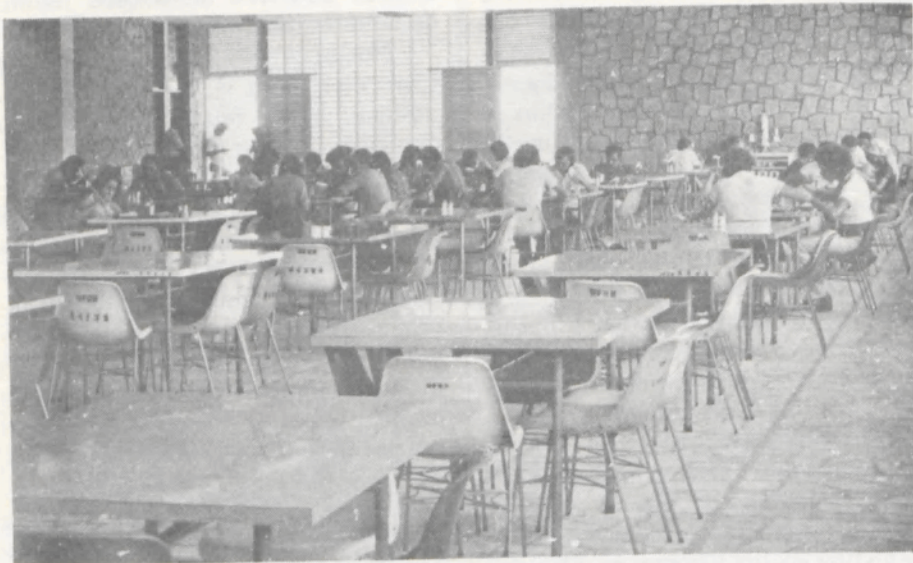
**EXTENSÃO** — As metas de Extensão consubstanciam-se também em dois subprogramas. O primeiro é Integração Comunitária, com dois itens: Atividades da Formação Com-

plementar e Desenvolvimento Cultural: a — Formação complementar profissional; b — Difusão e intercâmbio artístico/cultural; c — Teleducação e Comunicação Social. O segundo: Ação Comunitária: a — Crutac; b — Ação comunitária no meio urbano; c — Projeto de saúde mental integrado; d — Projeto de Nutrição e Educação para a Saúde; e — Projeto de Odontologia Preventiva.

O segundo subprograma é Atuação Conjunta UFRN/Governo/Empresa, este distribuído em Treinamento Profissional: a — Estágio supervisionados em empresas; b — Estágios supervisionados em órgãos do Setor Público; Prestação de Serviços: a — Implantação de Serviços de Consultoria e Assessoramento Técnico; Integração com Programas de Governo: a) — Ativação do sistema de acordos e convênios com programas de Governo.

**CORPO DISCENTE** — Nesta Área — a IV — do Plano Global de Desenvolvimento a divisão é feita em Assistência Sócio-Econômica e Desenvolvimento Sócio-Educativo e Recreativo. No primeiro setor: Assistência em Saúde: a — Serviço médico dentário; b — Serviço de Assistência em medicamentos; Alojamento, Alimentação e Transporte: a — Restaurante Universitário; b — Residência Universitária; c — Serviço de Transporte; Crédito e Assistência Financeira: a) — Crédito Educativo; b) — Serviço de compra e venda de livros didáticos; c) — Parcelamento de taxas escolares; d) — Concessão de bolsas; e) — Apoio ao programa MEC/Caixa Econômica Federal.

No segundo setor: Orientação Sócio-Educativa — a) Serviço Social ao Estudante; b) Orientação Psi-



*Restaurante Universitário — Solução para um sério problema*

# GALERIA

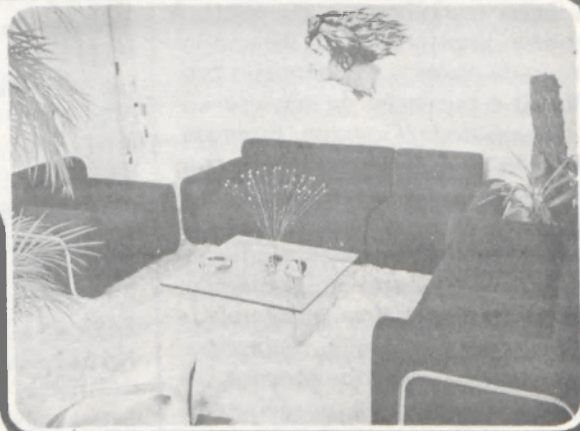
## móveis e decorações

Uma loja à altura do seu bom gosto. Ambiente de classe. Decoradora para orientá-lo. Conforto — Estacionamento. E o melhor em móveis, quadros, molduras, arranjos florais, tapetes e cortinas.



**GALERIA OLÍMPIO**

ONDE VOCÊ GANHA MAIS  
Av. Deodoro, 459







*Espaço físico do Campus ainda com muita coisa a construir*

cossocial e vocacional; c) Serviço de Orientação ao estudante de convênio; d) Serviço de Instrução e Assistência Religiosa; Desenvolvimento Sócio-Recreativo: a) — atividades esportivas; b — estímulos ao associativismo.

Há ainda, um terceiro aspecto nesta Área, que é o Desenvolvimento Artístico/Cultural. Inclui a Produção artística e desenvolvimento cultural, distribuída em: a) — TONUS; b) — Grupo Folclórico; c) — Grupo Universitário Pró-Arte (Montagem e manutenção de atelier).

**RECURSOS HUMANOS** — São três os Programas para esta Área. Assim distribuídos: Melhoria e Expansão do Corpo Docente, Melhoria e Expansão do Pessoal Técnico/Administrativo e Valorização e Integração dos Servidores.

São programas, de acordo com a metodologia do Plano Global, sempre divididos em subprogramas. No caso dos Recursos Humanos, o primeiro programa divide-se em dois subprogramas: Expansão do Corpo Docente — a) implantação sistemática de análise da capacidade contratada/necessidade docente; Capacitação Docente — a) qualificação dos atuais docentes (PICO — PRO-CAPIES); b) qualificação de futuros docente (PICO/recém graduados). O segundo Programa é a melhoria e Expansão do Pessoal Técnico/Administrativo, com dois subprogramas: Expansão do Pessoal Técnico/Administrativo — a) Implantação de um

sistema de análise periódica em função das necessidades e, no segundo: a) — Capacitação do pessoal de apoio; b) — Capacitação de quadros intermediários; c) — Desenvolvimento de Executivos; d) — Implantação de um sistema permanente de treinamento em serviço.

O segundo programa da Meta Recursos Humanos é o de Valorização e Integração dos Serviços, com dois itens: a) — Implantação do Sistema de Avaliação do desempenho funcional e b) — Implantação de

incentivos e serviços de assistência ao servidor: Apurn, Afurn e Cooperativa Habitacional.

**ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA** — Tem a baseá-lo um Programa e dois subprogramas. O primeiro é colocado sob o tema Desenvolvimento de Métodos e Processos de Desempenho, dividido em: Estruturação e Regulamentação da Instituição — a) Revisão da legislação básica da UFRN; b) Padronização de normas e rotinas de procedimentos internos e Aprimoramento dos subsistemas administrativos: a) Subsistema contábil/financeiro; b) Subsistema pessoal; c) Subsistema material; d) Subsistema Serviços Gerais; e) Implantação e melhoria de serviços de apoio técnico-administrativo.

**PLANEJAMENTO** — É a Área com maior número de Programas, Subprogramas e projetos. O primeiro Programa é Estruturação do Sistema de Planejamento, com dois Subprogramas: Modernização do Sistema de Planejamento — a) Elaboração de proposta de Planejamento Institucional; Institucionalização do Sistema de Planejamento: a) Criação da Coceplan (Coordenadoria de Planejamento); b) Regulamentação e Normatização de procedimento do sistema: estrutura de funcionamento/Coordenadoria de projetos e convênios, Es-



## Máquinas FACIT Vendas-Peças- Serviços

Modernize o seu escritório, com máquinas FACIT. E acompanhe o ritmo da empresa moderna. Calculadoras, máquinas de escrever e equipamentos.

Oficina eletromecânica e laboratório de eletrônica, com técnicos habilitados para revisões e consertos de todos os modelos de máquinas eletrônicas, elétricas e mecânicas, de todas as marcas.



**PAULA, IRMÃOS - COMÉRCIO S. A.**

Praça Augusto Severo, 260 - NATAL — RN  
Fone: 222-1532 22-0912 — 222-4581



estrutura de funcionamento da Coordenadoria de Programação Orçamentária, Estrutura de funcionamento da Coordenadoria de Modernização Administrativa, Estrutura de funcionamento da Coordenadoria de Controle e Avaliação.

O segundo Programa da Área é Estruturação do Sistema de Informações, com os Subprogramas: Redimensionamento do Serviço de Informações — Ampliação do Banco de Dados e b) Implantação do Setor de Pesquisa Institucional; Instrumentalização do processo decisório: Formulação de parâmetros e desenvolvimento de modelos para a tomada de decisões e b) Redimensionamento do Serviço de Processamento de Dados.

Desenvolvimento de Métodos de Programação é o terceiro Programa, tendo os subprogramas: Estruturação e estabelecimento de rotina de planejamento — Implantação do Escritório de Projetos.

O quarto Programa é Sistema de Controle e Avaliação, tendo dois Subprogramas: Controle de desempenho Institucional (meios) — a) Redimensionamento do Serviço de Acompanhamento e Análise dos Sub-sistemas; b) Implantação de uma sistemática de diagnóstico institucional; Avaliação de eficácia (fins): a) — Desenvolvimento de padrões de eficácia; b) Sistematização dos procedimentos de avaliação.

**ESPAÇO FÍSICO E INSTALAÇÕES** — O Campus, evidentemente é o aspecto essencial da Área VIII. O Subprograma é Campus Universitário: Edificações. E seus Projetos Prioritários e/ou Atividades Básicas estão equacionados desta maneira: a) Recursos/MEC/BID: Laboratório de Química, II; Laboratório de Materiais de Construção; Laboratório de Electricidade; Laboratório de Mecânica; Laboratório de Hidráulica; Laboratório de Física I (Complementação); Laboratório de Física II, Laboratório de Psicologia; Laboratório de Geociências; Biotério; Setor de Aulas Teóricas II (Complementação); Setor de Aulas Teóricas III; Setor de Aulas Teóricas IV; Setor de Aulas Teóricas V; Pavilhão de Administração Didática III; Pavilhão de Administração Didática IV; Biblioteca Central (complementação); Reitoria.

No capítulo "outros recursos", estão: Residência do Universitário III;

Residência do Universitário IV; Residência do Universitário V; Niquifar; Utilidades; Alojamento dos Professores (Hotel de Trânsito); Acervo Patrimonial; Imprensa e Editora; Recreação; Diretório Acadêmico III; Diretório Acadêmico IV; Biotério; Núcleo de Artes; Laboratório de Psicologia; Laboratório de Línguas.

O Subprograma de Infra-Estrutura é: a) Sistema viário; b) Sistema de Comunicação; c) Sistema de água e esgoto; d) Sistema de Eletrificação; e) urbanismo.

O Campus Biomédico é o segundo Subprograma da Meta Espaço Físico e Instalações que, por sua vez, subdivide-se em Planejamento — a) Estudo e organização da planta física e b) Elaboração do plano diretor e projetos específicos e Edificações — a) Construção do Hospital Geral Universitário; b) Construção de Ambulatório de Tocoginecologia; c) Ampliação de ambulatórios de clínica Pediátrica; d) Construção de Clínica Odontológica; e) Construção de Unidade Farmacêutica de Dispensação; f) Ampliação dos laboratórios de tecnologia Farmacêutica.

Há o Programa de Racionalização do Uso da Capacidade Física Instalada. Está nele entendido o Espaço Físico: a) Montagem do sistema de controle do uso e adequação do espaço físico e b) Atividades de controle do uso e adequação do espaço físico e Equipamento, Materiais e Móveis: a) Projeto de aquisição de equipamentos, materiais e móveis (a nível departamental) e b) Montagem do sistema de controle do uso e manutenção de equipamentos.

**SAÚDE E ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR** — São dois os Programas para esta área, que é a IX das Metas: Complexo Hospitalar e Serviço Clínico. O primeiro contém três Projetos Prioritários: a) Hospital das Clínicas; b) Maternidade-Escola; c) Hospital Walfredo Gurgel. O segundo Programa desdobra-se em: a) Clínica Odontológica Integrada e b) Banco de Sangue.

**TECNOLOGIA — AGROPECUÁRIA** — É a décima área das metas básicas do Plano Global de Desenvolvimento. Foi orientado tendo no seu topo dois Programas: Reestruturação do Complexo Agropecuário (Jundiá) e Tecnologia Agropecuária. O primeiro tem como base o Estudo e implantação do cam-

po experimental de tecnologia agropecuária. O segundo obedece a divisão de dois Subprogramas. Que são: Produção Agropecuária — a) Bovinocultura; b) Avicultura; c) Suinocultura; d) Cunicultura; e) Rizicultura; f) Cultura de subsistência: Experimentação Agrícola e Pecuária: a) Implantação de um sistema integrado de pesquisa (Embrapa/Sea/Cepa); b) Cultura do Sorgo; c) Agrostologia; d) Sericultura; e) Implantação do campo de produção de sementes e mudas; f) Implantação do campo de produção de matrizes e reprodutores; g) Tecnologia das frutas tropicais.

## PORTAS PARA BOX

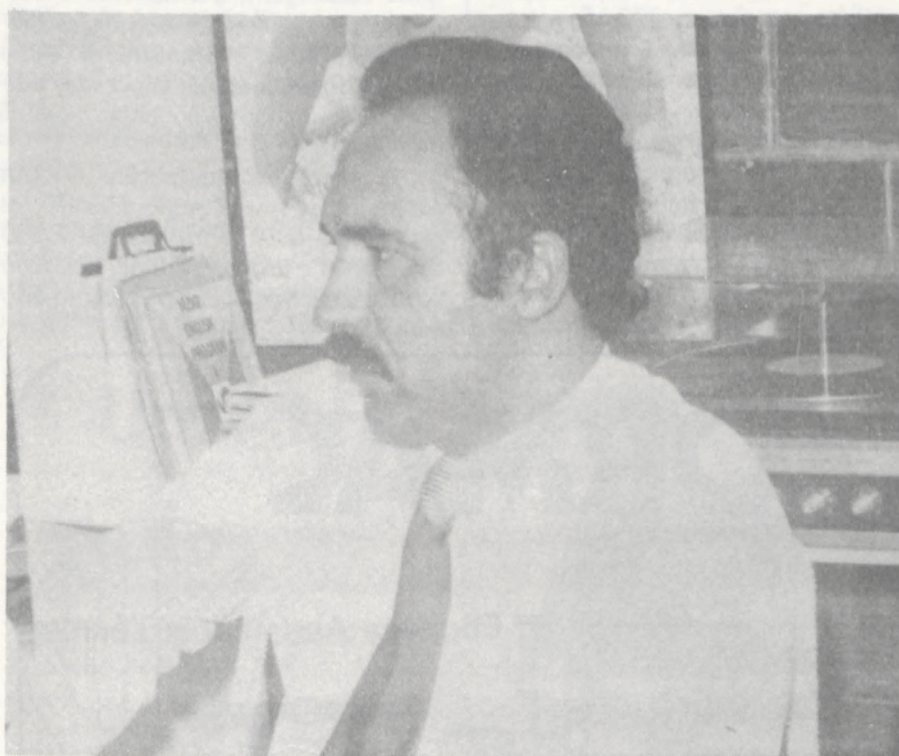


Rua Frei Miguelinho, 98  
Fones: 222-7957 e 222-4372



## Universidade está na luta pela qualidade e integração

**Colocando como objetivos básicos a qualidade do ensino, a extensão e a pesquisa, o atual Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte está procurando alinhar as metas do Ensino Superior em consonância com as necessidades estaduais e regionais.**



“... em essência, é ao mesmo tempo o mais lucrativo investimento que a sociedade pode fazer e a mais rica recompensa que ela pode conferir”.

(De John F. Kennedy — Mensagem sobre Educação-05.02.1962)

A Universidade, que desde os seus primórdios abrigou os herdeiros das classes dirigentes para habilitá-los a gerir o espólio do poder transformou-se, hoje em dia, no forno de que forja em alta combustão, as inte-

ligências mais capazes da sociedade produtiva como um todo para fornecer-lhe o suporte, as bases de sua estrutura. A educação, principalmente a de nível superior, ficou na rubrica/investimento em todos os planos e orçamentos da sociedade moderna, livre e competitiva. O apanágio de elites, o culto do bom tom e do título universitário como mera fachada de prestígio não são mais dos tempos atuais em que o dinâmico processo produtivo das sociedades modernas exige habilidades práticas e atuantes, pois sem esses elementos suas complexas engrenagens inevitavelmente emperram.

Sem ser necessariamente uma

empresa, a Universidade passou a desempenhar o papel de fábrica de capacidades, extinguindo as fronteiras entre a teoria e a prática, alinhando em níveis justapostos a pesquisa e o ensino, a técnica e o humanismo, as salas de aula e a extensão, estabelecendo um natural sistema de retro-alimentação no seu relacionamento com o meio social.

É esse o entendimento que o Reitor Domingos Gomes de Lima tem do papel da Universidade e, assim, é por esse caminho que tem procurado orientar a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O caminho, de resto, adequado para um Estado que, marcado por uma série de deficiências econômicas, reconhecidamente paupérrimo de estrutura e recursos, tem de superar rapidamente etapas para não perder-se no descompasso da rota do desenvolvimento.

**O TRIPÉ** — E as etapas estão sendo superadas. Executivo moderno, com formação humanística mas familiarizado com as modernas técnicas administrativas por força de uma série de cursos no Brasil e no Exterior, o Reitor Domingos Gomes de Lima estabeleceu como tripé de sua administração da UFRN a qualidade do ensino, a pesquisa e a extensão. Na escala de prioridades coloca em primeiro lugar a qualidade do ensino e essa tem sido a sua principal preocupação desde que assumiu o posto, há pouco mais de ano.

Na estrutura econômica/social do Rio Grande do Norte a Universidade tem um papel particularmente delicado. Não é só o limbo das esperanças da juventude, escala de uma posição social melhor. Ela tem a missão de fornecer quadros qualificados para o desempenho das tarefas que vão surgindo na esteira do novo quadro econômico.

Um ano depois de assumir o leme dos destinos da UFRN, Domingos Gomes de Lima parece inteiramente convencido do acerto do rumo tomado. Que se, em parte, obedece a um arcabouço básico oriundo da orientação do Governo Federal via Ministério da Educação, tem também, e muito — como gosta de observar — “a marca pessoal do administrador em muitos aspectos e se-



tores, sempre levando em conta as condições locais.”

Exemplo bem significativo é a necessidade urgente do mercado de trabalho do Rio Grande do Norte que se refere à mão-de-obra mais qualificada. É uma tarefa que a Universidade incluiu entre seus objetivos ao criar cursos de tecnólogos, com a duração média de dois anos.

— Há carência de técnicos em setores novos, antes não existentes e é preciso supri-los de pessoal. — afirma o Reitor Domingos Gomes, citando o caso de uma empresa recentemente instalada no Rio Grande do Norte e que teve de importar 30 técnicos japoneses que vão ficar no Estado por período de três anos, tempo para o treinamento de pessoal local a fim de exercer aquelas funções.

**EMPOLGAÇÃO** — É apenas uma das necessidades a que a UFRN se dispôs a suprir segundo o entendimento do seu atual Reitor. Um entendimento nascido de 12 anos de familiarização com os diversos setores da Universidade, antes de assumir o posto. Um aprendizado proveitoso, nos mais diversos ângulos e que, aliado à juventude de Domingos Gomes de Lima (37 anos), resultou num

### O Reitor entende a Universidade como uma fábrica de capacidades, que extingue as fronteiras entre a teoria e a prática.

estado de quase permanente empolgação na perseguição das metas a serem atingidas, empolgação essa que pode ser constatada pelo entusiasmo com que fala de sua missão.

— Nosso maior esforço é a qualidade do ensino. Temos um programa de capacitação do corpo docente a nível de mestrado e doutorado. Inicialmente, previmos a capacitação de 400 docentes; agora, já ampliamos essa meta para 700. É preciso revisar permanentemente o ensino e os currículos. — diz num tom nada professoral, procurando explicar com abundância de demonstrações verbais a suprema importância de se qualificar o mais possível o professorado como condição básica para um bom desempenho da missão da Universidade.

É no enfoque dessa problemá-

tica, mostra-se bastante satisfeito com a própria melhoria do nível de salário dos professores, possibilitada com o último plano de reclassificação. Pelo plano, um professor titular ficou percebendo salários de Cr\$ 16.500,00, um professor adjunto 14.500,00, um assistente Cr\$ 12.500,00 e um auxiliar Cr\$ 8.000,00.

— São salários bem razoáveis. — reconhece Domingos Gomes deixando transparecer sincera satisfação pelo alcance do reajuste, não só pelo benefício em si como pelo seu significado implícito — melhor remunerado, o corpo docente da UFRN ficará com melhores condições de executar as metas e sintonizar-se com as novas funções do ensino universitário.

Funções que, no entender do Reitor da UFRN, necessitam de constante reciclagem, permanente atualização, principalmente porque as metas do próprio administrador estão sendo constantemente superadas embora o seu quadriênio esteja apenas no começo.

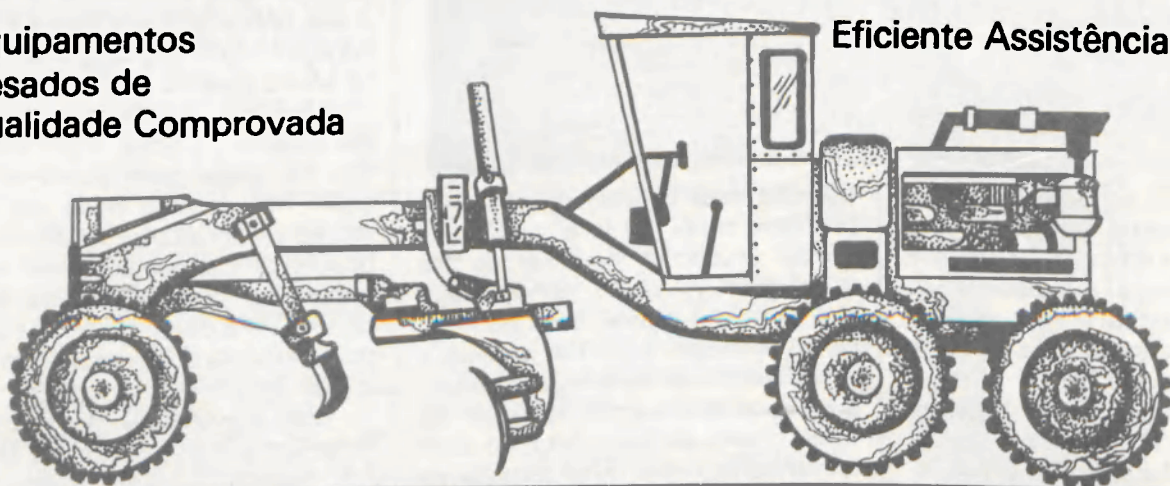
A nível de graduação — um exemplo de meta superada — foi previsto para 1976 um teto de 7.200 estudantes e a Universidade está com 8.500, devendo ficar no próximo ano com 10.500.










# FORMAC

Equipamentos  
Pesados de  
Qualidade Comprovada

Eficiente Assistência Técnica



 <b>WORTHINGTON</b> Compressores	 <b>CLARK EQUIPMENT</b> Pás carregadeiras	 <b>FAÇO</b> Britagem	 <b>WABCO</b> Caminhões fora de estrada	 <b>KOMATSU</b> Tratores de esteira	 <b>HUBER-WARCO</b> Motoniveladoras	 <b>MOTORES PERKINS</b>
---	--	--	---	---	--	---

Av. Duque de Caxias, 99 — Ribeira — Tel.: 222-1582 — 222-4505 — C. Postal, 22 — NATAL — RN



O Reitor também fala com entusiasmo da implantação dos cursos de pós-graduação, incluindo mais sete a nível de mestrado e oito a nível de especialização.

**A PESQUISA** — A pesquisa, institucionalizada e de largo alcance, tem sido outra preocupação da Universidade, setor realmente delicado e nem sempre levado na devida consideração no Brasil por não apresentar resultados imediatos. O Sr. Domingos Gomes de Lima enfatizou a necessidade de “verticalizar a pesquisa na UFRN”.

— Antes — lembra — as pesquisas na Universidade eram realizadas através de esforços isolados. Agora, existe a Pró-Reitoria para Pesquisas que tem a finalidade de garantir o caráter departamental aos trabalhos de pesquisa. No momento, a UFRN analisa, realmente, todos os projetos de pesquisa para que os esforços nesse setor estejam voltados para as necessidades do Estado e da Região.

Porque a integração com a Região é outra finalidade atual da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O Reitor acha necessária não só a integração com o Governo Es-

---

**“Os objetivos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte são essencialmente finalísticos e os fins são específicos: ensino, pesquisa, extensão”.**

---

tadual como com a política regional.

— Entendo a integração regional como a da maior importância. — diz.

**O ESTUDANTE** — Não é com menor entusiasmo que Domingos Gomes de Lima fala do seu relacionamento com os estudantes durante o seu primeiro ano à frente da Universidade.

— Não tive o menor desentendimento com os estudantes. Aliás, tenho procurado ouvi-los o mais possível, mantenho as portas abertas para eles, escuto as suas sugestões. Vamos propor, inclusive, a duplicação dos representantes nos órgãos colegiados. Posso informar que tenho encontrado ajuda da parte dos estudantes. — assegura o Reitor.

Para ilustrar melhor o seu relacionamento com os estudantes, faz

questão de ressaltar o que chama de “valorização do estudante” com a ampliação do programa de assistência. Fixando-se em números, revela que 4.200 estudantes já foram beneficiados com os programas assistenciais da UFRN, na sua administração.

E vai mais adiante:

— Mas não se trata somente da ajuda na forma da concessão de bolsas, melhoria do restaurante. Trata-se do que eu chamo de valorização efetiva do estudante, possibilitando a criação de grupos teatrais, estimulando as vocações artísticas.

Talvez o verdadeiro motivo do relacionamento tranquilo entre o Reitor da UFRN e seus 8.500 estudantes seja o próprio ritmo do seu trabalho, o papel da instituição no momento e o entendimento tácito dos alunos. É um ritmo quase frenético, uma carga de trabalho dividida que não permite tempo para derivações ociosas e sobras de energia para divagações.

As obras do Campus Universitário fascina e são não só orgulho do Reitor, professores e estudantes, como da própria cidade. O Reitor tem esperança de concluí-las dentro de sua administração e, para tanto, já conta com todos os recursos financeiros necessários.

## Um ALFA ROMEO de corpo e alma



**Comercial Wandick Lopes S.A.**

**Av. Antonio Basilio (Av. 16), 1267 - Fone:222-4385  
Natal - Rio Grande do Norte**



Ademais, o método do Sr. Gomes de Lima é bem diverso do Reitor tradicional. Não adota o estilo populista, é um homem de expressão fechada, mas movimenta-se com facilidade por todas as áreas, aferindo pessoalmente o que se passa nos setores mais importantes. Admite, contudo, que um "Reitor tem de ter os seus momentos de reflexão no Gabinete." Com a transferência da Reitoria para o Campus, acha que a sua presença mais perto dos estudantes e professores será altamente favorável.

**A FILOSOFIA** — Saindo dos dados mais formais, da citação das realizações e consecuições de metas — e superação de marcas — o Reitor Domingos Gomes de Lima vai ao ponto mais profundo de sua filosofia educacional. É a filosofia que norteia, enfim, toda a sua estrutura administrativa, que é uma natural mescla da orientação do Ministério da Educação, com o Plano de Ação do Governo estadual, o desenvolvimento econômico regional e suas convicções pessoais.

O Reitor da UFRN assim define essa filosofia:

— Os objetivos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte são essencialmente finalísticos. Todos os esforços são orientados para fins específicos: ensino, pesquisa e extensão.

Lembrando a ação do ex-Reitor Onofre Lopes ao instituir o Crutac, refere-se ao relacionamento que a Universidade deve ter com a comunidade urbana em consonância com as Secretarias de Educação e Saúde, afora a integração também nos bairros. É o extensionismo e a integração.

Dessa maneira, segundo o Reitor, a Universidade vive em diálogo permanente com a comunidade, sente as suas necessidades e, ao senti-las, adequa os seus mecanismos para servi-la, atuando como os servomecanismos da retro-alimentação dos sistemas cibernéticos — o "feedback".

**OS INSTRUMENTOS** — Tem, porém, o Reitor Domingos Gomes perfeita consciência da necessidade de se ter os instrumentos adequados para se por em prática toda essa filosofia educacional. A partir das condições materiais dos professores — com a melhoria salarial e de quebra, uma política assistencial que pre-

tende possibilitar a aquisição da casa própria através de uma cooperativa — e ao que ele chama de "aspectos instrumentais".

Nada se faz sem espaço físico. — salienta.

E, para isso, assegurou os recursos financeiros necessários, oriundos do BID, Caixa Econômica e do Fundo do Amparo e Desenvolvimento Social, num total de Cr\$ 260 milhões, depois dos projetos aprovados pelo Ministério de Educação, Ministério do Planejamento e Conselho de Desenvolvimento Econômico. Esses recursos financeiros não serão aplicados exclusivamente na conclusão

das obras do Campus Universitário. A aplicação incluirá a aquisição de equipamento para o desenvolvimento da pesquisa e os meios necessários a outras atividades do ensino.

Está a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através da filosofia administrativa do seu Reitor, consciente de sua função de apoiar, logisticamente, o desenvolvimento social e econômico do Rio Grande do Norte, compenetradas peculiaridades do Estado e do conceito de que, na sociedade moderna, como bem disse John F. Kennedy, educação é investimento.



Máquinas modernas, robustas, potentes e altamente produtivas para a grande maioria dos trabalhos corte-aterro. Rendimento máximo por metro cúbico, com ou sem trator "pusher", mesmo nas piores condições de trabalho. Ambas fabricadas no Brasil.

**MARCOSA S.A.**

**MAQUINAS E EQUIPAMENTOS**

NATAL - R. G. do Norte  
Trav. das Donzelas, 311

FORTALEZA - Ceara  
Rua Castro e Silva, 294, 3

J. Pessoa - Paraíba  
BR-101, nº 235 D1



## Experiência com satélite deu certo. Agora, a prática

**Escolhido como Estado típico da problemática educacional brasileira, o Rio Grande do Norte mostrou a viabilidade da educação via satélite. Agora, vai começar a produzir seus próprios programas.**



*TV UNIVERSITÁRIA — Responsável pela transmissão das aulas*

Possivelmente em agosto o Rio Grande do Norte terá uma responsabilidade adicional no seu programa de educação: a produção dos programas para o Projeto Saci, experiência pioneira no Brasil e que, até então, eram produzidos e gerados em São Paulo para retransmissão via TV-Universitária do Rio Grande do Norte. Todas as atividades do Projeto Saci ficarão a cargo do Centro de Tecnologia Educacional do Rio Grande do Norte, órgão vinculado à Secretaria de Educação e viabilizado através de convênio entre o MEC, CNPq, UFRN e Governo do Estado.

Depois de um período de experiência, em que se procurou formar quadros de monitores, o Projeto Saci passará a atingir 100 municípios do Estado (antes beneficiou 71), com atendimento a 15 mil estu-

dantes. Dentro da nova fase do Projeto Saci serão executados novos programas educacionais, um deles para o 2.º grau.

**O MÉTODO** — A razão do Rio Grande do Norte ter sido escolhido para campo de experiência do mais sofisticado e inovador método de ensino jamais tentado no mundo — a educação via satélite — é que é um Estado com a reprodução miniaturizada dos problemas nacionais, no setor. Outro fator foi a existência, no Rio Grande do Norte, de uma clientela escolar mais populosa no campo do que na área urbana. E, além disso, havia o fato do Instituto de Pesquisas Espaciais já manter trabalhos no Estado ligados à Barreira do Inferno.

Segundo a opinião dos técnicos a experiência do Projeto Saci foi considerada vitoriosa no Rio Gran-

de do Norte e chegou a servir de modelo para países mais desenvolvidos — entre estes o Canadá, que o aplicou em janeiro deste ano para atingir populações de regiões mais distantes.

Nas palavras de um técnico, do ponto de vista educacional, o sucesso também foi pleno, pois implantou novos métodos pedagógicos numa boa parte dos docentes do Estado — os que atendem no meio rural — modificando os meios de abordagem didática e até mesmo hábitos de trabalho. O total de escolas alcançadas foi de 510 e em locais em que muita gente sequer, havia visto, ainda, uma televisão ou, ao menos, falar nela.

A equipe de produção local já foi preparada, estando apta a produzir programas de alto nível, substituindo a tradicional figura do professor.

**O PROJETO SACI** — Desde 1968 que o Instituto de Pesquisas Espaciais vinha planejando o Projeto Saci cujo estágio final, dependendo da aprovação do Poder Central, deveria utilizar satélite para telecomunicação com cobertura nacional. Os meios de superfície foram avaliados pelo Experimento Educacional do Rio Grande do Norte, criado pelo INPE com a finalidade de testar programas de Rádio, Televisão, Material de Acompanhamento e Avaliação, em seus vários estágios e aspectos. Como o EXPERN seria aplicado em escolas do Estado, havia a necessidade de providenciar uma rede de estações de televisão que cobrisse toda a área. Daí, o Governo do Estado demonstrou interesse na implantação do sistema e motivação em utilizar-se da Tele-educação, principalmente na área do ensino supletivo. Do lado da Universidade Federal, a Telecomunicação passava a interessar no setor de Extensão Universitária.

Foi estabelecido, então, um acordo entre as três partes interessadas para a implantação de uma rede de estações para atender basicamente, a área selecionada pelo Programa Experimentação, que se constituía em 70% do território do Estado.

Partiu-se para um levantamento das características de alunos, professores e a escolha foi feita em toda a área prevista para a implantação do Projeto. O resultado foi a elaboração de um documento norteador de todo o programa, que levou

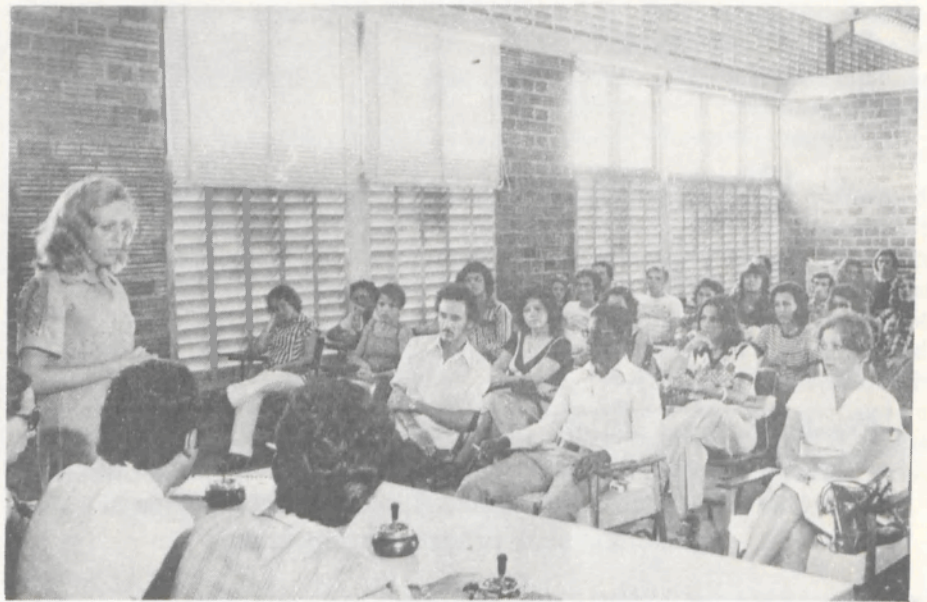


o título de Diagnóstico Educacional do Rio Grande do Norte e as Características das Escolas, Professores e Alunos. Paralelamente, foi feito outro levantamento visando às características conservadoras e inovativas da área do Experimento, com definição das lideranças formais e informais da comunidade analisada. Do mesmo modo foram tomadas medidas de intensidade de campo e reduções gráficas visando estabelecer as potências a serem adotadas, bem como os locais de irradiação da rede de televisão e estações de rádio. Também foi aplicado um teste visando abalisar o grau de conhecimento das professoras leigas, a fim de que as aulas produzidas atendessem o nível médio da clientela a ser atendida. Após a eleição das escolas a serem atingidas, de forma aleatória, providenciou-se um levantamento das condições de instalações para a adoção de programação de equipamentos.

**CONDIÇÕES TÉCNICAS** — A conclusão para a programação técnica constou de: um transmissor de 2 KW de potência de vídeo, instalado no Morro Branco em Natal, ficando a altura virtual da antena a 150 metros do nível do mar; transmissor de 2 KW de potência de vídeo, instalado na Serra de Santana, com a altura da antena a 810 metros do nível do mar; um pequeno transdutor de 35W colocado no pico da Serra de Mossoró, a 350 metros do nível do mar.

Com isso foi designada praticamente a área coberta por sinal válido de TV.

**RECEPÇÃO ORGANIZADA** — O universo escolar a ser atingido no Estado foi selecionado por um computador, através do critério de aleatoriedade, com a distribuição de 25% com a mesma representatividade entre as áreas urbana e rural. Após, foi executado o plano de implantação das 510 escolas, ao mes-



**PROJETO SACI** — Equipe local sendo preparada para redigir as aulas

mo tempo em que o Estado era dividido em quatro Centros Logísticos.

Em cada sede de município, utilizando-se os sistemas de ligação das prefeituras, foi montado um ciclo de renovação das baterias e troca de material de estudo e ensino.

Para contornar o problema da energia elétrica — pois aproximadamente 80% das escolas envolvidas no programa não possuíam instalações elétricas — foi adotada como fonte de energia para TVs baterias automotivas.

A partir de abril de 1975 o INPE passou a utilizar o Satélite de Comunicações da NASA, ATS-6 nas aplicações experimentais do Projeto SACI, tendo sido estabelecida em sua sede de São José dos Campos (São Paulo) uma Estação Transmissora com capacidade para enviar sinais de vídeo e áudio ao satélite. Em Natal, através de uma antena parabólica de três metros de diâmetro era recebido o sinal do satélite, o qual era injetado num re-

ceptor-conversor e entregue à mesa comutadora da Estação de Televisão. Daí o sinal era enviado ao transmissor que irradiava para toda a área abrangida pelo Experimento.

Dez escolas aleatoriamente caracterizadas e segundo uma linha de afastamento da irradiadora, receberam equipamentos semelhantes. O sinal recebido era plugado diretamente a um monitor-receptor de televisão, tipo comercial. A comutação entre a recepção de sinal diretamente da Estação de Televisão ou do sinal via Satélite era automática, dependendo de uma carreta de sinais codificados que emulavam o receptor via satélite.

Na ânsia de superar etapas e de apelar para todos os métodos possíveis a fim de ganhar a batalha da educação, o Rio Grande do Norte tem-se utilizado, também, dos sofisticadíssimos métodos via satélite e TV. As experiências, segundo os técnicos, foram estimulantes e, agora, prepara-se a fase prática, já com a produção no próprio Estado.

**PNEUS só com RAUL**



## Qualidade do ensino é drama maior nas escolas estaduais

**A Secretaria de Educação está formando, a curto prazo, dois mil professores e espera, em 4 anos, qualificar dez mil.**

Mais grave do que no nível superior e no ensino municipal, o problema da qualidade do ensino na rede de escolas estaduais do Rio Grande do Norte ocupa o primeiro item na escala de preocupações do Secretário João Faustino. Tanto que um dos principais programas levados a efeito, atualmente, pelo Governo do Estado, no setor educacional, é o Projeto Logos 2, cujo objetivo é a formação de 10 mil professores leigos no Rio Grande do Norte dentro de dois anos. O programa é financiado pelo Ministério da Educação e envolve recursos financeiros num total de Cr\$ 12 milhões.

A rede estadual de ensino compreende 1.276 estabelecimentos, com 1.831 salas de aula, 188.326 alunos (175.736 no 1.º Grau e 12.600 no 2.º Grau) e 9.838 professores, grande parte destes sem a necessária qualificação e sem remuneração adequada. A Secretaria de Educação estima o deficit escolar em cerca de 110 mil alunos. Ou seja: 110 mil crianças em idade escolar no Rio Grande do Norte estão impossibilitadas de estudar por carência de salas de aula para o ensino de 1.º Grau.

Todavia, espera a Secretaria de Educação, até o final do atual Governo, reduzir o deficit para 50 mil, com a aplicação de Cr\$ 100 milhões num programa de equipamento e construção de escolas, investimento esse possibilitado por um convênio assinado com o Ministério de Educação, sendo os recursos provenientes da Caixa Econômica, além de



*JOAO FAUSTINO — Carência cultural, alimentar e afetiva, para crianças do 1.º grau*

mais Cr\$ 80 milhões oriundos do salário-educação.

### NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO

— O problema da qualidade do ensino no Estado tem algumas peculiaridades que o Governo tem procurado resolver com soluções específicas.

— Hoje — diz o Secretário — o Governo está remunerando o professor tendo por critério o seu nível de qualificação.

O critério favorece o professor formado e que, antes, preferia o ensino de segundo Grau. O salário vinculado à formação do professor

já enquadrou até o momento uns 200 mestres e até o final do ano estará implantado em todo magistério.

Já o Projeto Logos 2 atingiu, no primeiro semestre, à zona litorânea do Estado, incluindo dois mil alunos/professores. No segundo semestre passará a funcionar na zona Oeste.

Numa colocação mais precisa do problema de educação no Estado, o professor João Faustino observa que, rigorosamente, “não posso destacar o maior problema, pois existem vários e que estão intimamente ligados”. Mas começa sempre a falar deles pela qualificação do magistério. Problema, segundo entende, “infelizmente de todo o Brasil”.

— O ideal seria que todo professor ensinando no Estado tivesse qualificação universitária. Mas a verdade é que a maioria é de leigos — explica.

Na sua opinião, tanto no Rio Grande do Norte “como em todo o país não nos preparamos para enfrentar o processo de democratização do ensino e, portanto, a qualidade não acompanhou as exigências quantitativas”.

E acrescenta:

— Há carência cultural, alimentar e afetiva para as crianças que ingressam nas escolas de 1.º Grau e não existe um instrumental mínimo para assisti-las. As novas metodologias educacionais visam testar novos instrumentos, principalmente na 1.ª série do 1.º Grau.

Uma parte do financiamento da Caixa Econômica — Cr\$ 20 milhões — será empregada na reorganização administrativa e técnica das escolas de Natal, Mossoró, Caicó e Currais Novos e no reequipamento de todas as unidades da rede estadual. Há ainda, salienta o Secretário João Faustino, a preocupação de ministrar a educação pré-escolar em todas as escolas construídas no atual Governo, assistindo-se, portanto, as crianças de cinco e seis anos.

O Sr. João Faustino vê no Governador Tarcísio Maia um administrador muito sensível aos problemas educacionais “por ser um homem culto, ter sido, já, Secretário de Educação e tomado parte em comissões educacionais como par-



lamentar e como representante do Ministério da Educação na Sudene".

— Estamos tendo todo apoio e recursos possíveis. — diz.

**PLANOS E PROGRAMAS** — Dentro da estratégia da Secretaria de Educação, consta o Programa do Fundo de Assistência Social que permitirá a construção de 600 salas de aula no Estado e a recuperação de 300 prédios escolares nos próximos dois anos. Técnicos educacionais são de opinião que como causas do deficit escolar estão, também, relacionadas a omissão dos pais que deixam de encaminhar as crianças às escolas, problemas de saúde e nutrição e limitações sócio-econômicas.

**QUALIFICAÇÃO** — Com referência à qualificação, a Secretaria de Educação vem executando um programa diversificado, procurando suprir, tanto quanto possível, as necessidades do Estado. No sistema de ensino supletivo, são oferecidos cursos na função de suplência — educação geral de 1.º Grau — e na função de qualificação através de convênio com o Departamento de Ensino Supletivo do Ministério de Educação e Cultura.

Especificamente no setor de qualificação, são promovidos cursos com aproveitamento da infra-estrutura das instituições que atuam nessas áreas: Senac, ETEFRN, Escola de Enfermagem, etc.

Os cursos são de Administração, Auxiliar de Enfermagem, Técnico de Eletrotécnica, Técnico de Eletricidade, Desenhista de Arquitetura, Laboratorista de Solos e Pavimentação, Auxiliar de Contabilidade, Auxiliar de Escritório, Auxiliar de Ad-



**GOVERNADOR TARCISIO MAIA** — Ex-secretário de Educação, conhecedor do problema

ministração de Empresas (com recursos do Estado).

São realizados, no âmbito da Secretaria de Educação, exames de 1.º e 2.º Graus para dar oportunidade à clientela desprovida de escolarização para concluir esses níveis.

O total de alunos mantidos nos cursos de qualificação — segundo os índices do primeiro semestre — é de 467 alunos.

**EDUCAÇÃO GERAL** — O programa estadual de educação, a nível de 1.º Grau, oferece os seguintes cursos: Educação Integrada — Minerva — Fase II, Cursos Intensivos de Preparação ao Exames Su-

pletivos — CIPES, Centro de Estudos Supletivos — CES (apontado pelo MEC como o melhor no Brasil).

O total de alunos matriculados nesse nível é de 11.879.

Os técnicos informam que a procura para os exames supletivos tem sido cada vez maior e as oportunidades oferecidas pela Secretaria de Educação chegam a três por ano, em cada grau de ensino. Apontam como uma das grandes dificuldades do ensino supletivo a carência de recursos humanos para a atuação no sistema. Tem sido feito um desesperado esforço para superar essa deficiência com a realização de cursos de treinamento de pessoal. Este ano já foram realizados cinco desses cursos. Surgiu, recentemente, a possibilidade de se concretizar um projeto do MEC para treinar todo pessoal de supletivo no país, esperando-se que entre em fase de execução concreta ainda neste ano.

Excetuando os exames, o atendimento do supletivo, no Estado, chegou a 12.346 alunos.

**OS PROFESSORES** — A delicada questão da qualificação de professores está a cargo da Subcoordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Educação. Esse setor tem a missão de executar projetos e programas a nível de habilitação, aperfeiçoamento e atualização. Neste ano estão em execução dois projetos de habilitação a nível de 2.º Grau para professores não titulados: 1) — curso de habilitação de professores de 2.º Grau de caráter intensivo, metodologia direta com duração de 12 meses; 2) — Projeto

# NATAL, CIDADE DO SOL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CERTAMES**



Logos 2, para habilitar professores não titulados de 2.º Grau em exercício nas quatro primeiras séries de 1.º Grau, via ensino supletivo com avaliação no processo usando a metodologia de ensino à distância e destinando-se à formação de dez mil profesoressas, com duração de quatro anos.

De outra parte, os projetos de habilitação a nível de 3.º Grau compreendem: Licenciatura Curta em Pedagogia com habilitação em Administração Escolar, com duração de dez meses, destinando a diretores de escolas de 1.º Grau; Licenciatura Curta Parcelada em Ciências e Matemática, destinado à formação de professores especialistas nestas disciplinas.

Na modalidade de Atualização estão em realização os seguintes cursos: Atualização em Matemática, em Comunicação e Expressão, em Educação Artística.

Neste segundo semestre estão programados os cursos de Artes Cênicas, Atualização em Educação Es-

pecial e Aperfeiçoamento para docentes de classes comuns.

**O ENSINO INTEGRADO** — Num complexo de equilíbrio delicado como o do setor educacional do Rio Grande do Norte, a nível estadual, há ainda o processo de transição entre o sistema fundamental — ou tradicional — e o integrado. A primeira etapa foi iniciada em 10 de agosto de 1975 e completada em fevereiro de 1976. Em 10 de maio deste ano teve início a segunda etapa, com término previsto para novembro.

Estão incluídas neste programa de transição gradual as quatro primeiras séries do 1.º Grau. Esses programas são realizados em convênios entre a Secretaria de Educação e o Mobral, incluindo 39 municípios em oito Núcleos Regionais de Educação, com um total de 2.600 alunos em todo o Estado.

**OS RECURSOS** — Obviamente, os programas educacionais dependem, talvez com maior dramaticidade do que os de outros setores —

com exceção dos de Saúde — de uma variedade de recursos financeiros. No orçamento de um Estado ainda pobre como o Rio Grande do Norte a prioridade é para setores de necessidades mais imediatas. Num orçamento excessivamente bitulado pela exiguidade de recursos, o investimento — admitindo-se que educação seja investimento — é preterido em favor de rubricas mais imediatas. Para 1976, o Orçamento Geral do Estado do Rio Grande do Norte é de 1 bilhão, 160 milhões, 840 mil e 329 cruzeiros. Coube à Secretaria de Educação 160 milhões, 71 mil e 98 cruzeiros. De recursos próprios serão gastos Cr\$ 113 milhões, 87 mil e 500; de outras fontes — Cr\$ 47 milhões, 583 mil e 691.

Pouco mais de 10 por cento do Orçamento Geral do Rio Grande do Norte está sendo canalizado para o setor de educação, em 1976, num esforço integrado com os órgãos federais para superar etapas reconhecidamente difíceis e vitais.

## No ensino municipal a lenta transição ao sistema integrado

**Sem os necessários recursos financeiros, o sistema de Educação do Município luta pela qualidade do ensino nas 46 escolas onde estudam 12.422 alunos.**

Na rede do ensino municipal de Natal uma das principais preocupações é, também, com respeito a qualidade do ensino, principalmente porque nele se processa, ainda com a necessária cautela, a lenta transição do tradicional sistema da escola comum — primário e ginásio — para o integrado — de 1.º Grau. No setor estratégico, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura preocupa-se, no momento, com a elaboração do Plano Básico, instrumento que institucionalizará uma série de providências destinadas ao aproveitamento máximo de todos os recursos e medidas capazes de agilizar as estruturas de ensino do município.

As dificuldades das autoridades de ensino no município de Natal convergem, naturalmente, para um ponto nevrálgico: precariedade de recursos financeiros. É reconhecida a luta da própria Prefeitura por verbas para a execução dos seus programas, em diversas áreas críticas e, sendo a Secretaria Municipal de Educação e Cultura um organismo com a função de complementar e ajudar a tarefa da Secretaria Estadual de Educação, os seus organogramas não chegam a figurar na primeira escala de prioridades dos recursos financeiros conseguidos a duras penas.

**A REDE** — A rede de unidades escolares mantidas pelo município



**PROF.ª MARIA GOMES DE OLIVEIRA** — Perseguindo uma melhor qualidade do ensino

compreende um total de 46 — 44 do ensino fundamental e duas do médio — com 164 salas de aula (126 ensino fundamental e 38 médio), 12.432 alunos matriculados (9.375 no fundamental e 3.057 no médio e 441 professores em regência (333 no fundamental e 108 no médio). No momento, estão em construção mais dez salas de aulas,



com conclusão prevista para o mês de julho.

Em 1976, conforme informação do Setor Financeiro da SMEC, o município investiu no setor de Educação um total de Cr\$ 11.900.000,00 sendo que Cr\$ 7.407.479,10 de recursos próprios.

Os convênios têm sido uma válvula de escape para a compreensão provocada pela falta de verbas. No período 1975/1976 a Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura de Natal firmou os seguintes convênios: 1 — Mobral, no valor de Cr\$ 67.725,00, beneficiando 1.505 alunos e que foi iniciado no dia 1.º de abril deste ano; 2 — Campanha Nacional de Merenda Escolar, no montante de ... Cr\$ 75.407,44; 3 — Programa de Assistência Educacional aos Municípios, envolvendo recursos no total de Cr\$ 385.000,00 e que vigorou de janeiro a junho deste ano.

O objetivo desses convênios foi a transferência gradativa do ensino de 1.º Grau aos municípios.

No setor de merenda escolar — programa que funciona como fixador da frequência dos alunos de renda mais baixa — foram atendidas, este ano, 12 escolas e 5.051 alunos, com 681.130 refeições servidas na faixa etária de seis a 14 anos.

Os métodos de ensino adotados pelas Escolas Municipais de Natal variam de acordo com a realidade de sua clientela. Esses métodos são três: Didutivo/Indutivo, Experimental e Analítico/Sintético.

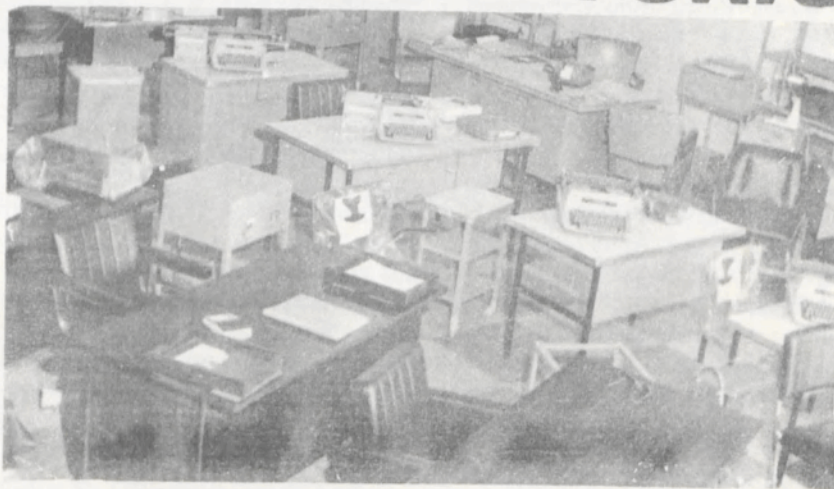
Os dois tipos de escolas — de 1.º Grau e Sistema Comum (primário/ginásio) estão passando por um processo de transição gradual. Nas escolas de 1.º Grau, o ensino é integrado por área e, nelas, uma equipe técnica especializada desenvolve ação conjunta com os demais elementos envolvidos no processo com vistas a uma familiarização mais efetiva. De sua parte, as escolas do Sistema Comum vão procurando a adaptação gradativa com as inovações do 1.º Grau, dentro da sistemática global de, a longo prazo, incorporar-se totalmente ao novo sistema.

**CONDIÇÕES** — O processo de matrícula nas escolas da rede municipal é o mais simples possível. O primeiro passo é o requerimento endereçado ao Diretor da escola, feito pelo próprio aluno quando é de maior idade e por uma pessoa responsável, no caso do menor. O prin-

cipal documento é a certidão de nascimento e, no setor burocrático, é necessário o preenchimento da Ficha Cadastro (dados pessoais). No ato da matrícula, com fundamento na Lei Municipal n.º 2052/71, é exigido o pagamento de uma taxa

correspondente a 2% do salário mínimo vigente que será revertida em benefício do aluno através de programas assistenciais. Essa taxa é dispensada quando é reconhecida a extrema pobreza da família do aluno.

## MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO

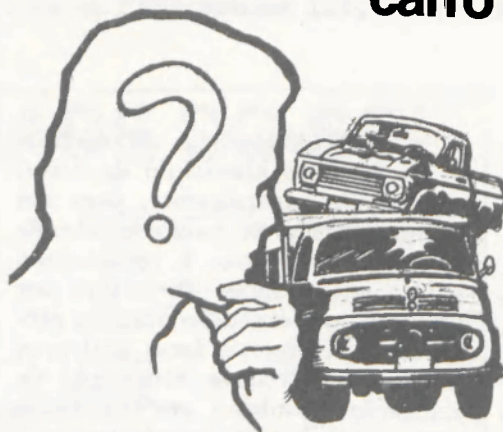


## RECOMAPE

MATRIZ — Rua Dr. Barata, 242

FILIAL — Praça Augusto Severo, 91 Fones — 2-1467 e 2-1618

## Quando a marca do carro não é problema



**GERALDO FRANCA AUTOMÓVEIS** vende carros de todas as marcas. Automóveis, caminhões, camionetas, basculantes. Vendas financiadas ou por outros sistemas de pagamento.



### Geraldo França-Automóveis

VEÍCULOS EM GERAL - COMÉRCIO A VARÊJO

Av. Rio Branco, 203/205 — Fones: 222-3815 — 222-3936  
NATAL — RN



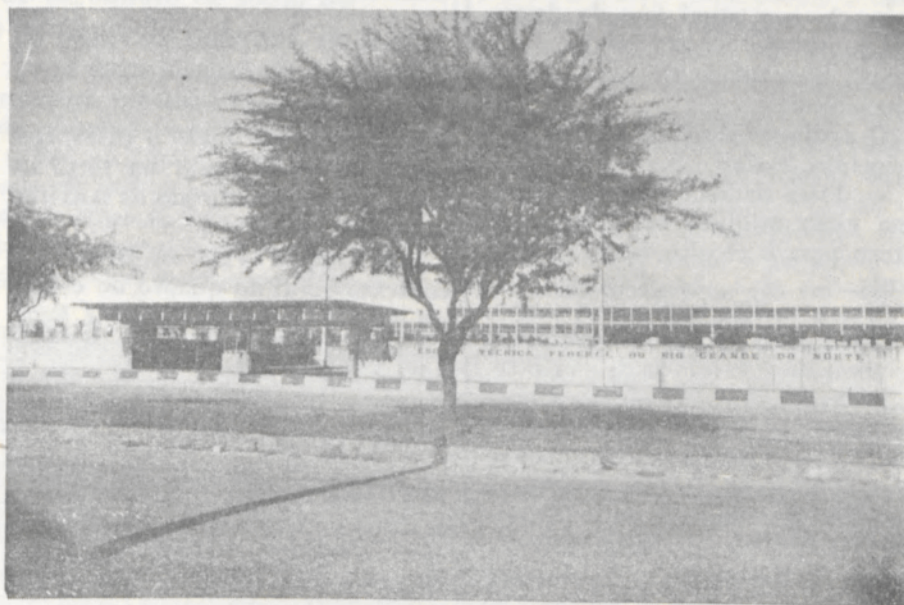
## Estado exporta seus técnicos de nível médio

**Mais da metade dos técnicos de nível médio formados pela Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte vai para outros Estados e até para o exterior.**

Se nos setores tradicionais o ensino no Rio Grande do Norte tem como principal dificuldade a qualidade, o problema se acentua quando se faz um levantamento dos cursos técnicos. Para o diretor da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, professor Arnaldo Arsênio de Azevedo, "o nível do professorado da ETERN pode ser considerado muito bom, em que pese a inexistência de licenciatura para as várias disciplinas de formação especial, dificultando ao profissional de nível superior a formação pedagógica tão necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino e, na maioria dos casos, gerando a própria inexistência do profissional para essa área de atividade".

A busca ao professor qualificado, na área da formação especial, chega a se tornar dramática e, nas palavras do professor Arsênio, "sentimos maiores dificuldades pela falta do profissional".

A Escola Técnica Federal tem procurado, diz o seu diretor, "até nos Estados vizinhos solução para este problema e, sem dúvida, contamos atualmente com excelentes profissionais nas diversas áreas do ensino, como sejam: Estradas, Edificações, Saneamento, Eletrotécnica, Mecânica, Mineração e Geologia". O professor Arnaldo Arsênio, conquanto deixe claro em suas palavras o problema da qualificação profissional do professorado técnico, procura sempre mostrar aspectos positivos e não desanimadores, ressaltando a competência do pequeno grupo conseguido a muito custo, exaltando que são "profissionais RN—ECONÓMICO



ETFRN — Inserindo o educando na comunidade

qualificados e experientes que exercem o magistério com responsabilidade e acentuada dedicação".

**ATRATIVO** — A esperança do professor Arsênio na solução do problema do professor qualificado para os cursos de formação especial está no que ele considera um, bom nível de remuneração para "a realidade norte-riograndense".

— O nível de remuneração do professorado é o 22, que obedece à regulamentação do Governo Federal, através do Dasp. — diz.

E acrescenta:

— Com a implantação do plano de classificação de cargos do Governo Federal esta remuneração melhorará ainda mais e poderá ser,

inclusive, um forte afetivo para o profissional especializado.

Há um lado da questão bastante delicado, na problemática do ensino profissional e de formação especial no Rio Grande do Norte. O mercado, evidentemente, ressen-te-se de profissionais desse nível. Mas tem um limite bem estabelecido que é, exatamente, o seu crescimento relativo. Da mesma maneira que muitas empresas e muitos setores industriais queixam-se da pouca oferta de profissionais qualificados há, da parte dos que buscam essa qualificação e dos que já se consideram como providos dela, a contrapartida da reclamação: a exiguidade das colocações, o número reduzido de

empregos afinados com as suas especialidades.

Falando-se especificamente da mão-de-obra formada pela Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, a sua absorção pelo mercado do Estado, na explicação do professor Arnaldo Arsênio de Azevedo, processa-se "através da concessão de estágios com a duração de 720 horas, no mínimo, para obtenção do registro como profissional de nível médio e através da absorção dos técnicos, após o estágio, dependendo do desempenho pessoal do estagiário".

E explica:

— Salientamos que a procura tem sido sempre maior do que o



número de profissionais que podemos oferecer, tamanho é o interesse das empresas pelo técnico de nível médio.

**O FUTURO** — Mas o diretor da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte tem esperança toda especial no futuro do mercado de trabalho para a mão-de-obra formada pelo estabelecimento que dirige.

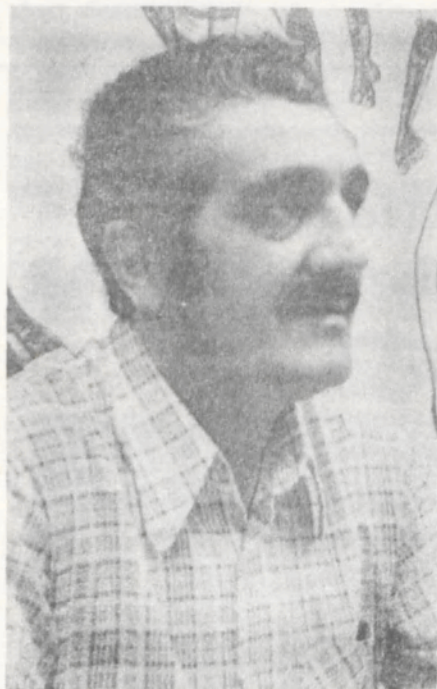
— Vemos o futuro do mercado de trabalho para a mão-de-obra formada pela ETRN bastante promissor. Nossa afirmação se fundamenta na constatação dos seguintes indicadores: a) — maior facilidade para colocar nossos tecnólogos no campo do estágio, verificado na procura de nossos alunos pelas empresas; b) — há absorção quase automática dos nossos técnicos pelas empresas, após a conclusão do estágio; c) — a atual fase do desenvolvimento do Estado exige uma maior quantidade de mão-de-obra especializada.

O professor Arsênio conclui esse raciocínio, assim:

— Estes dados nos permitem uma visão otimista em relação ao futuro para o técnico formado pela escola.

Mas a realidade é que o mercado local ainda não tem condições de absorção completa da mão-de-obra técnica de nível médio. Quase a metade dos profissionais formados pela Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte fica no Estado enquanto o restante é exportada para todas as unidades de federação e inclusive para o exterior — França.

No que se refere ao processo de aperfeiçoamento dos currículos, as principais modificações têm se relacionado com a tentativa de efetivação da Lei. n.º 5.692/71, no sentido de garantir intercomplementaridade com os colégios Imaculada Conceição, Nossa Senhora das Neves, Saleciano e Secretaria de Educação, oferecendo cursos de Auxiliar de Desenhista de Arquitetura e Laboratorista de Solos. Além disso, o currículo das habilitações mantidas pela Escola foi estruturado de forma a permitir que o aluno, além de concluir o 4.º, 5.º e 6.º períodos, gradativamente seja auxiliar técnico no campo de disciplinas que concluiu, até atingir a formação mínima necessária para ser Técnico de Nível Médio, imprimindo ao currículo um caráter de terminalidade logo após o término



ARNALDO AZEVEDO — "Nível do professorado da Escola é muito bom".

sem a conclusão total do curso, tem condições de ingressar na força de trabalho com certificado de Auxiliar Técnico).

**OS OBJETIVOS** — Dentro do contexto geral do quadro do ensino no Estado, a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte tem como objetivo básico proporcionar uma base de cultura geral e técnica, ou seja: preparar o educando para exercer atividades especializadas de nível médio. Essa formação vem a se tornar elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho como também preparo para o que a direção da escola chama de "exercício consciente da cidadania".

O ensino na Escola Técnica também é definido com a condição de proporcionar a formação do educando, inserindo-o na comunidade, suprimindo o mercado de mão-de-obra especializada, principalmente no setor secundário da economia. O seu funcionamento tem base num sistema, com função pedagógico-administrativa. As funções pedagógicas permitem a realização dos objetivos da Escola e dizem respeito ao processo ensino-aprendizagem, como também a escolha convencional do aluno; as funções administrativas congregam as atividades interdependentes de comando, controle, coordenação e planejamento que permitem a funcionalização do sistema.

O Sistema Pedagógico é integrado pelo Departamento de Pedago-

gia e Apoio Didático, incumbido de efetuar o planejamento, controle e avaliação do currículo pleno, bem como orientar sua implementação e promover sua integração; o Departamento de Ensino é incumbido de desenvolver o processo ensino-aprendizagem, bem como de efetuar os registros escolares a ele relativos. Já as funções Administrativas são exercidas pelo Departamento de Administração e exerce as atividades relacionadas com a administração financeira, orçamentária, contábil, patrimonial e serviços gerais; pelo Departamento de Pessoal ficam as atividades relacionadas com a formação, aperfeiçoamento e treinamento de pessoal, cadastro e lotação, classificação e retribuição de cargos e empregos; a Coordenadoria de Planejamento encarrega-se da atividade relacionada com o planejamento e controle global da Escola. Além dos quatro Departamentos e da Coordenadoria de Planejamento, a Direção conta, ainda, com dois assessores, sendo um de apoio Didático e outro de ensino. Possui também um Conselho Técnico Consultivo destinado a colaborar com a Direção para o aperfeiçoamento de suas atividades, sendo o elo de ligação com outros órgãos da comunidade.

**ALUNOS & RECURSOS** — A Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte possui, atualmente, 2.560 alunos, de ambos os sexos, ministrando os Cursos Técnicos de Estradas, Edificações, Eletrotécnica, Mecânica, Mineração, Geologia e Saneamento. As fontes de recursos para a sua manutenção são: Tesouro Nacional, através do Departamento de Ensino Médio, Ministério da Educação e Cultura; Convênios com outros órgãos federais, tais como Programa Especial de Bolsas de Estudos, Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra e Departamento de Assistência ao Estudante.

Para ingressar na ETRN o candidato tem de submeter-se ao Teste de Seleção, a nível de 1.º Grau, que é realizado para classificação até o limite máximo de vagas oferecidas pela Escola. Os planos de investimento para os próximos três anos visarão à melhoria do equipamento de laboratórios, complementação do parque esportivo e conclusão da urbanização da Escola. Para o atendimento deste programa, os recursos estão sendo solicitados pela Direção aos órgãos que normalmente a mantêm.



## Fábrica de barrilha fica pronta no próximo ano e produção começa em 1978

**A terraplenagem do terreno já está sendo feita. As máquinas já estão sendo fabricadas, inclusive uma caldeira que custará Cr 50 milhões. É a fábrica de barrilha da ALCONORTE, que finalmente começa a tomar forma definitiva. Não fora de tempo, como provou o seu diretor-presidente, Edilson Távora, que recentemente esteve em Natal. Nesta entrevista a RN-ECONÔMICO, ele aborda diversos aspectos da implantação da segunda unidade produtora de carbonato de sódio do Brasil, a terceira da América do Sul.**

Finalmente a Alcanorte — Alcalis do Nordeste S. A. quebrou o silêncio e disse sobre o que está sendo processado e providenciado, com vistas à implantação da fábrica de barrilha em Macau. O seu presidente, e presidente também da Companhia Nacional de Alcalis, a que está afeta, em Natal há alguns dias para participar de assembléia geral que iria tornar oficiais algumas medidas já determinadas pela cúpula, falou com prodigalidade e sem ardeios, com clareza e "abrindo o jogo" em todos os sentidos.

A idéia da fala do sr. Edilson Távora, no entanto, foi do Governador Tarcísio Maia, que instou para que ele, aproveitando a vinda para a assembléia geral, expusesse tudo aos secretários do Governo e à imprensa. Ele não se fez de rogado, antes pelo contrário: bem falante, coerente, realista e sincero, deixou todo mundo "por dentro" da situação, começando a sua explanação pela corroboração do óbvio, mas sempre bom de ser ouvido: "A fábrica de barrilha de Macau vai criar um novo Rio Grande do Norte e ela não é importante apenas para vocês, mas também para o Nordeste e, fundamentalmente, para todo o Brasil".

Presente na Sala de Despacho do Palácio Potengi, aonde o sr. Edilson Távora falou, RN-ECONÔMICO conseguiu junto ao presidente da Cia. Nacional de Alcalis e da Alcalis do Nordeste S. A. importantes declarações sobre o andamento da implantação da fábrica de Macau.

**RN-ECONÔMICO — Como o senhor**

**resumiria o posicionamento do projeto da Alcanorte, atualmente?**

**Edilson Távora —** Seria mais fácil começar por providências preliminarmente tomadas para se chegar a esse posicionamento. Por exemplo: compramos todas as ações do grupo Akzo,

holandeses, no total de Cr\$ 3,8 milhões, o que significa que hoje o controle da Alcanorte é inteiramente nacional. Depois, aumentamos o capital social da empresa de Cr\$ 10 milhões para Cr\$ 382 milhões. E fizemos levantamentos e estudos relacionados com a matéria prima de que prescindiremos, para funcionar — calcáreo e sal.

**RN-ECONÔMICO — A saída dos holandeses significou o que, agora o fato da empresa agora ser essencialmente nacional?**

**Edilson Távora —** A rigor, esse foi o fato mais importante. Mesmo porque os holandeses não estão alijados totalmente: eles foram os autores do projeto, que nós compramos, e vão nos ajudar a implantar a fábrica, com o seu know-how. Acontece que o fato de comprarmos o projeto à Akzo não queria implicitamente dizer que ela deveria ter participação na empresa e muito menos o seu controle. Do jeito que as coisas estavam, iríamos ter aqui mais uma multinacional. Agora não, ela será totalmente nacional e isto é antes de mais nada coerente com um princípio legal: afinal a Alcanorte é uma indústria de base, que vai explo-





rar as riquezas minerais do País e está localizada justamente numa região problema do Brasil, o Nordeste. Com relação ao know-how, os holandeses logicamente ainda terão sob controle muitas memórias do projeto, pois é natural que não nos passem todos os segredos técnicos. Neste particular, ocorreu que a Alcalis, atendendo a convites de governos estrangeiros, mandou vários de seus técnicos visitar fábricas de barrilha, mas nunca nenhum conseguiu penetrar em todos os departamentos dessas fábricas. Há sempre alguma coisa que fica escondida. O que é muito natural.

**RN-ECONÔMICO** — Que outras modificações houve, no projeto?

**Edilson Távora** — No decorrer do ano passado, quando muitos desconheciam as atividades da Alcanorte, nós estávamos efetuando estudos importantes, que visavam as modificações do projeto. Quando eu chegava ao Rio Grande do Norte, todos me perguntavam como ia a Alcanorte, o que estava faltando, e havia até certa descrença. É que o pessoal não via o trator no campo, terraplanando o terreno. Mas ainda não era a hora do trator. A questão é que a grande fase que então se vivia era a elaboração do projeto e da consecução dos insumos. Quando aqui chegamos a primeira coisa que nos preocupou foi o problema do calcáreo. Nós realmente tínhamos um contrato com a Sandel, mas essa empresa não nos havia fornecido sequer um relatório dizendo sobre a qualidade do calcáreo. Os fornos já estavam sendo feitos, na indústria nacional, mas de forma empírica, de acordo com dados que tínhamos mas não resultantes de estudos mais detalhados. Eu então consegui uma auditagem na Sandel, obrigando-a a nos apresentar o relatório e a acompanhar os estudos. Em decorrência disto houve reformulação no conceito do calcáreo e o projeto teve que ser modificado na Holanda. Depois, foram feitas pesquisas e prospecções para definição da reserva de calcáreo, o que veio assegurar conhecimento desse insumo numa projeção até os próximos 23 anos. Atualmente, estão sendo feitos estudos com relação ao plano de lavra e com vistas ao aproveitamento das jazidas. Então, estamos hoje com uma área definida que assegura um início de utilização de calcáreo para produzir 200 mil toneladas de barrilha, durante 23 anos. Mas isto é só a parte prospectada, a parte levantada das jazidas, pois estamos seguros e tranquilos quanto à potencialidade do Estado, neste setor.

**RN-ECONÔMICO** — Mas não é só

de calcáreo que vive a indústria da barrilha. E no caso do sal?

**Edilson Távora** — Havia distorções, na fase preliminar do projeto: a Alcanorte era obrigada a uma estranha exclusividade de determinada empresa produtora. Conseguimos eliminar essa exclusividade e agora novas perspectivas se abrem para a indústria salineira da região, de modo geral. A Alcanorte vai comprar sal de qualquer produtor, observados naturalmente padrões de qualidade, preços, etc

**RN-ECONÔMICO** — Sabemos que quando a Alcanorte tinha participação acionária do grupo Akzo alguns organismos financeiros se sentiam com di-

**“Alcanorte agora é uma empresa inteiramente nacional, embora que a fábrica de barrilha conte com know-how holandes”.**

ficuldades para chegar até o projeto, com ajuda. Como o senhor detalha essa situação?

**Edilson Távora** — O BNDE, por exemplo, dizia o ficialmente que não dava dinheiro até que o projeto passasse ao controle brasileiro. Em virtude disto, a SUDENE também ficava impossibilitada de agir. Então, a Companhia Nacional de Alcalis tinha os recursos para a Alcanorte mas não podia fazer os repasses, porque não havia condições administrativas para isto. Como estava armado, o projeto entrava em choque com as próprias concepções dos órgãos que dele iam participar. Na hora em que houve a modificação, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico não apenas chegou com a sua participação como até cola-

borou espontaneamente: o seu presidente nos forneceu, para acompanhar a reestruturação, um técnico que não era apenas um técnico, era inclusive um diretor. Isto nos deu uma situação muito boa, criou um clima de autoconfiança porque se o BNDE era o dono do dinheiro e estava dentro do negócio com um diretor, a importância do projeto estava definitivamente selada. Principalmente porque o BNDE nunca se engaja de maneira tão direta em projetos que financia. Quando eu pedi um representante do Banco, para estudarmos a reformulação, esperava que a colaboração viesse através de uma assessoria, mas na realidade veio um representante do estabelecimento e muito mais do que isto: veio um diretor.

**RN-ECONÔMICO** — Como o senhor explica o impasse criado em virtude da Cia. Nacional de Alcalis ter optado pelo Rio Grande do Norte, ao invés de Sergipe, para a implantação dessa fábrica?

**Edilson Távora** — No Brasil nós só temos uma fábrica de carbonato de sódio, que é a de Cabo Frio. Na América Latina o único país que tem outra é a Colombia. Então, essa de Macau será a segunda nossa. Mas nós precisamos de outras. A fábrica de Cabo Frio está produzindo 150 mil toneladas e para passar de 100 para 150 tivemos que enfrentar uma luta muito grande. A de Macau vai começar produzindo 200 mil toneladas. No entanto ainda há necessidade de carbonato de sódio não somente no Brasil, mas em todo o mundo. Recentemente eu fui pressionado, na Escola Superior de Guerra a falar sobre este assunto. Então eu disse: para se fazer a fábrica do Rio Grande do Norte não se precisa menosprezar a de Cabo Frio. Nem Sergipe deve se preocupar com o Rio Gran-





de do Norte, porque com as riquezas minerais que possuímos podemos e devemos instalar outras fábricas, mais ainda porque a demanda do carbonato de sódio é muito grande. Trata-se de um insumo muito importante, para toda a indústria de transformação e de base. O Rio Grande do Norte teve prioridade porque é realmente o nosso maior parque salineiro, possuindo em quantidade e qualidade essa matéria prima essencial à barrilha, e porque tem comprovadamente imensas jazidas de calcáreo, outro insumo primordial à indústria que manipulamos. Mas Sergipe, no tempo certo, terá a sua, como outras poderão surgir.

**RN-ECONÔMICO — A fábrica de Macau será mais importante que a de Cabo Frio?**

Edilson Távora — Há sempre uma interdependência. A existência da fábrica de Cabo Frio é que determinou a construção da de Macau. Por causa do know-how, ela tem sido a plataforma de onde saem as decisões para a nova fábrica. A de Cabo Frio tem a sua importância porque é ele quem supre o Brasil de carbonato de sódio. Se não fosse ela, sabe Deus a situação em que estaríamos hoje. Ela nos dá garantia e independência, com relação aos vendedores internacionais, uma situação que vai melhorar ainda mais com a fábrica de Macau. Há uma coisa interessante: nós que estamos à frente da Companhia Nacional de Alcalis é que sabemos. Diariamente recebemos solicitações de empresas que utilizam barrilha, e nas épocas de crise de fornecimento, vemos a dependência incrível dessas empresas, com relação ao produto. Isto por que? Porque no Brasil não houve o cuidado de se fazer uma projeção do crescimento industrial, tendo como ponto de partida a existência da barrilha. Por isto, estamos com um grande problema: queremos exportar mas só podemos fazer isto aumentando a produção. Em Cabo Frio não temos mais condições de ampliação e então já estamos necessitando importar. Com a fábrica de Macau, a situação muda completamente, e não somente vamos nos suprir totalmente, como ainda poderemos exportar. Ai é que reside a importância da nova fábrica, com relação à de Cabo Frio. Quanto ao consumo mundial de barrilha, sabemos que hoje há um deficit de um milhão de toneladas. E as fábricas norte-americanas e européias estão com grandes dificuldades de expansão, notadamente por conta da poluição do ar. É chegada a hora de outros países entrarem no negócio e isto está motivando sobremaneira o governo brasileiro.

**RN-ECONÔMICO — Que benefícios consequentes a fábrica de Macau trará para o nosso Estado?**

Edilson Távora — Inúmeros. O principal, a construção ou pavimentação de estradas. A BR-406, por exemplo, que liga Natal a Macau, será completamente pavimentada e o DNER já tem dotação inicial de Cr\$ 90 milhões para essas obras. Na estrada para Pendências tivemos necessidade de fazer um desvio e estamos solicitando ao Governador a sua pavimentação superior, porque o tráfego vai ser muito pesado, com caminhões transportando altas toneladas de calcáreo. Ainda este ano as obras de Natal-Macau serão iniciadas e neste particular é bom se frisar que o governador Tarcísio Maia tem sido uma presença constante, junto ao DNER, para que esse serviço seja efetivado. Vamos também construir a Vila Industrial, para os funcionários da fábrica. E depois há os empregos diretos e indiretos, os últimos surgidos por conta da necessidade de aumento da produção de calcáreo e sal. E, sendo uma indústria germinativa, como muito bem a chama o Governador Tarcísio Maia, a de barrilha vai propiciar o surgimento de outras, até mesmo das que utilizam o carbonato de sódio e que por certo irão preferir ficar perto da fonte de produção.

**RN-ECONÔMICO — Com relação aos equipamentos, como tem agido a Companhia Nacional de Alcalis?**

Edilson Távora — Desde o ano passado se perguntava: O que a Alcanorte está fazendo, quanto a equipamentos? Ninguém sabe que só para fazer a relação de equipamentos de uma fábrica do porte da de Macau, se tem um trabalho imenso. Depois da seleção, vai se saber qual o material que se compra aqui e qual o que deve ser importado. Quais as fábricas que podem vende-lo e as condições de forne-

cimento — preços e prazos. Isto é um trabalho lento e determinou uma verdadeira preregrinação dos nossos técnicos, tendo em vista as exigências da CACEX. No caso das fábricas nacionais, é importantíssimo salientar que as encontramos aqui fabricando equipamentos da melhor qualidade e isto vai nos possibilitar atender a uma determinação do Governo — que pede aquisição de equipamentos nacionais — e favorece a nossa presença, acompanhando a fabricação das peças e pressionando quanto à observação dos prazos. Vamos contar com cerca de 80% de equipamentos nacionais e só uma caldeira que será fabricada aqui custará Cr\$ 50 milhões. De modo geral, vamos comprar na indústria nacional em torno de Cr\$ 500 milhões.

**RN-ECONÔMICO — Que outras obras de infra-estrutura estão previstas, para a área da fábrica?**

Edilson Távora — Para suprir as necessidades de água doce, por exemplo, verificou-se que o ponto mais próximo ficava na cidade de Pendências, com capacidade do rio Açú. Vamos construir uma adutora de 22,5 km de extensão, constituída por tubos de ferro fundido nodular de 50 cm de diâmetro. A firma ECP — Engenheiros, Consultores e Projetistas ganhou a concorrência para execução do projeto e os tubos foram encomendados à Cia Ferro Brasileiro S. A. A adutora vai custar em torno de Cr\$ 22 milhões e as obras civis e de montagem vão ser iniciadas imediatamente. A adutora está calculada para a segunda etapa da fábrica, quanto à vasão, atingirá 1.250 metros cúbicos horários. Até o final deste mês fica pronto o projeto de terraplanagem, no terreno de 112 hectares, adquirido à CIRNE — Companhia Industrial do Rio Grande do Norte. Pretendemos ter a fábrica em funcionamento em 1978.

# MAPAS

## CARTOGRAFIA

### ARTES GRÁFICAS

ENG. NADELSON JOSÉ FREIRE  
R. DES. ANTÔNIO SOARES, 1277 - TIROL  
FONE 222-1873



# Cia. Açucareira Vale do Ceará-Mirim

USINA SÃO FRANCISCO

C.G.C. 08.003.402/001-51

CEARÁ-MIRIM - R.N.

Inscrição Estadual 20053549-8

Capital Autorizado ..... Cr\$ 30.000.000,00  
Capital Integralizado ..... Cr\$ 22.000.000,00

Senhores Acionistas:

É com imenso prazer que apresentamos o nosso Relatório sobre o exercício ora encerrado, iniciado a 1º de abril de 1975.

Após um período extenso de dificuldades, reflexo, por um lado, da calamitosa situação que nos foi entregue, e, por outro lado, dos sacrifícios impostos por uma verdadeira obra de reconstrução empresarial, o exercício 1975/76 nos coloca, afinal, no limiar de uma nova etapa.

## 1. O BALANÇO

A fria eloquência dos números que estão registrados no Balanço Geral e na Demonstração da Conta Lucros e Perdas, por si só, espelha essa afirmativa: saímos de uma situação deficitária, que foi a grande característica da indústria açucareira do Ceará-Mirim durante quase dois decênios, para a realização de um lucro operacional, o que é apenas um dos aspectos positivos que transparecem daqueles números.

Com efeito, analisado isoladamente ou em confronto com exercícios anteriores, o novo balanço comporta, entre outras, as seguintes constatações:

### A — SITUAÇÃO PATRIMONIAL

#### a.a) Patrimônio Líquido —

Passou de Cr\$ .....  
22.314.362,44 no exercício anterior para Cr\$ .....  
33.683.019,91, o que representa um aumento de 49,6%;

a.b) Imobilizado — No final do exercício anterior era de Cr\$ 35.879.520,95. Eleveu-se agora para Cr\$ . 65.579.275,45, ou seja .. 82,7%;

a.c) Ativo real — Aumentou em 58,3% pois era de Cr\$ 77.717.889,00 no final do exercício anterior e passou a ser de Cr\$ ..... 122.826.436,00;

### B — LIQUIDEZ

b.a) Liquidez Corrente — É a relação entre o Ativo e o Passivo circulante, refletindo a liquidez de curto prazo. Os números do balanço indicam um índice de 1,14 significando uma capacidade de pagamento de Cr\$ 1,14 para cada Cr\$ 1,00 de débito;

b.b) Liquidez Mediata — Mostra a liquidez a longo prazo, baseando-se na relação da soma do Ativo Circulante e do Realizável a Longo Prazo com o valor total do Passivo Circulante e do Passivo a Longo Prazo. O índice encontrado é de 1,12.

## 2. A PRODUÇÃO

O perfil de produção da empresa nos últimos três anos — abrangendo portanto, o exercício ora encerrado — também retrata a nossa evolução.

	1973/74	1974/75	1975/76
SACOS DE AÇUCAR .....	128.374	196.126	295.000 *
TONELADAS DE CANA .....	103.769	148.929	225.000 *
— Própria .....	35.836	60.336	95.000 *
— Fornecedores .....	68.933	88.593	130.000 *

\* Estimativa. Safra encerrada duas semanas após o término do exercício.

A inclusão da produção dos nossos fornecedores é feita pela importância que tem a verificação do esforço que também eles estão fazendo, acompanhando o crescimento da empresa, na qual tem hoje todos os motivos para confiar, pela segurança do recebimento das suas safras e pela pontualidade dos pagamentos.

Cabe registrar aqui que, embora tendo mantido um aumento na produção de açúcar de 50% em cada ano em relação ao exercício anterior, a safra 1974/75 foi seriamente prejudicada pelas enchentes e a safra 1975/76, também foi afetada pelo fato de haver sido totalmente realizada com a nossa antiga moenda, responsável por mais de 1.000 horas de paradas durante a safra.

## 3. O FUTURO

Foi dito acima que este exercício nos coloca no limiar de uma nova etapa. Com efeito, estamos concluindo a montagem da nova moenda importada do Reino Unido, e com ela já iniciaremos a montagem da próxima safra; a nova fabricação já está montada e os equipamentos mais importantes nos demais departamentos deverão estar em funcionamento também na safra 76/77.

A política nacional do álcool, adotada pelo Governo Federal, impôs à empresa uma nova prioridade, qual seja a implantação de sua destilaria para que já estão em andamento as providências necessárias.

No campo, continua em expansão a produção dos fornecedores, sendo crescente o número de fornecedores novos e vigoroso o apoio financeiro que vem sendo dado pelo Banco do Brasil e o I.A.A. à implantação de novos canaviais, sendo de mais de 2.000 hectares as novas áreas já financiadas.

Com relação à cana própria, tendo sido totalmente executado o programa financiado pelo I.A.A., preparamo-nos agora para um novo e grande passo, voltado para assegurar, no menor prazo possível, uma disponibilidade de canas suficiente para atender à capacidade da Usina, que não vai ser usada além de 50% na safra vindoura.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos esses resultados Senhores Acionistas, foram alcançados sem embargo dos obstáculos e dificuldades que, irresponsavelmente, e movidas por razões subalternas, algumas vezes isoladas procuraram criar. Na realidade, confessadamente inimigos da sociedade, e não apenas dos seus dirigentes, essas pessoas não só procuraram, pelo escândalo e a calúnia, comprometer a direção da nossa sociedade, como — mais do que tudo — embargar os passos da empresa, distribuindo com autoridades, instituições, bancos e cooperativas a que somos ligados, as publicações escandalosas que tomaram a iniciativa de patrocinarem, no propósito de dificultar as nossas relações com aquelas entidades e embargar a realização de negócios legítimos, de grande interesse social.

Fiquem tranquilos, entretanto, os Senhores Acionistas, pois a direção da empresa está pronta, como sempre esteve, para defender os interesses sociais da forma que foi necessária, e já definiu, dentro da lei, os procedimentos que, no tempo próprio, serão adotados.

Fiquem tranquilos ainda, porquanto a nossa estrutura interna está suficientemente preparada para resistir a essas situações, assim como está pronta para ser vista, estudada, examinada, investigada por quem quer que seja, desde que tenha a autoridade e o direito de fazê-lo.

Fiquem, finalmente, certos os senhores Acionistas de que tudo o que importa é o trabalho, permanente, obstinado, sem tréguas, que não arrefecerá, e que a grande resposta, a que de fato interessa, são os seus resultados.

Ceará-Mirim (RN), 31 de março de 1976

GERALDO JOSÉ DA CAMARA  
FERREIRA DE MELO  
Diretor

RANYLSON DA FONSECA MACHADO  
Diretor

EDGAR DE GOUVEIA VARELA  
Diretor



## BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 1976

TRANSCRITO NO LIVRO "DIÁRIO" Nº 08, AUTENTICADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO CONFORME TERMO Nº 15636, FOLHAS 112 a 114

ATIVO		PASSIVO	
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>NAO EXIGIVEL (Capital e Reservas)</b>	
Propriedades Imobiliárias		Capital	22.000.000,00
Edifícios e Dependências	3.289.193,00	Reserva Legal	118.406,68
Casas e Vilas Residenciais	1.328.400,00	Reserva Estatutária e Contratuais	1.057,34
Benfeitorias	10.034,00	Resíduos de Avaliações Anteriores	22.970,34
Terrenos e Propriedades	12.560.150,00	Correção Monetária	7.578,12
Obras em Andamento	3.222.722,66	Reserva de Correção Monetária	8.471.143,52
Correção Monetária	5.322.454,50	Reavaliação Dec. Lei nºs 1182 e 1186	257.734,37
	25.712.954,16	Reserva Para Aumento de Capital	
		Lei 3.922/71	540.091,99
<b>Maquinários e Equipamentos de Operação</b>		Reserva para Devedores Diversos	63.906,00
			31.482.888,36
Instalações e Equipamentos	2.223.682,73	<b>NAO EXIGIVEL (provisões)</b>	
Maquinismos e Acessórios	28.535.889,78	Provisão para Renovação e Substituição	10.742,55
Móveis e Utensílios	258.437,80	Fundo para Depreciação s/valor Original	1.934.025,00
Instrumentos, Ferramentas e Aparelhos	30.700,00	Fundo de Depreciação da Correção Monetária	255.364,00
Maquinismos e Implementos Agrícolas	3.263.262,11		2.200.131,55
Correção Monetária	2.940.274,07		
	37.252.246,49		
<b>Equipamento do Sistema de Transporte</b>		<b>EXIGIVEL A CURTO PRAZO</b>	
Linha Férrea	566.000,00	Títulos	
Animais de Serviço	265.400,00	Títulos a Pagar	2.683.669,94
Veículos	687.638,26	<b>Credores</b>	
Correção Monetária	208.414,95	Contas a Pagar	1.125.976,83
	1.727.453,21	Empréstimos Bancários	2.217.060,00
<b>Outros bens Patrimoniais</b>		Bancos c/ Duplicatas Descontadas	6.738.526,83
Imobilizações Financeiras	886.621,59	<b>Outras Obrigações</b>	
	65.579.275,45	Impostos, Taxas e Cont. a Recolher	3.568.654,59
		Retenção de Fornecedores	491.299,15
<b>DISPONIVEL</b>			4.059.953,74
Caixa	492.166,10		13.482.150,51
Bancos Conta Movimento	4.741.775,03	<b>EXIGIVEL A LONGO PRAZO</b>	
Remessa em Trânsito	7.988,00	Títulos	
	5.241.929,13	Títulos a Pagar	170.000,00
<b>REALIZAVEL A CURTO PRAZO</b>		<b>Credores</b>	
Estoques	3.432.018,64	Empréstimos no IAA	55.958.714,49
Almoxarifado		Empréstimos Simples	6.922.213,37
Títulos	3.280.850,00	Empréstimos c/Garantia Real	6.783.871,53
Títulos a Receber		Contas Correntes	905.336,61
<b>Devedores</b>			70.570.136,00
Fornecedores de Cana	438.381,82	<b>Outras Obrigações</b>	
Contas Correntes	4.674.315,59	Impostos, Taxas e Cont. a Recolher	2.050.794,43
Empregados	71.620,05	Taxas do IAA—Parcelamento	2.393.679,39
Empreiteiros e Contratantes	32.299,03		4.444.473,82
Diretores e Acionistas	405.486,00		75.184.609,82
	5.622.102,49	<b>RESULTADO PENDENTE</b>	
<b>Outros Bens e Valores</b>		Receitas de Exercícios Anteriores	345.926,85
Depósitos Vinculados	24.045,23	Imposto de Renda Retido na Fonte	121.019,70
Cauções e Depósitos	907,20	Sindicato Trabalhadores Ind. Açucareira	313,30
Animais de Criação	183.894,00	Imposto Sobre Serviço	9.395,91
Adiantamentos para Despesas Diversas	1.333.038,88		476.655,76
Safra Fundada	4.261.038,80	<b>COMPENSAÇÃO</b>	
Contas Correntes	1.500.000,00	Caução da Diretoria	3.000,00
	7.302.924,11	Contratos de Emp. Simples	4.733.712,79
	19.637.895,24	Penhores e Hipotecas Contratados	34.958.671,79
<b>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>		Empréstimos de Contrato com Garantia Real	1.200.000,00
Devedores		Contratos de Seguros	8.876.233,68
Capital em Outras Empresas	4.068,00		49.771.618,26
<b>RESULTADO PENDENTE</b>		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	172.598.054,26
Safra em Formação	5.163.624,23		
Prejuízo a Amortizar	23.259.810,24	Importa o presente Balanço em Cr\$ 172.598.054,26 (cento e setenta e dois milhões, quinhentos e noventa e oito mil, cinquenta e quatro cruzeiros e vinte e seis centavos)	
Cauções e Depósitos Pendentes	694.978,32	Ceará-Mirim (RN), 31 de março de 1976	
Encomendas de Equipamentos em Trânsito	1.114.669,04	<b>GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO</b>	<b>RANYLSON DA FONSECA MACHADO</b>
Devedores Duvidosos	2.130.186,35	Diretor	Diretor
	32.363.268,18	<b>EDGAR DE GOUVEIA VARELA</b>	<b>JOSÉ DE ANCHIETA ESPINOLA</b>
<b>COMPENSAÇÃO</b>		Diretor	PINTO COELHO
Ações Caucionadas	3.000,00		Contador—CRC—RN 196
Contratos de Empréstimos Simples	4.733.712,79		
Contratos de Empréstimos c/Garantia Real	4.958.671,79		
Contratos de Empréstimos c/Garantia de Terceiros	1.200.000,00		
Seguros Contratados	8.876.233,68		
	49.771.618,26		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	172.598.054,26		



**DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" ENCERRADA EM 31 DE MARÇO DE 1976**

DÉBITO		CRÉDITO	
<b>EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA</b>		<b>EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA</b>	
Serviço de Mecanização Agrícola .....	714.513,12	Lavoura de Cana-Safra 75/76 .....	5.609.934,49
Serviço de Irrigação .....	8.115,81	<b>EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL</b>	
Animais de Serviço .....	4.329,00	Açúcar-Safra 75/76 .....	29.328.459,70
Administração Agrícola .....	1.227.781,71	Produtos de Atividades Estranhas à Indústria Açucareira .....	2.000,00
Lavouras e Culturas Diversas .....	15.474,40		29.330.459,70
	1.970.214,04		
<b>EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL</b>			
Fabricação de Açúcar .....	20.214.807,30		
Atividades Estranhas à Indústria Açucareira .....	127.229,63		
	20.342.036,93		
<b>SERVIÇOS AUXILIARES</b>			
Transporte Ferroviário .....	325.749,12		
Transporte Rodoviário .....	1.511.797,92		
Força e Luz .....	247.403,58		
Laboratório .....	108.046,10		
Oficinas .....	1.145.177,62		
	3.338.174,34		
<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>			
Custeio da Administração Geral .....	3.562.663,06		
Custeio da Assistência Social .....	466.561,43		
Custeio do Almoxarifado .....	638,50		
Despesas Financeiras .....	2.765.192,30		
Conservação e Reparação Geral .....	411.922,13		
	7.206.977,42		
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>			
			2.082.991,46
<b>DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO</b>			
Reserva Legal .....	104.145,00		
Reserva para Devedores Duvidosos .....	63.906,00		
Saldo para Amortização de Prejuízos .....	1.914.940,46		
	2.082.991,46		
<b>TOTAL</b> .....	<b>34.940.394,19</b>	<b>TOTAL</b> .....	<b>34.940.394,19</b>

Ceará-Mirim (RN), 31 de março de 1976

**GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO**  
Diretor

**RANYLSON DA FONSECA MACHADO**  
Diretor

**EDGAR DE GOUVEIA VARELA**  
Diretor

**JOSÉ DE ANCHIETA ESPINOLA PINTO COELHO**  
Contador—CRC—RN 196

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Depois de lacer procedido a minuciosa verificação e análise dos Livros e Registros Contábeis, do Balanço e demais Contas da Sociedade, relativos ao exercício social encerrado a 31 de março de 1976, o Conselho Fiscal da COM-

**PANHIA AÇUCAREIRA VALE DO CEARÁ-MIRIM**, concluiu pela sua exatidão e conformidade com a Lei e os Estatutos Sociais, pelo que emite o presente parecer favorável à sua aprovação pela Assembléia Geral dos Acionistas.

Ceará Mirim (RN), 05 de abril de 1976.

**RUBELIO LYRA LINS BAHIA**  
**ANTÔNIO GREGÓRIO DA FONSECA**  
**ROMEY ARANHA SOARES**

**222-0806**



**TELEFONE  
DA REVISTA  
RN—ECONÔMICO**

Você pode utilizá-lo a qualquer hora para solicitar assinatura



# PRAIA BARRA DO RIO: nova opção para o veraneio



Vista parcial da praia Barra do Rio

O crescimento urbanístico de Natal e o incremento da política habitacional, que determinam a construção de conjuntos residenciais em áreas situadas no sul da capital potiguar, estão também transformando praias antigamente bucólicas em verdadeiros bairros. É o que está ocorrendo com Ponta Negra e, proximamente acontecerá com Pirangi, dois dos locais preferidos pelo natalense para o veraneio, já agora no entanto tendo modificadas as suas paisagens calmas com o surgimento de unidades residenciais que em breve abrigoarão milhares de moradores.

Como o crescimento da cidade é uma imperiosa necessidade, também as estações de veraneio não vão se acabar. E como será impossível se ter a paz necessária numa praia muito habitada, a solução é correr em busca de outros locais bucólicos — e felizmente neste particular o Rio Grande do Norte é pródigo.

Foi pensando assim que o corretor de imóveis Manoel Macedo — eficiente profissional do seu setor — pesquisou e terminou encontrando uma imensa área da orla marítima, para lotear, com vistas a tê-la em breve transformada na praia que o natalense usará para o seu veraneio, na impossibilidade de poder continuar indo a Ponta Negra ou Pirangi.

Trata-se da Praia Barra do Rio, próximo à Praia de Pitanguí, no município de Extremoz.

**PLANTÃO NO LOCAL** — Não apenas por questões meramente profissionais, Manoel Macedo é um entusiasta do local para o seu lazer”.

RN—ECONÔMICO

— “Colocamos dois tratores e seis caminhões a trabalhar” — diz Macedo — “e há cerca de 30 dias a estrada está pronta. As pessoas interessadas em ver os lotes inclusive promovem um passeio diferente. Aos domingos mantemos plantão no local, para as informações necessárias”.

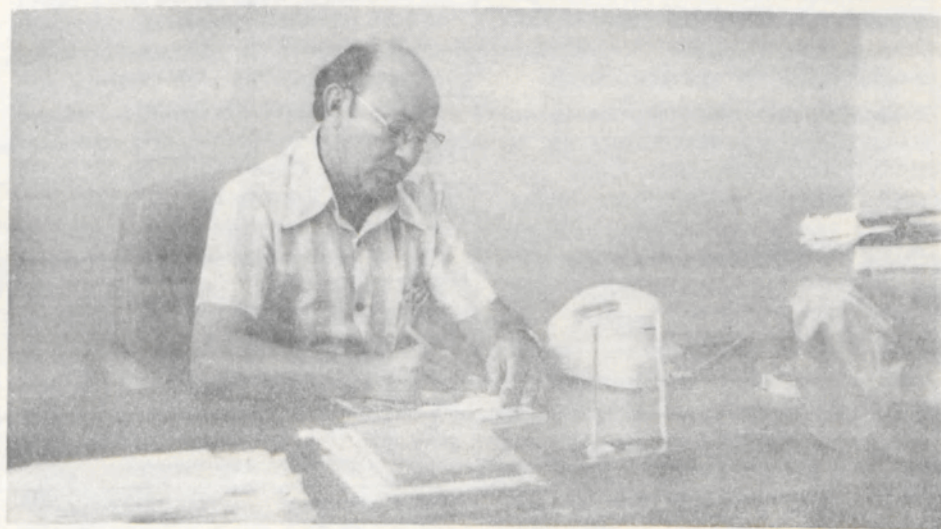
Muito naturalmente, Manoel Macedo sabe que os terrenos adquiridos agora sofrerão imediata valorização. O menor deles tem 600 m<sup>2</sup> e o maior 1.000 m<sup>2</sup> e a área já foi considerada de expansão turística, pela Prefeitura de Extremoz, através de Decreto publicado no Diário Oficial de 20.08.75: desta maneira, ela poderá ser beneficiada pelos órgãos públicos com estradas, luz elétrica, serviços de abastecimento d'água, etc. E os lotes foram demarcados observando-se a cessão de locais para construção de Mercado Público, Escola, Clube Social, Hotel, Igreja, etc.

— “O sucesso das vendas foi fulminante” — diz Macedo — “e isto nos dá dupla satisfação: pelo lado essencialmente comercial e porque o natalense entendeu a nossa intenção de lhe oferecer um local adequado

— “Dentro em breve” — arremata Manoel Macedo — “teremos uma praia à altura, para o veraneio do natalense, um local que aos poucos irá se transformando numa comunidade viva e atuante”.

De fato, em apenas duas semanas, já haviam sido vendidos 200 lotes, por prestações a partir de Cr\$ 500,00.

As vendas dos lotes estão sendo processadas nos escritórios da firma M. Macedo Imóveis Ltda., à rua Floriano Peixoto, 559.



Corretor Manoel Macedo lança novo loteamento





# BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A — BDRN

CARTA PATENTE Nº I-338  
C.G.C. - M.F. - 08328247  
AV. FLORIANO PEIXOTO Nº 550 - NATAL - RN

## BALANÇO GERAL EM 30 DE JUNHO DE 1976

ATIVO			PASSIVO		
DISPONÍVEL REALIZÁVEL			4.069.095,05		
Empréstimos e Financiamentos					
A Governos	54.569.516,96				
A Sociedades de Economia - Mista	145.668.499,39				
Ao Setor Primário Privado	3.220.734,65				
Ao Setor Secundário Privado	163.326.488,51				
Ao Setor Terciário Privado	15.800.675,23	382.585.914,74			
Outras Aplicações					
Titulos e Créditos a Receber	303.951,74	303.951,74			
Outros Créditos					
Crédito em Liquidação	4.496.288,06				
Outros	17.592.655,43	22.088.943,49			
Valores e Bens					
Outros Valores	15.762.155,75	15.762.155,75	420.740.965,72		
IMOBILIZADO					
Imóveis de Uso e em Construção		3.490.950,45			
Moveis, Utensílios e Almoarifado		1.284.228,74			
Mecanização Avançada, Comunicação e Segurança		108.752,43	4.883.931,62		
RESULTADO PENDENTE			76.117,79		
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			343.852.056,99		
			773.622.167,17		
			NAO EXIGÍVEL		
			Capital		
			49.700.000,00		
			Reserva para Aumento de Capital		
			19.517,00		
			Fundo de Reserva Legal		
			518.639,51		
			Fundo de Amortização de Imóveis, Moveis e Utensílios		
			468.672,09		
			Fundos de Reservas Especiais		
			15.661.256,71		
			66.368.085,31		
			EXIGÍVEL		
			Depósitos		
			De Sociedades de Economia Mista		
			4.000.000,00		
			Outros		
			8.048.721,53		
			12.048.721,53		
			Outras Exigibilidades		
			Credores Diversos-Pais.		
			1.550.980,43		
			1.550.980,43		
			Obrigações Especiais		
			Banco Central - empréstimos		
			15.000.000,00		
			Fundos Financeiros e de Desenvolvimento		
			4.617.217,48		
			Obrigações Contraídas com Inst. Oficiais		
			326.581.469,41		
			Imposto sobre Operações Financeiras		
			276.314,81		
			Outras		
			1.299.285,93		
			347.774.287,63		
			361.373.989,59		
			RESULTADO PENDENTE		
			2.028.035,28		
			CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
			343.852.056,99		
			773.622.167,17		

Natal, 07 de julho de 1976

DANILO DE GADÊ NEGÓCIO  
Diretor Presidente

ANTÔNIO LINS  
Diretor Administrativo

IVANILDO DIAS GUIMARÃES  
T.C. CRC/1.113-RN

## DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 30 DE JUNHO DE 1976.

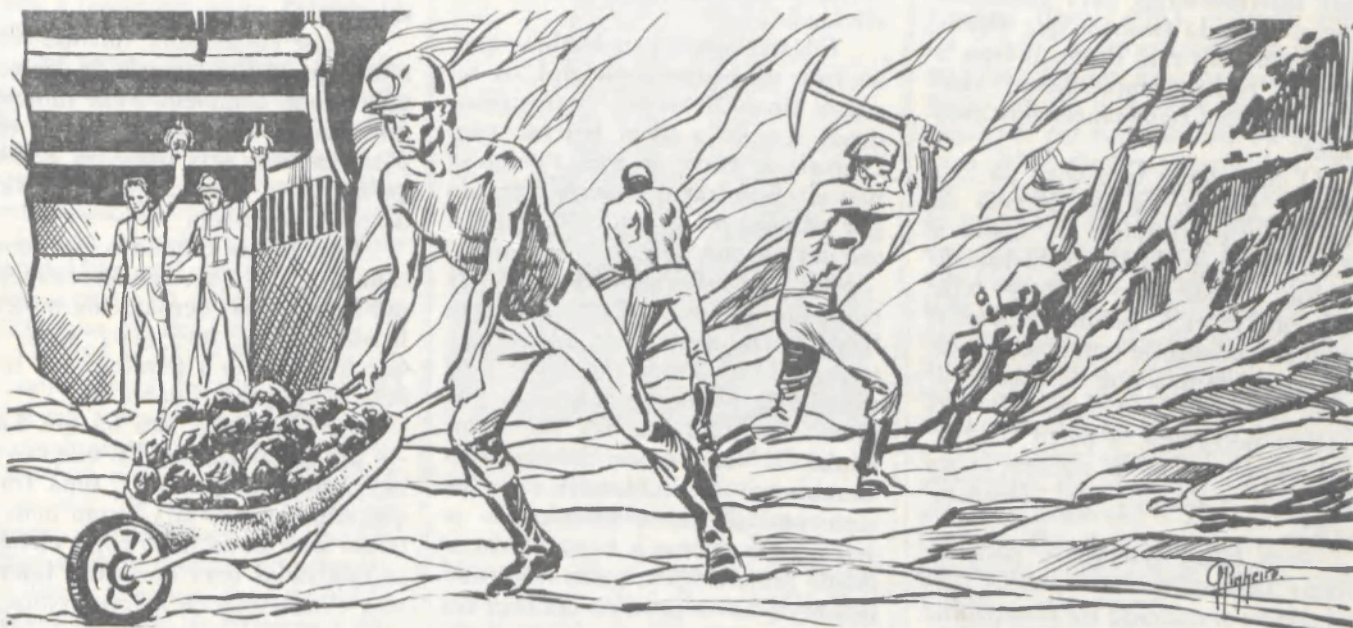
DÉBITO		CRÉDITO	
DESPESAS		RECEITAS	
Despesas Financeiras Operacionais	6.999.682,35	Recetas Financeiras Operacionais	13.143.107,97
Despesas Administrativas	3.794.677,81	Recetas Diversas	54.486,44
Outras Perdas	168.113,47		13.197.594,41
PROVISÕES		PROVISÕES	
Para Prejuízos Eventuais	23.100,00	Para Crédito de Difícil Liquidação (Reversão)	1.434.121,72
Para Manutenção de Capital de Giro Próprio	1.000.000,00		1.434.121,72
Para Créditos de Difícil Liquidação	915.000,00		
DISTRIBUIÇÃO DO SALDO			
Reserva Legal-DL 2627	86.557,12		
Outras Reservas e Provisões	929.785,62		
Saldo a Disposição da Assembleia	714.799,76		
	1.731.142,50		
	14.631.716,13		14.631.716,13

DANILO DE GADÊ NEGÓCIO  
Diretor Presidente

ANTÔNIO LINS  
Diretor Administrativo

IVANILDO DIAS GUIMARÃES  
T.C. CRC/1.113 - RN





## Estão loteando o subsolo potiguar ?

**A excelente cotação dos minérios estratégicos, no mercado internacional, está provocando uma corrida ao subsolo do RN, um dos Estados brasileiros mais ricos, em termos mineralógicos. Só em 1975 o DNPM recebeu 319 pedidos de pesquisa, de grupos nacionais, multinacionais ou pessoas físicas, interessados em minerar.**

Sem dúvida se trata de uma situação inusitada: se não já agora, pelo menos dentro de mais poucos anos o Rio Grande do Norte estará com todo o seu subsolo loteado. Nas partes onde não existem cidades plantadas, certamente, mas mesmo assim à revelia dos proprietários das terras propriamente ditas. Que não poderão sequer reclamar, quando pessoas ou firmas estranhas chegarem em seus sítios ou fazenda, com todo um aparato técnico, dispostos a escavar a terra, em busca de minérios, no subsolo.

Atualmente, mais do que nunca, está havendo uma verdadeira corrida ao subsolo potiguar, em busca de minérios que hoje encontram excepcionais cotações no mercado internacional, principalmente a xilita, além de outros, estratégicos, como nióbio, tântalo, níquel, etc. Grupos nacio-

nais ou companhias multinacionais, que já têm interesses na extração mineral no Estado, se apressam em garantir mais prospecções e por isto estão batendo insistentemente às portas do Ministério de Minas e Energia, através do DNPM (Departamento Nacional da Produção Mineral) com pedidos de cessão de novas áreas. Com o que se está verificando o paulatino "loteamento" do nosso subsolo, no entender de alguns entendidos na questão, como o geólogo José Alberto Campos Silva, do escritório da SUDENE em Natal.

— "Basta dizer que em 1975 o DNPM recebeu 319 pedidos de pesquisa para todo tipo de minério, no Rio Grande do Norte" — diz ele. "Esse número possivelmente será ultrapassado em 1976".

CLAUSULA DE RISCO — Podem parecer excessivos os cuidados

dos que se incomodam com a situação, principalmente quando se considera que quanto mais forem exploradas as nossas potencialidades minerais, mais este fato significará, em termos econômicos, para o Estado. No entanto, pessoas como José Alberto acham que já é hora do próprio governo estadual tomar a si a tarefa de, se não controlar, ao menos coordenar a cessão de títulos ou alvarás de pesquisa.

Porque o controle das riquezas minerais do País é feito a nível federal, justamente através do DNPM e o Código de Minas, assim como toda a legislação correlata, são claros quando dizem que uma pessoa pode ser proprietária da terra, do solo, mas o Governo reserva-se o direito de dispor sobre o subsolo, justamente para o trato da indústria extrativa mineral.

Assim sendo, já formalizou-se um estado de coisas que hoje mais do que nunca está em franca ascensão, numa vertiginosa carreira que poderá conduzir a resultados imprevisíveis: pessoas ou firmas (nacionais ou multinacionais) de acordo com conveniências ou conviências nem sempre insuspeitadas, diariamente comparecem ao distrito do DNPM, que funciona em Recife e, através de um técnico habilitado, de um geólogo, formalizam o pedido de pesquisa, conseguindo o alvará, que poderá ficar em seu poder durante dois anos.

— "Trata-se de um título nego-



ciável" — diz José Alberto Campos Silva — "e por isto pessoas ou grupos que já estão inscritos, podem utilizar intermediários para conseguir outros. E se dá também que alguns concessionários com títulos prestes a caducar, podem simplesmente vendê-los a grupos economicamente mais fortes.

O que propõe o geólogo da SUDENE? Que o Estado, através de um órgão competente — como o BDRN (Banco do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte) — crie um setor técnico, habilitado a controlar os pedidos de pesquisa. A pessoa ou a empresa que desejasse minerar, receberia desse órgão toda a orientação necessária, a partir do pessoal técnico e até a elaboração do projeto e a um possível financiamento.

Para outro geólogo, o potiguar Edgar Dantas, que até poucos dias foi diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais do Rio Grande do Norte (sucessora da CASOI — Companhia de Águas e Solos do Rio Grande do Norte) esta é uma medida impraticável.

— "Banco é banco" — diz ele. "Empresta dinheiro e quer o seu retorno. E um banco de desenvolvi-

mento fomenta o desenvolvimento através do crédito especializado, dirigido a empresas industriais de recursos naturais, a empresários já em atividade".

Edgar Dantas quer lembrar que, no caso da pesquisa mineral, os recursos financeiros são conseguidos, quase sempre a nível federal, com cláusula de risco: se após a pesquisa não se encontrar o minério detetado por estudos, o Governo não será resarcido do que aplicou.

**ERA PRÉ-CAMBRIANA** — Os cuidados de José Alberto Campos Silva são no sentido de que se instale no Rio Grande do Norte uma espécie de polo petroquímico. Em recente palestra que fez no Agape Clube de Natal, e que suscitou o levantamento da problemática do "looteamento" do nosso subsolo, ele se referiu não apenas à nossa potencialidade mineralógica, como à possibilidade de haver petróleo também em nossa plataforma continental.

— "Quem poderá contestar que as nossas áreas petrolíferas são mais produtivas que as de Campos, no Rio de Janeiro?" — perguntava ele. "A Petrobrás já iniciou sondagens geofísicas no planalto continental, principalmente nos municípios de Açú, Carnaubais, Guamaré, Touros e Ma-

cau. Isto significa que pode existir campos petrolíferos além dos já testados em Ubarana e Agulha, na plataforma continental, nas regiões submersas".

Ele se entusiasma, quando reconhece que o Rio Grande do Norte é um Estado completo, em minerais estratégicos, e só lamenta que esse potencial não seja utilizado a nível da iniciativa pública, para benefício do próprio Estado.

Para Edgar Dantas, o que ocorre com o RN é que, sendo realmente um Estado mais densamente mineralizado, sempre teve mais sorte do que o Ceará ou a Paraíba, que também o são tanto quanto nós.

— "Em tudo isto há um fato" — diz Edgar Dantas. "É que nós temos uma experiência e uma tradição mineiras que já vai com mais de trinta anos e isto serve como elemento motivador para que surja interesse e finalização de investimentos no setor. Paralelamente, pode-se dizer que o RN também teve a sorte de ser um dos Estados mais estudados no setor mineral. Organismos federais, como DNPM, Sudene, Cia. de Pesquisa de Recursos Minerais e também empresas privadas sempre investiram aqui, em termos de pesquisas e isto também deu ao Estado



# GALVÃO MESQUITA FERRAGENS SA

Matriz: Dr. Barata, 217/219

Câmara Cascudo, 210/216 (Galeria)

## BOMBA MULTI ESTÁGIO HORIZONTAIS



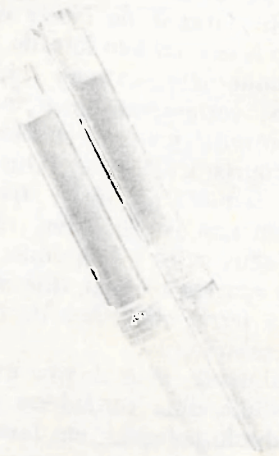
**PARA**  
lavagem de veículos  
estábulo  
Tanques  
reservatórios elevados  
sistema de prevenção de incêndios  
sistema "branco"

## BOMBAS CENTRÍFUGAS DE USO GERAL



Projetadas para longa duração

## BOMBAS SUBMERSÍVEIS



Capacidade d'água até 300 metros



uma posição bem favorável às indústrias de mineração, pois com esses estudos básicos, ficamos realmente muito à frente de outros Estados vizinhos”.

Em termos científicos, também somos privilegiados: 60% do subsolo potiguar é formado por rochas antigas, da era pré-cambriana, as mais antigas da terra, e neste sentido agora mesmo a Universidade Federal do Estado, através do Instituto de Antropologia, está desenvolvendo estudos, a partir da criação do Núcleo de Pesquisa do Pré-Cambriano.

**LEGISLAÇÃO ABSOLUTA** — Da importância do Rio Grande do Norte em termos mineralógicos, por fim, pode-se ter uma idéia a partir de um fato muito simples: de 1971 até outubro de 1975, a SUDENE aprovou, através do seu Conselho Deliberativo, doze projetos de pesquisa, para financiamento através do FURENE — Fundo de Pesquisa e Recursos Naturais do Nordeste. Desses doze projetos, onze foram para o RN, e apenas um já foi paralizado, por nada haver sido encontrado na sua área de prospecção: o da Mineração Amarante Ltda. Os demais, são os da Mineração Nordeste do Brasil Ltda. (hoje pertencente à Mineração Thomaz Salustino e em fase de pesquisa); Zangarelhas Mineração Ltda. (vendido à Mineração Sertaneja, do grupo da Mineração Acauã e atualmente produzindo cerca de 5 toneladas de xilita por mês); Mineração Tijuca Ltda. (em fase de pesquisa); Mineração Aquarius (em fase de pesquisa); Mineração Palestina (somente projetada); Itapeitinga Agro-Industrial (calcáreo, em



**JOSÉ ALBERTO CAMPOS SILVA** — Governo estadual deveria coordenar atividade mineralógica

Mossoró); Mineração Morada Nova Ltda. (início de pesquisa); Mineração Maracajá do Nordeste Ltda. (já produzindo); Mineração José Marcelino de Oliveira & Cia. (em fase de pesquisa) e Mineração Medeiros Ltda. (extração de ouro, em Caicó, em fase de pesquisa).

Os projetos aprovados pela SUDENE geralmente são de grupos proprietários das próprias terras a explorar, que se anteciparam no tempo, “para posteriormente não terem o dissabor de verem estranhos escavando as suas terras”, como diz José Alberto Campos e Silva. Como é o caso do pessoal da Mineração Medeiros Ltda., que vai explorar a extração de ouro.

Quanto à legislação da atividade mineralógica, determinada pelo Código de Minas (um documento da-

tado de 1934, antes controlado pelo Ministério da Agricultura e que passou para o Ministério de Minas e Energia desde 1961, quando este foi criado) é, no entender do geólogo Edgar Dantas, uma das mais completas, apesar de possuir alguns itens obsoletos, por conta mesmo da idade.

— “Os direitos minerais” — diz ele — “são direitos transitórios, condicionados a obrigações muito grandes, por parte de quem requer uma concessão ou de quem tem uma jazida a explorar. O Ministério de Minas e Energia, através do Departamento Nacional de Pesquisas Minerais, cada vez mais está se aparelhando, em termos de recursos humanos e meios, para acompanhar todas as solicitações de pesquisas e empreendimentos minerais. É lógico se esperar uma fiscalização e um acompanhamento permanentes, feitos com o maior rigor possível”.

No caso do Rio Grande do Norte, ele acha que, apesar de toda a gama de estudos básicos que já foram feitos, ainda há muito a detalhar para que haja uma visão global das nossas potencialidades mineralógicas.

— “Atualmente” — lembra ele — “inclusive está havendo uma corrida em busca do município de Macau, com a implantação da Alcanorte, a nossa fábrica de barrilha. Macau dentro em breve será uma região significativa da nossa produção mineral, com relação ao calcário. Como Natal já é um importante centro, com o beneficiamento da diatomita e com as indústrias de cerâmica, dispostas em torno da cidade, um surto determinado pelo crescimento da indústria da construção civil”.

## Compra e venda de Ações

É COM A “SERVECRED”

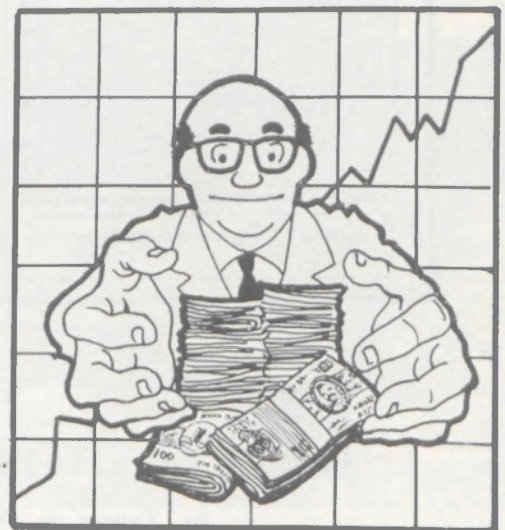
- Letras de Câmbio
- Letras Imobiliárias
- Ligada diretamente com o pregão da Bolsa de Valores de São Paulo.



**SERVECRED**  
corretora de títulos e valores mobiliários <sup>A</sup> Ltda.

Membro da Bolsa de Valores do Rio Grande do Norte

Rua Floriano Peixoto, 559 — Tels.: 222-2262 — 222-4249





# NOSSO FORTE É CONSTRUIR CASAS

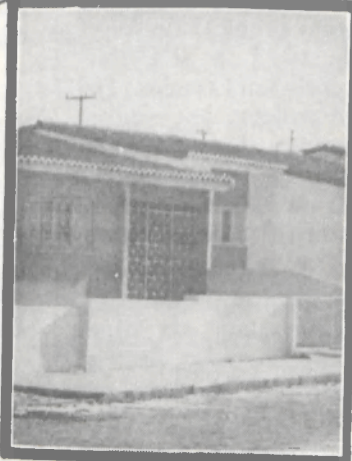
Já construímos e entregamos para órgãos do Governo 1.635 casas, tudo de acordo com os seus projetos e especificações. Isto representa uma cidade de quase 10.000 habitantes. Erquemos essas casas mobilizando o melhor **Know-how** em habitação, no Nordeste.

Para você ter uma idéia da grandeza do nosso trabalho: já construímos o equivalente a 3, 62% de moradias da cidade do Natal. E atualmente estamos construindo mais 540 novas casas, na cidade.

Nosso forte é construir casas, prédios de apartamentos e conjuntos habitacionais. Sabe por que? Modéstia à parte, temos a melhor experiência, tecnologia, equipamentos, competentes engenheiros e mestres de obras, além do melhor prazo, preço e qualidade.



Conjunto Soledade



Conjunto Candelária: 422 casas



Conjuntos Igapó e Soledade: 540 casas



Vilas Rurais: 1.100 casas.

Edifício de 10 andares na Av. Hermes da Fonseca



**construtora seridó ltda.**

Av. Tavares de Lira, 104 — Ribeira — NATAL — RN E também em RECIFE — PE



# Entregue ao público a 21ª loja de A SERTANEJA

No dia 20 de julho a cidade do Natal viveu um grande momento ligado ao seu desenvolvimento: a inauguração da 21ª loja de A SERTANEJA, da Organização Radir Pereira & Cia. Localizada na avenida Deodoro, esquina com rua Potengi, o primeiro magazin de eletro doméstico de Natal, com a maior área de exposição do nosso comércio.

Entre as autoridades presentes ao ato, estavam o vice-governador Genivaldo Barros o secretário da Fazenda Artur Nunes, o secretário

de Indústria e Comércio Benivaldo Azevedo, o vereador José Pinto Freire (representando a Câmara Municipal) além de empresários e representantes das grandes indústrias fornecedoras do Nordeste e do sul do País.

A bênção religiosa foi oficiada pelo Bispo Auxiliar de Natal Dom Antonio Costa e, falando na ocasião o diretor-presidente da empresa, Radir Pereira, fez um relato da vida e do desenvolvimento de A SERTANEJA, referindo-se aos seus auxiliares diretos, principalmente os

atuais sócios e os gerentes das filiais do interior, demorando-se em reconhecer na sua esposa, Alda Ramalho Pereira, "uma extraordinária presença, cujo esforço e dedicação a colocam sempre como o prolongamento de mim mesmo".

Cerca de mil pessoas assistiram à inauguração da 21ª loja de A SERTANEJA, tendo na ocasião sido entregues prêmios (três geladeiras) da promoção Show dos Milhões. Logo após, foi servido a convidados especiais um coquetel no Hotel Internacional dos Reis Magos.



**Radir Pereira discursa**



**Vista noturna da nova loja**



**Interior da loja na inauguração**



**Vice-governador Genivaldo Barros**



## Scheelita sintética será produzida no RN em 77

**Para aproveitar os resíduos das rochas beneficiadas, da qual extrai a xilita, a Mineração Tomaz Salustino S. A. está implantando uma fábrica de xilita sintética, a primeira da América do Sul, que começa a funcionar em janeiro de 1977.**

À parte o problema da corrida ao subsolo potiguar, através de empresas interessadas em explorar diversos tipos de minérios, um fato importante está ocorrendo no momento, com relação à nossa economia mineralógica: a Mineração Tomaz Salustino S. A. está implantando a sua fábrica de scheelita sintética, a primeira da América do Sul.

A Tomaz Salustino é, de princípio, a única empresa mineralógica do Estado sem vinculação a capitais estrangeiros e essa situação foi sustentada até agora não sem que tenha havido acenos e tentações, em várias épocas, para vendas, fusões ou participações acionárias. Nos instantes mais críticos da atividade extrativa mineral, o grupo curraisnovense, no entanto, sempre se manteve imune à tentação e só agora — mas sem que se configure uma mais acentuada participação alienígena — ele parte para se unir a empresas de fora: para a implantação da fábrica, os grupos japoneses Nittetson Mining e Kanematsu Goshu entrarão com 49% do capital a ser aplicado no empreendimento, oferecendo ainda o know-how e a maquinaria.

— “Trata-se de uma indústria sofisticada” — diz Sílvio Carvalho, diretor-financeiro da Mineração Tomaz Salustino S. A. “Principalmente porque vai ocasionar o aproveitamento de uma matéria que antes era jogada fora”.

Ou seja: será beneficiada a borra sobrada dos processos de beneficiamento convencionais, pelos quais da rocha bruta se extrai a scheelita que, posteriormente, ainda passará por outros beneficiamentos, para se transformar no tungstênio.

O fato de se aproveitar essa sobra antes sem serventia, por outro lado, significa uma nova fonte de renda que, conquanto não tenha sido insuspeita da anteriormente, representava uma remota possibilidade. Desde 1943 a Mineração Tomaz Salustino amontoa esses resíduos nos rejeitos da sua usina de beneficiamento, o que fazem também as minerações Acauã, Sertaneja e Potyra.

O aproveitamento econômico da scheelita contida nas rochas varia entre 70/90% e o restante, variável de 10/30%, é justamente o que vai ser recuperado agora, na Tomaz Salustino.

— “Esse aproveitamento” — diz Sílvio Carvalho — “vai representar um faturamento da ordem de 2,5 milhões de dólares por ano, através de uma produção de 150/toneladas do produto, no mesmo período”.

De princípio serão aproveitados apenas os resíduos acumulados pela Mineração Tomaz Salustino, nos últimos 33 anos e os que continuamente serão acrescidos, mesmo porque não há capacidade para aproveitar os das outras usinas.

**EXPORTANDO PARA O JAPÃO** — Uma firma nova foi criada para gerir a fábrica de scheelita sintética da Mineração Tomaz Salustino, a BREMETAL — Brejuí Mineração e Metalúrgica S. A. A fábrica será construída num terreno de 20.000 m<sup>2</sup>, com 680 m<sup>2</sup> de área coberta, estando o investimento total orçado em cerca de Cr\$ 10 milhões, dos quais Cr\$ 7,5 são de recursos próprios e o restante conseguido junto ao FINAME, através do seu repassador Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do

Norte.

— “Uma indústria de scheelita sintética” — diz o geólogo Edgar Dantas — “é um dos mais importantes passos à frente que o Rio Grande do Norte está dando, em termos de tecnologia mineral e de grande importância para a própria economia do Estado. Não era pouco o que se perdia, de minério de tungstênio, sem poder ser recuperado através de um beneficiamento mais refinado”.

A consumação do empreendimento, diz Sílvio Carvalho, antecedeu uma longa procura de uma forma de expansão que o grupo sempre perseguiu, mesmo porque no que se refere à extração e beneficiamento, pura e simplesmente, a empresa já atingiu todos os estágios, inclusive com a absorção de pequenas empresas existentes ao seu redor ou à compra de projetos atualmente em fase de pesquisa, como é o caso do da Mineração Nordeste do Brasil S. A., financiado pelo FURENE (Fundo de Pesquisa e Recursos Minerais do Nordeste) da SUDENE.

— “Uma maneira da empresa se expandir só poderia ser encontrada dentro do setor industrial” — diz ele. “Tínhamos que tirar o negócio da rotina extração/beneficiamento e a fabricação de scheelita sintética era o que mais nos parecia viável. Iniciamos os contatos com firmas estrangeiras, que obviamente possuem o know-how de que precisávamos e de entendimento em entendimento, chegamos aos grupos japoneses a que finalmente nos aliamos”.

A Nittetson Mining e a Kanematsu Goshu, inclusive, garantirão a colocação, no mercado japonês, de toda a produção da BREMETAL, havendo, depois de atendido esse setor, a possibilidade de se colocar parte da produção também no mercado interno.

Mas, a rigor, o que interessa mesmo é exportar.

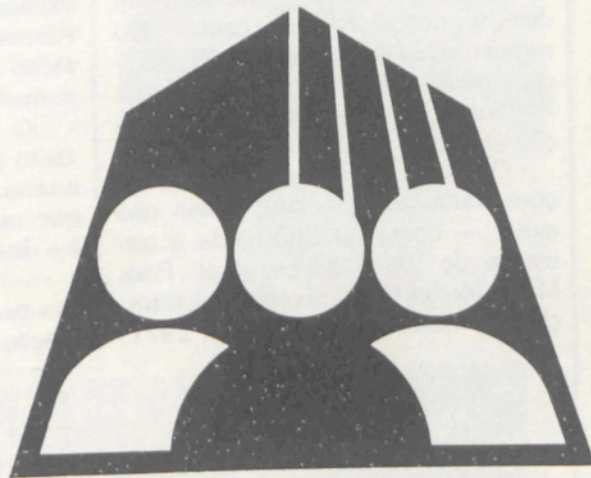
— “A situação da scheelita no mercado externo é muito boa” — diz Sílvio Carvalho. Ela alcançou agora os preços mais altos, embora essa questão seja muito relativa, com referência aos lucros de uma empresa mineradora: se os preços sobem, se procura aumentar a produção e isto implica obviamente em mais custos operacionais,



**reúna um grupo de amigos  
e escolha onde quer morar**

**condomínio  
habitacional**

**Banorte**



O CONDOMÍNIO HABITACIONAL BANORTE lhe dá o direito de escolher o bairro onde quer morar. E lhe possibilita também a escolha de seus vizinhos. É só reunir um grupo de amigos pretendentes à aquisição de casa ou apartamento e formar o Condomínio.

O projeto, a compra do terreno, a concorrência para indicação da empresa construtora e fiscalização da obra contam com a participação dos condôminos. Você terá sua casa ou apartamento no local escolhido, a preço de custo, tendo seus amigos

como vizinhos e a tranquilidade de ter acompanhado a obra.

É fácil conseguir 2, 4, 6 ou 8 amigos interessados em deixar de pagar aluguel para adquirir um imóvel próprio e residir em boa vizinhança. Se você não conseguir o número de amigos suficiente para fechar o Condomínio, não se preocupe, que a Banorte completa o grupo através de inscrições isoladas.

Faça uma experiência: venha à Banorte obter maiores informações sobre o Condomínio Habitacional Banorte. Depois converse com amigos,

parentes e companheiros de trabalho. É a oportunidade de deixar de pagar aluguel e adquirir seu próprio imóvel, a preço de custo, sem intermediários.

**Banorte**  
CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A

Recife - R. Nova, 363

Natal - Av. Rio Branco, 684

João Pessoa - Praça Vidal de Negreiros, 41

Macçió - R. Cons. Lourenço de Albuquerque, 41

**participe do Condomínio Habitacional Banorte : informações**

**e inscrições nas agências do Banorte**



## Ritmo de valorização de imóveis é o maior de todos os tempos em Natal

**Em nenhuma época houve tamanha valorização de imóveis em Natal. Há casos de até mil por cento em seis meses. É grande a euforia no mercado imobiliário. Mas, algumas vezes manifestam temor.**

O passo acelerado da corrida imobiliária em Natal está assustando até mesmo alguns corretores. Há casos em que, num espaço de seis meses, um lote valorizou-se nada menos do que mil por cento, passando sucessivamente pelas mãos de três donos e numa das fases da negociação sem ao menos ter sido escriturado. A situação está provocando tal aturdimento que em meio a óbvia euforia do mercado imobiliário natalense já são escutadas vozes temerosas quanto à duração do boom — porque é evidente que vai haver um limete — quando vai começar a reversão do pique. E chega a ocorrer posições paradoxais de corretores que, mesmo beneficiando-se com a corrida, manifestam o desejo de uma providência do Governo por considerar que a situação está além do imaginável.

A explicação mais razoável para um boom imobiliário dessa natureza numa cidade de população relativamente estável e que não experimenta a posição de pólo é que o investimento em imóvel, em Natal, tornou-se praticamente a única opção para quem tem alguma poupança.

**AS OPÇÕES** — É uma conclusão que se chega palmilhando os caminhos da situação característica do quadro financeiro de Natal. Ainda não há uma consciência bem definida com respeito ao mercado de capital. Até na Bolsa de Valores a apatia é geral e o pregão é um acontecimento raríssimo. A única empresa local de capital aberto com ações cotadas no mercado é a Guararapes. Os poucos investidores em ações o fazem através da Servecret, para compra nas Bolsas do Sul. Esta empresa se man-

tém permanentemente informada das cotações das principais ações, graças a um serviço paciente e eficiente do seu funcionário Mário Medeiros que acompanha, através do rádio, todos os noticiários das Bolsas.

O natalense, segundo Mário, ainda é muito desconfiado com relação às ações. Quem se dispõe a aplicar opta, quase sempre, pelas ações do Banco do Brasil, o papel mais seguro desse tipo por oferecer melhor liquidez e possibilidade de ganho. No momento, as outras ações não oferecem muitas atrações, mesmo as da Petrobrás, embora seja uma aplicação segura.

O problema do mercado de ações, tanto aqui — que quase não existe — como no Sul, ainda é um estado de desconfiança geral. Para Mário Medeiros, a excepcional situação do mercado de ações em 1971,

com a euforia dos fundos de investimento, “nunca mais deveria chegar e nem deveria ter chegado, pois ela foi uma das principais responsáveis pelo afastamento do investidor”.

Esse estado de desconfiança, contudo, segundo Mário Medeiros, não há mais razão de ser, O Banco Central está atento e tem sido bastante rigoroso ao constatar qualquer irregularidade.

Nessa situação, o imóvel passa a ser a única opção válida para quem quer aplicar o seu capital, em Natal, notadamente agora, com a ameaça da inflação e as consequentes incertezas do valor do dinheiro.

**CORRIGE** — Pedro Silveira, da Vivenda, uma das mais importantes corretoras de imóveis de Natal e que se está expandindo em direção ao Recife e Fortaleza, acredita que, no momento, o imóvel é, em Natal, “a única opção de investimento”.

— Não só porque corrige a inflação, como porque é um investimento seguro” — explica.

Pedro Silveira representa a nova mentalidade no mercado imobiliário de Natal e tem teorias próprias para explicar o seu comportamento atual. Afirma, por exemplo, que a valorização média de um investimento em imóvel é de 100% — pelo menos.

O imóvel, segundo explica, tem efeito multiplicador seguro em Natal e uma das áreas, na sua concepção, que está ganhando mais valorização é a de Morro Branco.

— Os terrenos na praia também são bem oportunos. Além da valorização segura, ainda tem o aspecto



**HÉBER MORAIS DA NÓBREGA** —  
Redinha é novo local promissor



do usufruto. — assinala.

Héber Morais da Nóbrega, corretor de Paiva Irmão & Cia., com quatro anos de experiência, acha que a valorização média dos imóveis, em Natal, nos últimos dois anos chegou aos 40/50% o "que não é normal". Vê a procura cada vez maior, desde que começou a disparada dos preços e mostra-se algo assustado com o seu ritmo. Liga essa alta ao processo inflacionário e a razão de sua inquetação está no futuro, ou seja: no momento em que houver a contenção e os preços começarem a cair dentro da realidade.

— Mas isso vai durar ainda, no mínimo, uns dois anos, — opina.

Héber vê Lagoa Nova, Capim Macio, Morro Branco e a Redinha como os locais mais promissores para investimento em imóveis. A Redinha por causa da sede do III Distrito Naval e do complexo UEB.

**EXPLOSÃO** — Francisco Ribeiro delegado do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis e que já, por diversas vezes, definiu as causas da crescente valorização no mercado imobiliário, explica a atual fase de aceleração como a "explosão de Natal no setor da construção". Falando mesmo do ponto de vista do órgão que representa, revela que é excelente o comportamento da política de habitação do Governo, com muitos conjuntos não só com as unidades inteiramente vendidas, como havendo casos de filas para a compra de casas. Acredita que a situação vai perdurar ainda por uns cinco anos, definindo a valorização do imóvel no momento, na proporção inversa da desvalorização da moeda devido ao processo inflacionário.

— A aplicação em imóvel, num momento desse, apresenta absoluta liquidez e segurança. Em média, a valorização de um imóvel em Natal, agora, alcança os 50%, havendo algumas áreas onde ela chega até a 100%. — calcula, explicando que, no entanto, em nenhuma hipótese ela chega a menos de 50%.

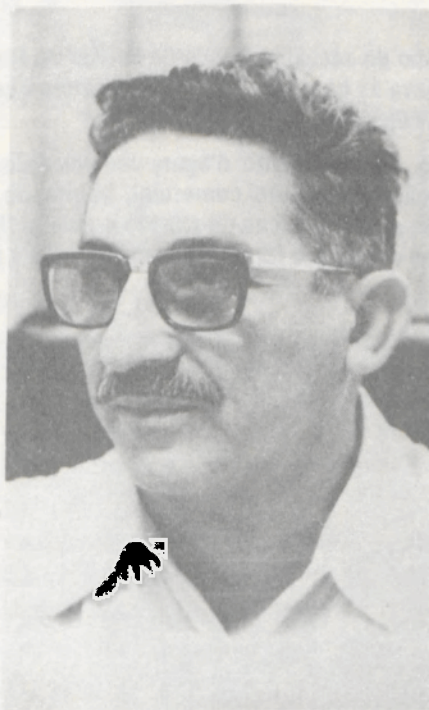
Na sua natural satisfação, Francisco Ribeiro prevê em Natal uma área onde ocorrerá, em breve uma espécie de explosão dentro da explosão geral. É a área que fica após a ponte de Igapó.

— Alí se verificará em breve uma grande explosão imobiliária, a nível

de moradias médias, por quatro motivos: 1 — a BR—406, que partirá do outro lado da ponte e irá até Macau; após a desapropriação, os terrenos próximos à estrada ficarão tão caros que não será mais possível a construção de mocambos, implicando na valorização; 2 — o Distrito Industrial que, naturalmente, entrará logo em fase de consumação; 3 — o III Distrito Naval; 4 — a BR—101, que partirá de Touros. — revela.

Francisco Ribeiro só crê num desaceleramento do processo se houver alguma medida do Governo. Faz, apenas, um reparo:

— Quem quiser comprar seu terreno deve, primeiro, procurar um corretor qualificado, filiado ao Creci, para ter mais garantia.



**FRANCISCO RIBEIRO** — Corretor deve ser procurado antes de qualquer transação

**O MEDO** — Nem tudo é euforia na corrida imobiliária. Para alguns, as coisas estão se passando depressa demais e, na pressa, ocorrem distorções perigosas. É a opinião de Nilda Nóbrega, proprietária da Corretora Nóbrega.

— Olhe: com esses aumentos absurdos dos terrenos em Natal eu ganho dinheiro. Mas, sinceramente, é preciso que seja tomada uma providência pelo Governo para por um fim nessa situação. — declarou, mostrando uma sincera e insuspeita preocupação por ser uma das pessoas beneficiadas.

E os exemplos que D. Nilda Nóbrega citam são, mesmo, impressionantes e de causar preocupação. Embora não seja a média geral, ela revela que há casos de imóveis em Natal que sofreram, em apenas seis meses, valorização em torno de mil por cento. E os casos de valorização de 800 por cento, segundo diz, são bem frequentes.

— O mercado está sem domínio. Ninguém controla os preços. — afirma.

Para ilustrar a sua preocupação, reporta-se ao exemplo de um terreno vendido em janeiro deste ano em Lagoa Nova por 14 mil cruzeiros, revendido um mês depois por 25 mil cruzeiros e em junho por 80 mil.

— Nessa ascensão, estará valendo o dobro antes de chegar ao fim do ano. — calcula.

Outro exemplo:

— Recentemente foi adquirido por 200 mil cruzeiros um lote de três terrenos por trás da Faculdade de Odontologia. A pessoa que comprou ainda estava tratando da escrituração 15 dias depois quando recebeu a proposta de 400 mil cruzeiros. E fechou imediatamente, o negócio.

Sua preocupação desce a nível pessoal, ao relatar a desagradável experiência de ter vendido um imóvel por Cr\$ 160 mil e, na mesma ocasião, não ter conseguido comprar outro nas mesmas condições e pelo mesmo dinheiro.

**O OUTRO LADO** — É inegável que, como todo boom, verifica-se o lado negativo. Nem todos podem ser beneficiários da situação. Alguns corretores preocupam-se exatamente por causa disso, temendo que termine havendo uma saturação e invertam-se as expectativas, a exemplo do que já ocorreu com o mercado de ações. Só que há uma diferença fundamental: teórica e praticamente imóvel é um investimento sólido e nenhuma inflação até hoje conseguiu corroê-lo.

**Gráfica  
RN-ECONÔMICO**

**Dez anos na frente!**

Rua Dr. José Gonçalves, 687  
a com meiros da Av. Saigado Filho  
Telefones: 2 0706 e 2-4455



# o bandern não é de 12. Ele é de 6, com muito orgulho

O BANDERN é de 6. E se orgulha disso, com muita razão.  
E sabe por que?

No comecinho do século, o Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A já iniciava as bases de uma infra-estrutura que a explosão do progresso iria exigir dele, e de todos nós:

Eletrificação, abastecimento d'água, comunicações, transportes, industrialização, ampliação comercial, habitação, educação, profissionalização, novas técnicas de criação e plantio, financiamentos e outras tantas coisas que formam o complexo que é a vida atual.

Dumbo



Em todos esses programas vemos, hoje, a presença do BANDERN, participando das iniciativas privadas e governamentais, através de recursos próprios ou como agente financiador de órgãos federais.

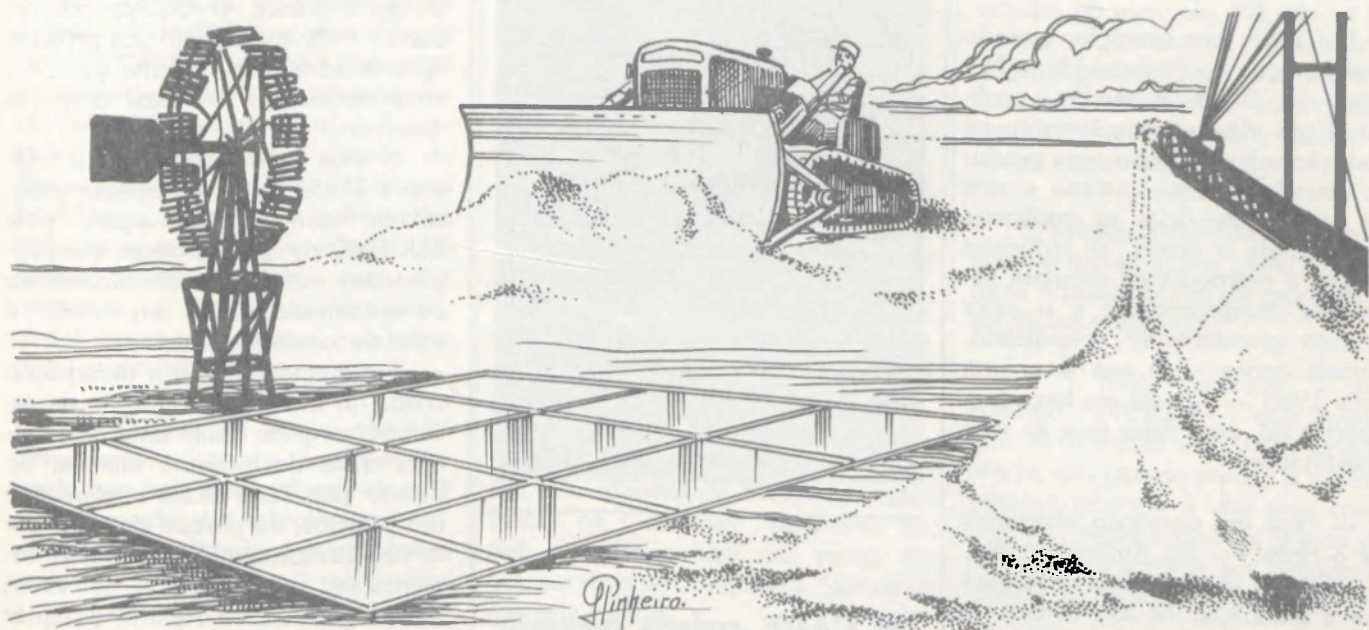
Por isso, ser cliente do BANDERN é também participar de tudo isso.

Seja Cliente do BANDERN.

## **bandern**

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A





## Empresas salineiras formam um oligopólio ?

**A complexa indústria extrativa do sal, no RN, estava prestes a sofrer mais um revés: O CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) queria enquadrá-la num inusual processo de averiguações, acusando-a de estar pretendendo formar um oligopólio da atividade. O deputado Antonio Florêncio defendem as chamadas grandes empresas e falou das providências que o Governo Federal tomara em sua defesa.**

A posição tomada pelo deputado Antônio Florêncio foi considerada por alguns como até incoerente: afinal, ele seria um dos beneficiários da proposição de que as grandes empresas salineiras do Rio Grande do Norte estariam formando uma espécie de oligopólio no comércio do sal, com vistas à eliminação de seus concorrentes de menor resistência econômica e financeira. Incoerente porque justamente ele era um dos pretensos concorrentes de menor resistência, já que tem interesses em salina de pequeno porte.

No entanto, ele investiu com a arma ao seu alcance — e a arma foi a palavra, pronunciada da tribuna da

Câmara dos Deputados, em Brasília, chamando a atenção para a inadequação do processo de averiguações preliminares que o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) movia contra as empresas Salinas CIRNE (Companhia Industrial do Rio Grande do Norte), SOSAL (S.A. Salineira do Nordeste), Henrique Lage Salineira do Nordeste S.A. e Salinas Guanabara S.A., afora a S.A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo, já agora pertencente à Henrique Lage, após recente fusão.

Para Antônio Florêncio, a sua posição, antes de ser incoerente, tinha todas as características da mais cristalina coerência: ele defendia o

que considera “a indústria responsável, juntamente com o algodão, pelo equilíbrio do orçamento financeiro do Rio Grande do Norte, nos últimos anos já atingida por crises e percalços decorrentes de naturais dificuldades”. E ia mais adiante, demonstrando e comprovando que qualquer medida que tivesse que ser tomada com relação à indústria da extração do sal, teria que ser paternalista ou quando menos de incentivo, até porque, de outro modo, qualquer movimento estaria em desacordo com as providências acauteladoras tomadas pelo próprio Governo, em favor dessa indústria de insumos, considerada das mais importantes, para o desenvolvimento nacional.

**RN POLO SALINEIRO** — O que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica fazia era continuar a sua política de desvelos e cuidados com relação ao problema de grupos mais poderosos tentando eliminar os menores, fato que ocorre em todos os setores da vida econômica do país e como fora flagrado, por exemplo, no caso dos pneus.

Com relação ao sal, no entanto, a situação era certamente outra e terá sido por desinformação ou conclusão apressada que surgiu o processo Nº 58, para averiguações preliminares sobre o assunto.

Como achava Antônio Florêncio, para uma aferição do problema, ou para demonstrar a inadequação das



investigações, se torna sempre necessário remontar à luta que a indústria salineira vem empreendido ao longo dos últimos anos.

Em 1965, por exemplo, quando da elaboração do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, verificou-se um sério estrangulamento na produção salineira. Sem uma produção abundante desse insumo e sem que fossem atendidas as exigências de qualidade e preço, as indústrias química e petroquímica estariam seriamente comprometidas e o setor pecuário grandemente prejudicado. Naquela época — o que já ocorria desde 1963 — o Brasil era forçado a importar sal, para fazer face às suas necessidades.

— “Era um paradoxo afirmar-se que o Brasil” — diz Antônio Florêncio — “com excepcionais condições para a fabricação de sal, tivesse de importá-lo, agravando o equilíbrio da nossa balança comercial, com a evisão de divisas”.

Esse fato motivou o Governo a criar um grupo de trabalho para examinar a matéria, equacionando, em definitivo, o problema. Após apurado estudo, elaborado tecnicamente, concluiu a equipe que existia no País uma região com excepcionais condições para produzir sal, não apenas no sentido das exigências internas, mas também com perspectivas de exportar o produto, desde que não faltassem às indústrias salineiras as condições básicas de infraestrutura ao seu desenvolvimento, fatores que dependiam de uma ação governamental mais efetiva.

Essa região, se situava no Rio grande do Norte, razão por que o grupo de trabalho transformou o nosso Estado em polo salineiro do País, justificando o seu comportamento com várias recomendações ao Governo. Dentre as quais, estas: 1) *Quanto à produção* — emprego de tecnologia atualizada, racionalização das salinas, a fim de serem atingidos altos índices de produtividade e qualidade; 2) *Quanto ao embarque* — racionalização e adequabilidade do manuseio e transporte do sal, das salinas até o porão dos navios, com técnica, presteza e economicidade, inclusive recomendando a utilização imediata de barcas autopropulsoras de ferro, com capa-



**“O CADE poderia persuadir os grandes empórios a se juntarem aos pequenos e médios salineiros, numa Cooperativa”.**



**“Era um paradoxo afirmar-se que o Brasil, com excepcionais condições para produzir o sal, tivesse de importa-lo”.**

cidade mínima de 200 toneladas; 3) *Quanto ao transporte* — emprego de navios modernos, de grande capacidade e adequados ao transporte do sal a granel; 4) *Quanto aos recursos* — financiamento aos projetos apresentados pela indústria salineira, compatíveis com os altos objetivos desejados.

O item mais importante, o relativo à produção, teve imediata praticidade, com a aprovação, pela SUDENE, de cinco projetos que propiciariam extração e beneficiamento de aproximadamente um milhão e meio de toneladas de sal.

Foi quando se deu a deturpação criada no sistema de captação de recursos, surgindo então uma das maiores crises da indústria salineira do Estado: para fazer face à implantação dos projetos, ou porque estavam por demais comprometidos com essa implantação, os produtores se viram forçados a vender o sal a qualquer preço, o que tornou mais caótica a situação, porque os possíveis investidores dos artigos 34/18 se abstinham de aplicar em empresas que consideravam deficitárias. Ante o impasse, a única solução que se apresentou aos empresários foi a venda dos projetos, para evitar uma falência inevitável.

**MAIS PRODUÇÃO NA SECA** — Relembrando essa época, o deputado Antônio Florêncio cita as providências que foram tomadas, mais a nível de desespero de causa do que mesmo de solução para os problemas:

— “De início, nenhum grupo nacional estava interessado na compra dos projetos. Várias tentativas foram feitas, todas sem êxito, com vistas à negociação dos projetos. O temor de um agravamento na crise já existente desestimulava os empresários nacionais. Vencidas pela exaustão, sem meios para prosseguirem no empreendimento, as Salinas Guanabara S. A. e SOSAL, de propriedade da S.A. Mercantil Tertuliano Fernandes, venderam os seus projetos a uma grupo americano”.

Seguindo a esteira das mesmas decepções, a Cia. Comércio e Navegação atual (CIRNE) alineou o seu projeto a um grupo holandês, o mesmo ocorrendo com a Henrique Lage, que se associou a um grupo italiano, na proporção de 50%, restando apenas, em mãos de nacionais, os pro-



jetos de Matarazzo, aprovados pela SUDENE, e o grupo F. Souto, com recursos próprios.

Foi então que, diante da gravidade da situação, o Governo sentiu a necessidade de tomar uma série de providências para mudar o panorama da indústria salineira. A primeira delas foi proporcionar recursos à empresa Henrique Lage, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para que adquirisse dos italianos o controle da salina, logo depois dando condições para que comprasse o projeto de Matarazzo, que já estava praticamente vendido a outro grupo estrangeiro.

— “Depois de tantas medidas tomadas pelo Governo, como se entende que haja desconfiança de que o desempenho dos salineiros potiguares esteja distanciado dos propósitos reais e da intenção de se racionalizar a produção desse importante insumo? — pergunta Antônio Florêncio. E complementa: “Em que pese o conceito que me merece o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, entendendo, por uma angulação lógica, que não podemos resolver problemas de tão relevante magnitude sem que sejam estudados, como um todo, os complexos contornos que o envolvem. Está provado que o parque salineiro do Rio Grande do Norte correspondeu plenamente à confiança do Governo Federal, capacitando-se num prazo relativamente curto, para

satisfazer às necessidades nacionais do produto, com perspectivas alvissareiras de exportação, a médio prazo. Nesse esforço, muitos tombaram, mas o objetivo colimado foi atingido”.

A par disto, lembra ainda ele, foram criados a FIBASE Insumos Básicos S.A., Financiamento e Participação, ligada ao BNDE e o FINOR — Fundo de Investimento do Nordeste, ligado à Sudene, facilitando o equacionamento dos problemas financeiros das empresas. E, a nível estadual, o Governo do Rio Grande do Norte entendeu a necessidade de participar do processo, dando prioridade à solução do problema das salinas familiares do município de Grossos, em número de 373, não registradas na Comissão Executiva do Sal, agrupadas hoje em torno da Cooperativa dos Pequenos Salineiros daquela cidade.

— “No caso do sal” — diz Antônio Florêncio — “existe a necessidade da capacidade instalada, antes que surja o consumidor em potencial. Nenhuma indústria de porte, que tenha o sal como matéria prima, irá se instalar antes da certeza da existência do produto nas quantidades e qualidades requeridas.

E há ainda os problemas decorrentes da instabilidade climática do

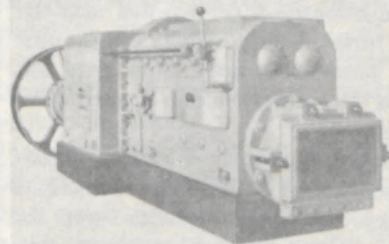
Nordeste. Em ano de grande precipitação pluviométrica, cai a produção, sendo necessária uma capacidade instalada bem superior às necessidades do mercado. No ano de seca ocorre o contrário: na região salineira a produção duplica, criando sérios distúrbios no mercado, ocorrendo um jogo em que os mais fracos vão sendo eliminados.

A exigência do cumprimento de normas técnicas, por outro lado, elimina a possibilidade da produção de sal de má qualidade.

— “É neste particular” — aduz Antônio Florêncio — “que entendo que os membros do CADE poderão prestar um grande serviço à indústria salineira nacional e aos seus consumidores, persuadindo os grandes empresários a se juntarem aos pequenos e médios salineiros, numa Cooperativa.

De nada valerá punir as cinco empresas incluídas no processo Nº 58 (hoje reduzidas a quatro, face à absorção da Salina Matarazzo, por Henrique Lage). O efeito será inteiramente negativo para a indústria salineira e para o Rio Grande do Norte, e o fato servirá de desestímulo a novos investimentos no setor, argumento prevalente para quem receia crescer em termos empresariais, tendo em vista a decisão do CADE”.

## Por falta de equipamentos o RN não para ...



**GTE**

REPRESENTANTE EXCLUSIVO  
DAS MÁQUINAS CERÂMICAS  
MORANDO M.V.P.5 SUPER

REPRESENTANTE EXCLUSIVO



CORREIAS E.C. MULTI-V E  
PLANAS GOOD YEAR

# CESAR S/A Comércio e Representações

Rua Dr. Barata, 209 — Fone: 222-0955 — 222-4754



# SÓLIS: um serviço turístico para todos os gostos

Um grupo de quatro natalenses, de dois de alguns meses de observação e estudos, concluiu que o mercado comportava mais uma agência de turismo. Os estudos partiram da seguinte premissa: uma cidade com cerca de 400 mil habitantes tem condições para ter mais de uma agência especializada em turismo e viagens. Constatado o que foi sugerido pela premissa, o grupo — Edilson Fonseca, Fernando Bezerra, Bruno Pereira e Gilson Ramalho — decidiu concretizar seus planos e fundou a Sólis Turismo, com o objetivo exatamente de ocupar o espaço vazio ainda existente nessa faixa de serviços e, assim, ajudar e participar do processo de crescimento de Natal.

Desde o dia oito de junho a Sólis, em suas modernas instalações da Avenida Deodoro, 534, está atendendo com todo um dispositivo capaz de não só organizar roteiros turísticos como para servir ao viajante em geral facilitando-lhe a aquisição de passagens e hospedagem sem que isso implique em qualquer acréscimo nos preços normais.

**A FUNÇÃO** — Talvez por falta de tradição no país, o fato é que ainda são poucas as pessoas que sabem das verdadeiras funções de uma agência de turismo e o real papel que ela desempenha. Uma agência como a Sólis, por exemplo, reúne pessoal altamente qualificado e com conhecimento sobre os mais variados tipos de viagens, detalhes de programas turísticos, hotéis, tipos de transporte e características básicas de certos locais. Essa experiência é colocada a serviço dos seus clientes, turistas, ou viajantes que se deslocam para outro estado ou país em viagens que se prendem a outros interesses.

Procuramos servir o melhor possível, partindo da nossa experiência e essa experiência nos capacita servir da melhor maneira possível todos aqueles que nos honram com a sua preferência. Assim tiramos do cliente os incômodos e maçadas de compra de passagem, reserva de voo, de hotel que, com acomodações e serviços, dê o conforto necessário; informamos com exatidão os preços de diárias e a melhor forma de viajar: ao turista, se necessário, fornecemos o roteiro que melhormente se harmonize com o seu padrão de vida. Os detalhes da viagem de turismo são os mais minuciosos possíveis, com a finalidade de tirar daquele que nos procura todas as preocupações,



deixando ao mesmo, tão somente, a obrigação de aproveitar todos os minutos da viagem de lazer. E, por tudo isso não se despende mais nada, os preços não são acrescidos — explica Bruno Pereira.

O cliente não nos paga coisa alguma. O dinheiro que ele desembolsa preparando o seu roteiro é o mesmo que dispense utilizando a nossa agência. O lucro da agência se restringe às comissões das empresas transportadoras e hoteleiras, como de praxe em todo o país, ou melhor, em todos os países. Em raciocínio simples, — aquele que nos procura não gasta, apenas transfere para a Sólis todos os pequenos problemas que uma viagem de turismo ou não, acarreta.

E vamos mais além, completa Bruno. O cliente da Sólis na cidade que visitar, tem autorização para nos telefonar com taxa a pagar, fazendo a reclamação que entender de direito, e daqui, imediatamente, tomaremos todas as providências que se fizerem necessárias para que o mesmo fique satisfeito e o prestígio e a seriedade da nossa agência continue sempre a merecer a confiança de todos.

**BASTA COMUNICAR** — A Sólis presta todo tipo de serviço, em termos de viagem. Assim, se uma pessoa dispõe de determinada quantia para gastá-la numa viagem turística pessoal ou em grupo, basta telefonar para a agência e dizer o que pretende. São organizados vários roteiros dentro da disponibilidade financeira do cliente, e mostrados para que ele os escolha e aprove. Após a aprovação a Sólis se encarregará de tudo.

No caso de serviços prestados a empresas ou mesmo individualmente, a

Sólis ainda proporciona a vantagem de ser efetuado o pagamento das passagens com 30 ou 40 dias de prazo. Ou seja: o cliente faz a solicitação e não precisará desembolsar a importância correspondente à passagem naquele momento. Pagará dentro do prazo acima referido. Recebe sim, naquele momento o seu bilhete de passagem, ou se preferir, receberá em seu escritório ou residência. A Sólis também providencia passagens solicitadas através dos planos de financiamento das empresas aéreas, cuidando de todas as etapas da operação — ainda sem nada cobrar ao cliente usuário dos seus serviços.

**ROTEIROS ORIGINAIS** — Uma empresa com a qualificação da Sólis Turismo não se limita a executar os tradicionais roteiros turísticos. Ela organiza os planos de viagens de acordo com os desejos do cliente, tanto a nível estadual, como regional, nacional ou internacional. Faz fé, segundo informa Bruno Pereira, nos roteiros mais originais e confia particularmente nas potencialidades turísticas do Rio Grande do Norte.

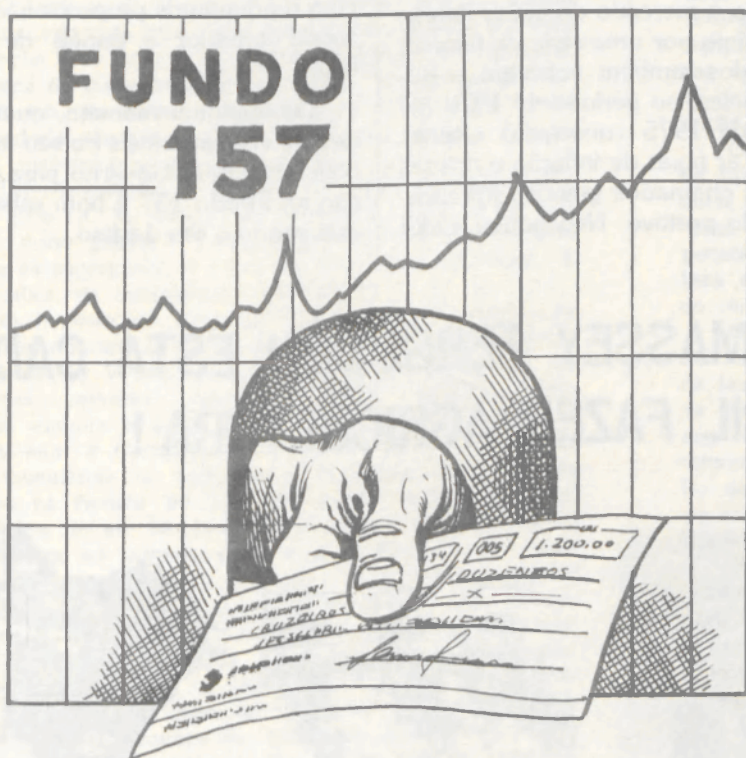
Nós temos a Serra do Lima, a Feira de Caicó, a Região do Seridó, por exemplo.

A nível regional, pode-se organizar passeios a Garanhuns (Pernambuco) conhecida como a suíça pernambucana e que fica próxima da Vila de Fazenda Nova, onde há o maior teatro aberto do mundo — Nova Jerusalém. Há Paulo Afonso; as sete cidades de Pedra do Piauí — um dos maiores mistérios arqueológicos mundiais. Enfim, um número grande de opções para o turismo regional — diz Bruno.



## Não é bom perder de vista o dinheiro do Fundo 157

**É uma aplicação que está começando a render. Por ser um dinheiro proveniente de incentivo do Governo — e não de poupança pessoal — não deve ser perdido de vista, segundo aconselham os especialistas.**



Um especialista do mercado de capital de Natal define a disputa dos bancos para captar as aplicações do Fundo 157 como uma “guerra de foice”. Quase todos os bancos comerciais possuem seus bancos de investimento — a maior parte das organizações bancárias brasileiras são conglomerados — e, por isso, lutam corpo a corpo pela conquista desse tipo de aplicação, que é bastante difícil e só é possível porque, na prática, não provém de poupança mas

de incentivo deduzido do imposto de renda. O dividendo, por sua vez, é quase remoto — aí em torno de cinco anos — e problemático por depender do comportamento das empresas e da flutuação da cotação das ações, setor reconhecidamente movediço desde a tão lembrada euforia de 1971.

A “guerra de foice” tornou-se mais ferrenha nos últimos dias, com os bancos recorrendo às mais brilhantes inteligências publicitárias para

convencer ao investidor compulsório e aturdido a canalizar para ele os incentivos que o Governo lhe concedeu para aplicar no Fundo 157. Algumas mensagens têm sido francas e diretas. Pois o objetivo é mostrar propósitos de franqueza absoluta, já que a história dos Fundos de Investimentos, nos últimos anos, tem sido realmente contraditória e, em certos episódios, decepcionante.

Mesmo os aplicadores mais esclarecidos, afeitos a certos jargões do mercado de capital e aos seus mecanismos, ficam algo aturdidos com o destino de suas aplicações, não sabem quando poderão resgatar os valores depositados. E, para completar, o Governo deixou transparecer certos intuítos que parte da imprensa traduziu logo como intenção pura e simples de extinguir o 157, criado em 1967 pelo Decreto Lei 157 com a finalidade específica de abrir o Mercado de Ações ao investidor individual. Logo o Ministro Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, esclarecia que na realidade o Governo “não quer pensar em nenhuma alteração substantiva” em relação aos Fundos Fiscais 157. No entanto, tem recebido toda sorte de sugestões.

**OS RESGATES** — Os especialistas — subitamente agitados com a problemática do 157, num momento em que é feita uma série de esforços para reativar o Mercado de Ações — passaram ao debate público. E, ao correr desses debates, começaram a surgir informações menos vagas a respeito do estado atual da aplicação. Uma delas diz que o contribuinte que depositou em 1972 o seu Certificado de Compra de Ações (CCA), em qualquer um dos Fundos Fiscais 157, poderá, no final deste ano, resgatar integralmente o valor depositado, acrescido dos rendimentos proporcionados. Também será permitida a mesma retirada no caso de aplicação nos exercícios anteriores a 1972 e até 1967. Quanto à aplicação feita em 1974 dará, ao final deste ano, direito ao saque de 30% do valor do CCA somado o rendimento e 50% em dezembro de 1977, sendo que saldo (20%) no final de 1978. Por outra parte, quem fez a aplicação em 1973 poderá realizar 80% do depó-



sito no final deste ano e o saldo em dezembro de 1977.

O escalonamento para os saques do valor do CCA das aplicações feitas a partir de 1975 e até este ano é o seguinte: 50% no final do 5º ano e o saldo no final do 6º ano, conforme alteração feita pelo Decreto-Lei 1.338, no artigo 3º e demais parágrafos.

Desse modo, o contribuinte que aplicou em 1975 só poderá resgatar 50% do valor, incluindo os rendimentos, em dezembro de 1980. Já os que aplicaram neste exercício — e estão aplicando, na medida em que recebam as notificações — só terão direito aos 50% em 1981. Os outros 50% serão possíveis em 1981 (para as aplicações feitas em 1975) e em 1982 para as que foram realizadas neste ano.

**A TRAJETÓRIA** — Os especialistas também não acreditam na extinção do 157 — embora todos estejam de acordo que é preciso fazer alguma modificação em seus mecanismos. A opinião geral é a de que, bem ou mal, ele vem sustentando o mercado acionário depois do ano de

ouro de 1971. Mesmo permanecendo com a estrutura atual, há a esperança de que, daqui por diante, ele comece a apresentar bons resultados. Na sua origem, o incentivo fiscal visou permitir ao contribuinte, pessoa física, pagar menos Imposto de Renda e dar-lhe possibilidade de aplicar um percentual do tributo devido numa carteira diversificada de ações. O retrato do mecanismo completo é que o Governo devolve parte do imposto a fim de que o contribuinte possa investir no Fundo beneficiando-se dos prazos do seu investimento ao termo dos prazos legais. Grande parte desses recursos tem a sua aplicação em sociedades anônimas de capital aberto, sob controle de capitais nacionais. Duas, pois, foram as finalidades fundamentais do Fundo 157: capitalizar as empresas e reduzir a carga fiscal do contribuinte

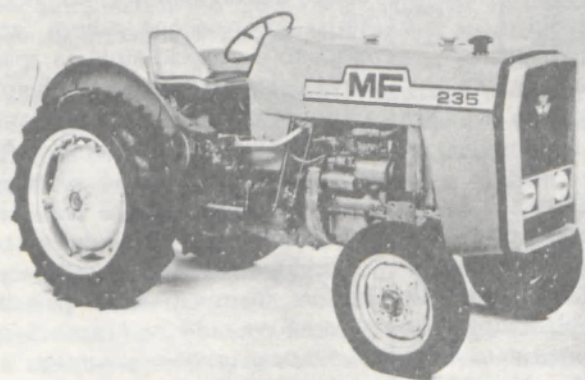
Como o mercado de ações entrou em declínio por uma série de fatores, os Fundos também entraram e nenhurn deles, no período de 1970 até março de 1975 conseguiu, sequer, superar as taxas de inflação e apenas um dos chamados grandes apresentou saldo positivo. Não houve maior

agitação, por esse ângulo, no mercado, porque os aplicadores não jogaram com poupança e, sim, na prática, com dinheiro do próprio Governo. E é esse relativo desinteresse do aplicador que é criticado por alguns especialistas, considerando-o mesmo como "irresponsabilidade".

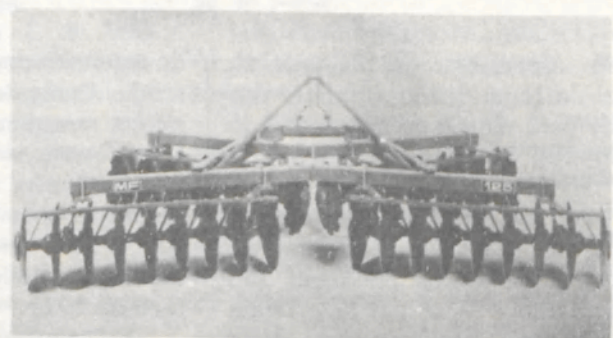
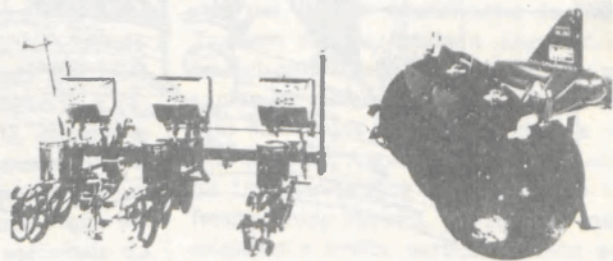
Ou seja: o argumento é o de que, se houvesse maior empenho do aplicador, acompanhando e pressionando a situação poderia ser outra. O fato é que há muito aplicador que nem sabe se o Fundo escolhido ainda existe e não tem a mínima idéia de como vai a rentabilidade do seu (?) dinheiro. A recente campanha publicitária também está sendo vista como sinal positivo de que os tempos estão mudando e também há observadores utilizando o termo "excelente performance" para descrever o comportamento dos Fundos Fiscais em 1976, com rendimentos proporcionados em escala superior a papéis de renda fixa.

De qualquer maneira, quem perdeu de vista a parcela do seu imposto concedida pelo Governo para aplicação no Fundo 157 é bom saber qual está sendo o seu destino.

## COM A NOVA LINHA MASSEY FERGUSON ESTÁ CADA VEZ MAIS FÁCIL FAZER AGRICULTURA !



As melhores máquinas agrícolas  
são representadas por



**JESSÉ FREIRE AGRO-COMERCIAL S/A**

**MATRIZ: Rua Testônio Freire, 283  
NATAL - RIO GRANDE DO NORTE**



# O ICM no processo de desenvolvimento

OTACILIO SILVA DA SILVEIRA

(Professor de Direito Tributário da UFPB)

A substituição do Imposto sobre Vendas e Consignações (I.V.C.) pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias (I.C.M.) é assunto muito debatido ainda hoje no Brasil, inclusive pelas classes produtoras do país, que com ele muito se preocupam desde 1972.

Houve o lançamento de várias teses, procurando mostrar que o I.C.M. está prejudicando os Estados menores e que a reforma tributária, em consequência, trouxe desvantagens para os Estados menos desenvolvidos que compõem a Região Nordeste.

Primeiramente, vamos falar sobre cada um dos dois impostos, dando as suas características e mostrando as suas conveniências e inconveniências, para que se entenda melhor o assunto.

O Imposto de Vendas e Consignações era um tributo cumulativo, visto que o seu valor ia somando-se em cada operação para onerar, em todo o processo de circulação, o preço da mercadoria. É a chamada "cobrança em cascata", em que todas as operações realizadas com uma mercadoria são tributadas e a soma do imposto vai, no final, incorporar-se ao valor da mercadoria.

Diferentemente, o sistema de valor agregado utilizado pelo I.C.M. resulta em incidência única. O I.V.C., além desse grande inconveniente de ser cumulativo, ainda se superpunha a outro imposto, o de Indústria e Profissões, de competência municipal.

O Imposto de Indústria e Profissões, ao tempo da reforma tributária de 1965, tinha assumido as mesmas características do Vendas e Consignações. Incidia sobre as mesmas operações, parecendo até um adicional seu. Assim embora a alíquota média, no Brasil, do Imposto de Vendas e Consignações fosse de 7%, havia incidência cumulativa da Indústria e Profissões de alíquota média, na Paraíba, de 2,25% e, em alguns Estados, como na Bahia, de até 4%. Portanto, no Estado da Bahia, onde a alíquota do Imposto de Vendas e Consignações era aproximadamente de 7%, com uma média de 3% do Indústria e Profissões, tinha-se, praticamente, uma alíquota de 10% incidindo sobre todas as operações. Se uma mercadoria fosse vendida cinco vezes, o imposto acumulado, no final, era de quase 50% do valor do produto.

Isto chegou a estimular, no Brasil, um dos maiores inconvenientes econômicos, que é a chamada "integração vertical de empresas". Era lógico que os contribuintes, para se livrarem das repetidas incidências do imposto cumulativo, procuravam explorar os diversos ramos de atividades, integrando as suas empresas, para que pudessem vender o produto final com vantagens sobre os seus concorrentes, já que a transferência da mercadoria de um para outro estabelecimento da mesma firma não era tributada.

O inconveniente econômico da integração vertical de empresas é, sabidamente grande, pois um empreendimento, para crescer, necessita de especialização, e é fácil concluir que, quem vai operar ao mesmo tempo na agricultura, na indústria e no comércio, não pode especializar-se. Uma indústria de automóveis por exemplo, que tenha de produzir todas as peças e acessórios de que necessite, além de fabricar um produto muito mais caro porque não haverá produção em escala, com redução dos custos fixos, prejudica a sua especialização. É de afirmar-se mesmo que, se tivesse permanecido o sistema do Im-

posto de Vendas e Consignações, o Brasil não teria alcançado o desenvolvimento econômico que ai está.

Já o Imposto de Circulação de Mercadorias é do tipo chamado de imposto sobre o valor agregado ou acrescido, instituído na França desde 1948. Consiste a sua sistemática em cobrar-se o imposto apenas sobre o acréscimo de preço, sobre o acréscimo de valor da mercadoria.

Assim, embora o cálculo seja feito sobre o valor total da mercadoria, desconta-se, em cada operação o imposto pago na operação anterior. E se a mercadoria sofrer dez operações, ela pagará o mesmo imposto que pagaria em uma só.

O novo sistema desestimulou inteiramente o inconveniente da integração vertical. Cada empresa pode, hoje especializar-se num determinado ramo, como está ocorrendo com as grandes fábricas de automóveis, que compram acessórios e peças a outras firmas especializadas nesse setor, sem com isso terem qualquer prejuízo de ordem fiscal, além de melhorar os seus custos de produção.

Como já disse, o tipo de imposto sobre o valor agregado foi criado na França em 1948, desenvolvendo-se, naquele país, a partir de 1954, com a criação da chamada "taxe sur la valeur ajoutée", que teve a sua incidência generalizada ao universo dos produtos em 1966. É hoje a taxa sobre o valor agregado francesa o padrão perfeito do imposto sobre o valor agregado.

Na fase entre 1954 e 1966, prevalecia, na França, um sistema semelhante ao nosso atual, em que, ao lado da taxa sobre o valor agregado, havia também uma taxa sobre serviços. O sistema de não cumulatividade não era completo porque, em se tratando de dois impostos diferentes, não se abatia da taxa de valor agregado o valor da taxa sobre serviços, como ocorre atualmente aqui no Brasil, que não se pode abater do I.C.M. o valor do Imposto sobre Serviços.

Como visto, a França reuniu todos os seus impostos indiretos num imposto só — a taxa sobre o valor agregado (T.V.A.), e o sistema de dedução do crédito fiscal é completo, envolvendo o imposto incidente sobre combustível, sobre eletricidade, sobre serviços, enfim sobre todos os insumos que compõem financeiramente o produto final.

No Brasil, como sabemos, há os impostos únicos sobre energia e sobre combustíveis que, como os impostos sobre serviços e sobre o patrimônio, não são deduzidos do I.C.M. Portanto, nós não estamos ainda num sistema perfeito, porque há cumulatividade desses outros tributos, no produto final.

Do ponto de vista financeiro, a grande vantagem do I.C.M., é o seu poder de auto-fiscalização, de auto-controle. Torna-se muito mais difícil a sonegação do I.C.M. do que a do I.V.C. É que se forma uma cadeia entre os vários contribuintes. Como o que recebe a mercadoria tem o direito de creditar-se pelo imposto que foi pago na operação anterior, ele tem todo o interesse em registrar esse crédito e, para tanto, deve exigir o documento fiscal de quem lhe vendeu a mercadoria. Emitido o documento fiscal, a possibilidade de controle do imposto torna-se muito maior porque a Fazenda poderá fiscalizar muito mais facilmente.

Oferecidas as características dos dois impostos, pas-



semos a examinar o resultado financeiro da substituição do I.V.C. pelo I.C.M.

Como afirmado no início deste trabalho, tem-se assistido no Brasil, a partir de 1972, a uma grande campanha contra o I.C.M., no que se refere a problemas financeiros criados para os Estados pequenos. Alega-se, inclusive as classes produtoras, que a substituição do I.V.C. pelo I.C.M. veio causar grandes prejuízos aos Estados chamados de consumidores. Consumidores, no sentido de importarem de outros Estados mais mercadoria do que exportam. Assim, atribuem esses críticos a pequena receita dos Estados sub-desenvolvidos dos Estados menores, ao fato da substituição.

Embora reconhecendo que um imposto sobre o valor agregado, atribuído à competência dos Estados membros num país de regime federal, prejudica necessariamente aqueles que, no comércio interno, importam mais do que exportam, discordo da tese de que a substituição tenha agravado as disparidades regionais no tocante às receitas. Realmente, não foi a troca em si do I.V.C. pelo I.C.M. que ocasionou o problema, como se pode comprovar com dados estatísticos.

A situação do Nordeste, neste ponto, é semelhante à do tempo do I.V.C., como veremos tomando a média da arrecadação do I.V.C. de 1960 a 1966, seus sete últimos anos, e comparando-a com os sete primeiros anos do I.C.M., de 1967 a 1973.

De 1960 a 1966, o Nordeste participou na receita total do I.V.C. brasileiro com 9,45% e de 1967 a 1973, esta participação foi de 9,27%. Vê-se, assim, que o percentual baixou muito pouco e poderia até ter subido, não fosse a crise econômica provocada pela seca de 1970. Se compararmos 1966 (último ano do I.V.C.) com 1967 (primeiro ano do I.C.M.), teremos, respectivamente, os percentuais de 9,03% e 9,61%, com aumento portanto.

Ainda, contrariando inteiramente a tese, bastaria citar o problema de São Paulo. Ora, se, como dizem os seus defensores, o I.C.M. prejudicou os Estados pequenos, São Paulo o maior Estado do Brasil, seria altamente beneficiado, mas os dados comprovam o contrário. São Paulo, com o I.V.C., tinha, em 1966, 49,36% da receita total arrecadada no país, quase a metade da arrecadação nacional do imposto. Em 1967, baixou este percentual para 47,24% e em 1975 para 46,41%. Portanto o grande Estado também diminuiu a sua participação com a instituição do I.C.M. A mudança, olhada por esse prisma, não o beneficiou. Mas esta não é a colocação correta do problema, e por isso, foi fácil, em 1972, o Governo de São Paulo e o próprio Ministro Delfim Netto mostrarem que não houve diminuição de receita para a região nordestina.

E por que não houve redução se, como afirmei, um sistema de valor agregado num Estado de regime federativo prejudica realmente os Estados pequenos, em virtude da exportação dos créditos fiscais a serem utilizados no lugar de destino da mercadoria?

Fazendo-se a comparação da receita dos dois impostos, chega-se ao mesmo resultado, como se tem chegado, porque no regime do I.V.C. havia também uma sangria nas finanças dos Estados pequenos. É que, nas transferências de mercadorias, o imposto era pago ao Estado de origem, como estabelecido pelo Decreto-Lei 915 de 1938, e os Estados consumidores, já naquele tempo, eram altamente prejudicados. Antes, no I.V.C., eram as transferências de mercadorias, agora no I.C.M., são as transferências de crédito.

Passemos a verificar porque o sistema de tributação sobre o valor agregado prejudica os Estados consumidores, examinando, para tanto, o seu funcionamento prático. Quando uma mercadoria sai de um Estado para outro, vem, por exemplo, de São Paulo para a Paraíba, ela traz uma carga de imposto pago na origem. Se saiu por Cr\$ 100,00 de São Paulo e a alíquota interestadual do imposto é de 11%, ela chega com Cr\$ 11,00 de I.C.M. que a

Paraíba deve descontar do imposto que vai ser pago aqui. Ora, se a Paraíba recebe mais mercadoria do que exporta, é óbvio que tem prejuízo, porque recebe mais crédito do que transfere. Em cada Cr\$ 100,00 a menos que exporta de mercadoria, perde Cr\$ 11,00 de imposto.

Reconhecemos, assim, que não obstante a falha de colocação cometida pelos empresários quando submeteram o problema às autoridades federais em 1972 há, por outros fundamentos, razões sobradas para os Estados consumidores alegarem prejuízo, que decorre, como se viu, do sistema de tributação do valor agregado, em virtude de importação e exportação do crédito fiscal nas operações interestaduais.

Para correção da distorção, sugeriu-se, ao tempo, a redução de alíquota interestadual de 13% para 8% e aumento da alíquota interna para 16%, entendendo-se que a alíquota interestadual sendo igual à metade da alíquota interna, haveria solução para o problema.

Realmente, se reduzir a alíquota interestadual, o prejuízo dos Estados consumidores diminui também. Isso é lógico, porque se eles estão tendo desvantagens no jogo da importação e exportação de créditos, se a carga de impostos que passam a receber tornar-se menor, aumenta, em consequência, sua margem de tributação. Assim, a sugestão, embora não resolvesse a situação reduziria o prejuízo dos Estados pequenos, mas não seria a solução ideal. O Governo reduziu a alíquota interestadual de 13% para 11% e a alíquota interna do Nordeste de 16% para 15%, permanecendo, assim, a mesma situação.

Deixando de apreciar outras sugestões apresentadas, umas por semelhantes à exposta e outras por inteiramente irracionais ou inconvenientes, passo a fixar minha posição sobre a matéria.

Primeiro, seria um absurdo pensar-se na volta ao Vendas e Consignações, pelos inconvenientes já demonstrados, principalmente agora em que muitos países do mundo moderno estão procurando implantar um sistema de imposto sobre o valor agregado, tipo o nosso I.C.M., por considerá-lo o mais produtivo e racional dos tributos indiretos.

Também não adotaria a proposta do antigo Secretário das Finanças de Minas Gerais, no sentido de passar-se o I.C.M. para a competência federal, englobando-se com o I.P.I. para constituírem um só imposto, cobrável pelo governo federal, com distribuição de parte da receita aos Estados. Coloco-me contra, embora sabendo que o problema de fiscalização e de despesas de cobrança diminuiria, porque isso importaria em acabar praticamente com a autonomia financeira dos Estados, atingindo a federação em ponto essencial.

Parece-me que a melhor solução é a que o Ministro Henrique Simonsen apregoou, há dois anos, em Campina Grande, de criação de um Fundo de Participação com uma parcela de arrecadação de todos os Estados no I.C.M., para distribuição de acordo com critérios a serem fixados.

O Fundo consistiria, em retirar 10% da Receita do I.C.M. de cada Estado e depois redistribuir como se faz com o atual Fundo de Participação dos Estados formado pela receita dos impostos de Renda e de Produtos Industrializados.

Tudo, portanto, depende do critério de distribuição. Se se adotar o mesmo critério estabelecido para o Fundo de Participação dos Estados consistente em fixar-se um coeficiente baseado na população e no inverso da renda per capita, isto é, quanto mais pobre o Estado, maior coeficiente de participação, os Estados pobres serão beneficiados e poderão ter solucionada a sua situação financeira.

A Paraíba, por exemplo, adotando-se os mesmos critérios do Fundo de Participação federal, teria tido a mais no ano de 1975, 139 milhões de cruzeiros, ou seja, 42% da sua arrecadação de I.C.M., que foi de 330 milhões. Seria um aumento substancial na nossa receita.



O Estado de São Paulo, que arrecadou em 1975 de I.C.M. 26,5 bilhões quando a arrecação total do país foi de 57 bilhões, perderia, para distribuir com os Estados pobres, 2,4 bilhões da sua receita do referido imposto. Os outros Estados que perderiam receitas seriam: Rio de Janeiro — 7,71%, Rio Grande do Sul — 4,65% e Paraná — 1,85%. Todos os demais ganhariam, sendo os maiores beneficiados o Piauí com 128%, Maranhão 118% Sergipe 93% e Rio Grande do Norte 53%.

Além desse critério de distribuição do Fundo, nove outras alternativas foram estudadas pelo Ministério da Fazenda em 1974, todas resultando em retirar receita dos Estados grandes, especialmente de São Paulo e Rio de Janeiro, para redistribuir com os Estados pobres. É curioso que em qualquer delas, por mais diversos que sejam os critérios adotados, São Paulo sempre perde de 9 a 10% de sua receita do I.C.M.

Para finalizar o assunto, gostaria de mostrar que a disparidade existente na receita do I.C.M. nas várias regiões do país não decorre apenas da disparidade econômica dessas regiões, mas também de distorção de natureza puramente fiscal.

(agricultura, indústria e comércio), com 39,19%, enquanto teve 45,83% de participação na receita do I.C.M.

No Nordeste a situação inverteu-se. A região participou, no mesmo ano, com 14,29% do produto interno bruto do país, mas só teve de I.C.M. 9,57%. Desta forma, São Paulo teve maior participação no I.C.M. de que no produto interno bruto (39% de produto interno e 45% de I.C.M.) e o Nordeste teve 14% de produto interno e apenas 9% de I.C.M.

Que significa isso? Significa que há uma distorção fiscal: que a disparidade de receita não decorre só das disparidades econômicas, mas também de problemas ligados ao próprio sistema fiscal, porque, do contrario, os percentuais de participação seriam semelhantes. E se a situação existia antes do I.C.M., ao tempo do I.V.C. era decorrente das mesmas razões que apontei em relação a comparação das receitas, isto é, do fato de as transferências de mercadorias serem tributadas apenas no Estado de origem.

O I.C.M. é um grande imposto, muito adequado aos Estados unitários, porém com esses inconvenientes para um Estado federal, mas nem por isso se pode propugnar

pela sua extinção ou inclusão na competência da União. O que se tem de defender, com urgência e ardor é a criação de um Fundo para redistribuição racional com todos os Estados prejudicados pelo sistema.

Não obstante, como se viu antes, os critérios ou alternativas de distribuição estudados pelo Ministério da Fazenda resultarem em razoável benefício para os Estados consumidores, todos eles, ao nosso ver, apresentam o inconveniente de não se basearem na distorção de ordem fiscal acima apontada, mas em fatores alheios ao problema, como renda per capita população, participação na arrecadação, crescimento da receita e relação entre a despesa corrente e a total.

Creemos, assim, que mais racional seria fazer-se a redistribuição com base em coeficientes fixados tendo em vista tão somente o intercâmbio das mercadorias no mercado interestadual de acordo com o saldo positivo ou negativo da balança de cada Estado, de modo que o imposto pago na origem fosse entregue ao Estado consumidor da mercadoria, corrigindo, desta forma, a distorção decorrente da importação e exportação dos créditos fiscais.

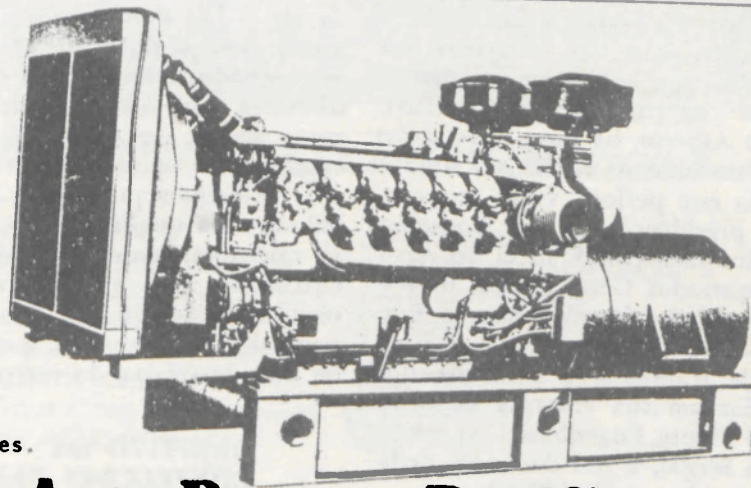
Este critério, embora exija um exato processamento dos dados referentes às operações interestaduais, apresenta duas grandes vantagens, uma política e outra econômico-financeira. A vantagem política consiste em que, diferentemente dos critérios propostos pelo Ministério da Fazenda, não poderão os Estados grandes alegar que estão ajudando ou dando esmola aos pequenos, pois apenas lhes estariam transferindo o imposto que racionalmente a eles pertenceria não fosse a distorção do jogo dos créditos. A vantagem econômico-financeira decorre do fato de que a cada Estado corresponderá todo o imposto incidente sobre as mercadorias consumidas em seu território e que, pelo fenômeno da repercussão, embora recolhido no Estado de origem, é realmente pago pelos seus cidadãos, incluído no preço do produto. No caso, o Fundo seria constituído pelo depósito do excesso arrecadado pelos Estados com saldo positivo no intercâmbio interestadual de mercadorias, para ser distribuído àqueles com saldo negativo, na proporção deste.

Esta é, em nosso entender, a colocação correta do tão debatido problema.

(Transcrito da Revista do Fisco, do Estado da Paraíba).

## O MESMO VIGOR DE HÁ VINTE ANOS!

O seu carro, mesmo de modelo antigo, pode ter um motor tão vigoroso e econômico quanto o de um carro novo. CYRO CAVALCANTI tem modernas retíficas e máquinas auxiliares para operar essa transformação em motores Diesel ou a gasolina. E aceita motores para reparo ou troca, pelas melhores condições.



## Cyro Cavalcanti Auto-Peças e Retífica

Av. Duque de Caxias, 170 — Ribeira — Fones 2-2234 e 2-2072

## Cyrauto Peças e Retífica

Rua Dr. Mario Negocio, 1504 — Alecrim — Fones 2-3963 e 2-4830



# ENFOQUES ECONÔMICOS

## ÁLVARO ALBERTO ADMINISTRA A APERN



O engenheiro Alvaro Alberto Barreto foi escolhido para o cargo de Administrador Geral da APERN — Associação de Poupança e Empréstimo Norte Riograndense, substituindo Fernando Paiva, que deixou a função para dedicar tempo integral aos seus negócios particulares, dentre os quais a sua empresa Sol Hotéis (que vai inaugurar em novembro um hotel com 60 apartamentos na rua Heitor Carrilho). Alvaro Alberto, há nove anos atrás, foi o fundador da APERN e durante todo esse período vinha exercendo a presidência do seu Conselho de Administração. É meta do novo Administrador Geral manter o mesmo ritmo de desenvolvimento que a entidade tem alcançado e para isto ele transferiu o comando dos negócios em sua empresa de construção (Souto Engenharia) ao irmão Mário Sérgio, a fim de poder dedicar-se totalmente à APERN.

## DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE SERÁ TEMA DE PAINEL

Organizado pela Confederação Na-

cional do Comércio, será realizado nos dias 19 e 20 de agosto um painel sobre o Desenvolvimento Social do Nordeste, no auditório daquela entidade, no Rio de Janeiro. Governadores da região — inclusive Tarcisio Maia — Ministros de Estado, Superintendente da Sudene, economistas e técnicos de alto nível vão debater os principais problemas do Nordeste. Os trabalhos serão presididos pelo Presidente da CNC senador Jessé Pinto Freire. Os temas básicos serão: Educação e Treinamento, Saúde e Nutrição, Crescimento Demográfico e População, Habitação e Saneamento. Está programada a participação dos Ministros Ney Braga (Educação), Paulo de Almeida Machado (Saúde), João Paulo dos Reis Velloso (da Secretaria de Planejamento), Maurício Rangel Reis (do Interior). A Sudene e o Banco do Nordeste estarão representados pelos seus titulares, José Lins de Albuquerque e Nilson Holanda, respectivamente.

## ATÉ O FIM DO ANO INCARTON FUNCIONA COM TODA CAPACIDADE

A INCARTON — Indústria de Cartonagem S. A. deverá funcionar com toda a sua capacidade instalada até o fim deste ano ou, no máximo, começo do outro. Atualmente, segundo informa um dos seus diretores, Ivo Albuquerque, a empresa aciona cerca de 70% de sua capacidade operacional. Um dos seus principais problemas — o da mão-de-obra qualificada — foi quase que totalmente resolvido, principalmente com a importação de técnicos do Sul do país. Isso tem lhe permitido, segundo Ivo, a conquista de uma boa faixa do mercado.

## OBJETIVO DA CONFECÇÕES REIS MAGOS É DOBRAR O SEU FATURAMENTO EM 1976

Os planos das Confecções Reis Magos é faturar, este ano, 100% mais do que em 1975. É o que informa Nélio Dias, acrescentando

que aquela indústria lançou, recentemente, a camisa Dornier, para o consumidor classe A, com grande aceitação no mercado. A Reis Magos está, no momento, concluindo a construção do seu novo escritório e um restaurante industrial, com previsão para o término das obras em agosto.

## CICOL ESCOLHE OBRAS QUE VAI CONSTRUIR EM BREVE NA NIGÉRIA

A CICOL, mesmo com as reviravoltas sofridas há alguns meses no Governo da Nigéria, após a tentativa de um golpe de Estado, continua mantendo entendimentos para a execução de importantes serviços naquele país. O engenheiro Edilson Fonseca declarou que uma equipe de técnicos está realizando, no momento, uma série de pesquisas para estabelecer qual o projeto a ser executado pela empresa na Nigéria. "Temos três obras para escolher", disse Edilson Fonseca. Entre as obras públicas que, atualmente, a CICOL está executando, estão oito pontes na BR-114, trecho compreendido entre Monteiro e Boa Vista, na Paraíba; a rodovia do Contorno e as encostas da Getúlio Vargas, aqui em Natal. A previsão para a conclusão da rodovia é um ano e as encostas oito meses.

## DINAN ESTUDA A PARTICIPAÇÃO DE NOVO SÓCIO

A participação societária de um novo grupo local — em 40% — está sendo estudada pela indústria Confeções DINAN que, assim, visa a expansão e mais estímulos para seus negócios. Caso essa participação seja concretizada, serão ativados imediatamente os planos de construção de suas novas instalações na Cidade da Esperança, num terreno de 30 mil metros quadrados e área coberta de 3.500 metros. A previsão feita para a conclusão da transferência é de aproximadamente 10 meses.

RN—ECONÔMICO





© VOLKSWAGEN DO BRASIL SA

## Tudo o que cabe no seu coração, cabe na Variant.

A Variant é o Volkswagen da família inteira.

Com espaço para muita gente e espaço para muita coisa.

Leva cinco passageiros adultos, confortavelmente. E nos seus dois amplos porta-malas carrega 640 litros de bagagem de

todo tipo e formato.

Seu motor 1.600, de manutenção simples e baixo consumo, tem potência e desempenho suficiente para transportar até 500 quilos de carga útil.

E o que é mais importante para um carro da família: na sua

categoria a Variant é a mais econômica e conta ainda com a assistência técnica de 800 Revendedores Autorizados espalhados por todo o País.



Quem tem Variant tem alegria. No trabalho e no lazer.

Revendedores autorizados:

**MARPAS S/A**

Av. Tavares de Lira, 159

**DIST. DE AUTOMÓVEIS  
SERIDÓ S/A**

Av. Salgado Filho. 1669



**SUA GRANDE CHANCE  
DE MUDAR DE CASA SEM  
SAIR DO LUGAR**

# **CHEGARAM OS NOVOS PISOS E AZULEJOS KLABIN**

---

Em vez de gastar um dinheirão por uma nova casa, mude a sua casa.  
Não custa muito. Basta trocar os tacos soltos do assoalho ou a tinta descascada  
por pisos e azulejos Klabin.

Os produtos Klabin resistem ao mofo, cupim, tintas, ácido, etc. Foram  
feitos para durar uma eternidade. Além de serem muito mais bonitos como revestimento.  
Num instante sua casa fica novinha em folha e você se sente como se tivesse  
mudado inteiramente de endereço.

Venha agora mesmo conhecer o nosso estoque de pisos e azulejos,  
ou chame nosso Representante.

Com os produtos Klabin, até as visitas vão pensar que você se mudou.

## **klabin**

Azulejos e Pisos



### **QUEIROZ OLIVEIRA**

Av. Rio Branco, 185 - Tel. PABX 2-2056 - RIBEIRA.